



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n. ° 3/2023

Sessão Extraordinária de 17 de março de 2023

Aos dezassete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----  
**Lista de Presenças:** -----

-----  
**22 Deputados Municipais do PS** - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário em exercício), Ana Paula Neto Coelho dos Santos (em substituição de Maria Esteves Ferreira Lourenço), Carlos Manuel Pontes Costa, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Ricardo Filipe Martins Gonçalves (em substituição de Pedro de Moraes Lobo Martins Julião), Elisabeta-Ecaterina Necker (2ª secretária em substituição), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, Adriano Costa Cabrita (em substituição de João Pedro Medeira Cabrita), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João Magalhães David, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Célia Fernanda Sezinando Cavaco Simão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), Hugo André da Conceição Martins (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

-----  
**7 Deputados Municipais do PSD** - Bruno José de Sousa Guerreiro (em substituição de João Carlos Dias dos Santos), Bárbara Maria do Amaral Correia, Alexandra Maria Costa Brito (em substituição de Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues), Miguel Baguinho Coelho (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes), João José Paixão Carvalho Ferreira, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de

*Handwritten signature in blue ink.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

Freguesia de Salir), Fábio Coelho Guia (em substituição da Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr /Benafim); -----

**2 Deputadas Municipais do CHEGA** - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; -----

**1 Deputado Municipal do BE** - Carlos José da Silva Martins; -----

**1 Deputada Municipal do CDS** - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota);-----

**1 Deputada Municipal da CDU** - Carla Sofia Osório Gomes;-----

**1 Deputada Municipal do PAN** - Ana Luísa Poeta Simões;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, a Vice-Presidente, Ana Machado e os Vereadores, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de Rui Cristina), João Paulo Sousa e Fernando Santos.-----

**Faltou** o Deputado Eleutério João Pedro Rocheta do GM do PSD, não tendo sido substituído. -----

Para coadjuvar os trabalhos na Mesa, para desempenhar as funções de 2ª Secretária foi convidada para integrar a Mesa a Deputada **Elisabeta Necker**, perguntando se alguém se opõe, não se tendo verificado qualquer manifestação de oposição. Ninguém se opôs. -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

### Ordem de Trabalhos

#### 1- Intervenção do Público

#### 2- Período de Antes da Ordem do Dia;

#### 3- Período da Ordem do Dia;

- a) - Proposta da Câmara Municipal n.º 640-2023 [DP] - Proposta de Prorrogação do Prazo de vigência da renovação do Estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira-Nascente) no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé; para deliberação;
- b) - Discussão e votação da Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal, elaborada pela Comissão Permanente da AM Loulé;
- c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 218-2023 [DCMP] - Proposta de integração do Museu Municipal de Loulé como membro da NETWORK OF EUROPEAN MUSEUMS ORGANIZATIONS, com um valor de cota anual de 250€; para deliberação;
- d)- Proposta da Câmara Municipal n.º 508-2023 [DMAPMA] - Proposta de Adenda ao Acordo de Cedência de Imóvel entre o Município de Loulé e o Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve; para deliberação;
- e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 380-2023 [DAF] - Declarações sobre pagamentos/recebimentos em atraso e Compromissos Plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º8/2012, de 21/02, na redação dada pela Lei n.º 22/2015 de 17/03; para conhecimento;
- f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 483-2023 [DACEC] - relativa à Proposta de Criação da Seção de Municípios para os objetivos de desenvolvimento sustentável da ANMP; para conhecimento;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

- g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 544-2023 [DP] - relativa à Proposta de Prorrogação do prazo de vigência da renovação do Estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira-Nascente) no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé; para conhecimento; -----

### 1- Entrou-se no Ponto 1 Intervenção do Público;-----

O **Presidente da Assembleia**, informou que nos termos do regimento da Assembleia, o tempo máximo para cada intervenção é de cinco minutos e que se destina a assuntos de interesse municipal, bem como à apresentação de pedidos de esclarecimento dirigidos à mesa. Após conferir as inscrições do público, e pela ordem de inscrição concede a palavra ao cidadão, **Manuel Merceano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e disse que face às muitas e constantes notícias que circulam nas redes sociais e por se tratar de dinheiros públicos, pergunto aqui de forma clara se determinado negócio do século, pelo menos em Loulé, se trata de ficção ou da realidade? -----

Refiro-me à venda de um imóvel situado na avenida José da Costa Mealha, propriedade de um tal senhor Horácio Piedade, ex-autarca, que, segundo algumas vozes, adquiriu o referido imóvel por um bem, mais de duzentos mil euros, ou seja, apenas realizou pequenas obras, pinturas, caixilharia, pladurs e etc. sem de forma efetiva acrescentar valor significativo ao imóvel. Uma vez que teve lugar projeto de arquitetura, ou que não teve lugar projeto de arquitetura, mantendo-se assim as mesmas áreas e número de pisos. Recapitulando, adquiriu por um pouco mais de duzentos mil euros, fez uma operação de cosmética sem projeto de arquitetura e em seguida a Câmara Municipal vem pretender adquirir o imóvel por cerca de um milhão de euros, ou seja, cinco vezes mais num curto espaço de tempo. Portanto, com isto impõe-se as seguintes questões: -----

Senhor Presidente, confirma tal negociata? Sim ou não. Eu digo negociata, porque isto não pode ter outro nome. Se sim, como justifica este negócio ruinoso para o município e para os dinheiros públicos. -----

Segunda questão ou terceira questão. Por que razão declinou o direito de preferência na sua aquisição meses antes por apenas duzentos e poucos mil euros, ou seja, o ano passado, valor esse normalizado pelo mercado, até porque se encontrou nessas condições durante muito tempo à venda no mercado. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e de seguida



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

concedeu a palavra à cidadã **Silvia da Cruz**, que cumprimentou os presentes e disse que o seu nome é Sílvia Cruz. Pedi esta intervenção como trabalhadora no setor do alojamento local de gestão e administração de propriedades há vinte anos numa firma estabelecida no mercado há mais de trinta e quem trabalha no setor do turismo e do alojamento local não pode deixar de estar preocupado com aquilo que se está a passar com o alojamento Peço que anexem, se puder anexar, senhor Presidente da mesa, e que faça distribuir um documento que foi resultado de uma reunião ontem com dezassete empresas, gestão de administração de propriedades e do alojamento local em Almancil, que englobam cerca de mais de oitocentos trabalhadores. Mais de sete mil trabalhadores colaboradores, diretos e indiretos vão ser afetados com estas medidas. local dentro do programa Mais Habitação que nos foi apresentado pelo Governo. Neste documento, expomos algumas preocupações e até algumas soluções e alternativas: -----

Suspensão das licenças de alojamento local, pedimos que tenham em consideração os aldeamentos turísticos, ou que adicionem uma frase a esta proposta, em que tenham em consideração, excluam os aldeamentos turísticos, que são aldeamentos, zonas criadas, construídas, pensadas no alojamento para turistas. Não faz sentido tirarmos o alojamento local em zonas de aldeamentos turísticos que foram pensados e construídos para o alojamento a turistas; -----

A caducidade das licenças de alojamento local por qualquer motivo de transmissão. Pedimos que adicionem uma frase que seja transmissível a licença de alojamento local por venda, por morte do titular de exploração. Acho que resolve a questão e não há, não havia muito mais problemas; -----

A validade das licenças de habitabilidade já existentes até 2030 com reavaliação em cada cinco anos. É difícil de trabalhar no turismo que dá tanto ao concelho de Loulé e ao país com um prazo de validade com uma morte, como eles costumam dizer, já com uma morte já anunciada, e pedimos ao governo que nos dê os parâmetros dessas reavaliações para não trabalharmos no escuro durante não sei quanto tempo, que nos deem os parâmetros dessas reavaliações, e por último, não pior ainda será a contribuição extraordinária da contribuição ao alojamento local. Eu desafio o executivo a calcular essa taxa. Quem o fez chega a valores exorbitantes, que é mesmo quase uma multa para o alojamento local e até já não falando do pequeno pormenor da dupla de tributação que se poderá colocar até. -----

Irão ver no documento que eu já pedi para ser anexado e transmitido, eu peço que o executivo me confirme que esse documento chega ao governo antes da discussão e da aprovação, porque transmite as preocupações de quem vive e quem trabalha no turismo e no alojamento local do concelho de Loulé, que dá tanto ao Concelho de Loulé e ao país.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação da cidadã e de seguida concedeu a palavra ao cidadão **José Neves**, que cumprimentou os presentes e disse que o seu nome é José Neves e está aqui hoje essencialmente para fazer uma declaração de interesses. -----

Quando se tornou público o projeto de instalar nos matos da Picota uma lixeira, tendo plena consciência do efeito devastador que teria para o território de Loulé e as suas gentes, deixei a minha vida para trás, fechei o meu negócio e dei início imediato ao movimento de contestação, sensibilizando os munícipes e recolhendo assinaturas. -----

Posso adiantar que pessoalmente eu e a minha esposa recolhemos aproximadamente quatrocentas assinaturas. Posteriormente e respondendo a um repto de sua Excelência Senhor Presidente da Câmara, foi iniciado o processo de seleção de um projeto válido para implementar no local. -----

A escolha recaiu sobre um projeto único, um projeto que muito acarinho e muito acredito nele, que se chama projeto Cidade Desportiva. -----

Ora bem, este projeto na minha opinião é um projeto com excelente aptidão para dar resposta e receber dignamente equipas para estágios e equipas desportivas de topo. ----

Um Projeto. com potencial como este, tem todas as possibilidades para promover como nenhum outro Loulé, as suas gentes, à escala global. -----

Cumpre-me aqui sem dúvida alguma, agradecer a forma cooperante e empenhada que sua Excelência o Presidente da Câmara e o seu executivo nos receberam, muito obrigado por isso. Cumpre-me também informar todos os presentes nesta sala, bem como todos os munícipes que nos seguem a partir de casa, que não tenho quaisquer condições hoje para continuar neste grupo de trabalho. Nestas circunstâncias, portanto, nas circunstâncias atuais, tenho plena consciência que sou um elemento nocivo neste projeto. Como tal, assumo as minhas responsabilidades. -----

Estar neste grupo de trabalho é em meu entender absolutamente incompatível, até porque aproxima-se uma inevitável luta de sobrevivência que eu vou ter que assumir com vossas Excelências. Isto impõe-se por uma questão de sobrevivência da minha família, por uma questão de sobrevivência minha pessoalmente. -----

Tenho tentado evitar até ao limite e sinceramente no limite começo a acreditar que a única forma é assumir esse confronto. Este confronto a existir vai ter um foco muito especial em repor a legalidade e responsabilizar os prevaricadores. -----

Meus senhores, por inúmeras vezes vos trouxe aqui detalhes sobre a inaceitável instalação a sensivelmente quarenta metros da minha habitação de uma central de betão pronto, a chamada central Betão Ponto Verdasca. É inaceitável porquê? É inaceitável



*Handwritten signature*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

porque tem um imenso impacto ambiental. É inaceitável porque não respeita a classificação de solos. É inaceitável porque não respeita a lei geral. É inaceitável porque não respeita a Constituição da República Portuguesa. É inaceitável porque atenta contra a minha saúde, atenta contra a saúde da minha família, atenta contra a minha vida e a vida da minha família. -----

Não sei se já se aperceberam, eu estou farto de tossir. Eu levei com uma bomba de cimento em cima há dois meses, nunca mais deixei a tosse, estou com os pulmões afetados. Levem isto muito a sério que isto não é para brincar! -----

Voltei a ser recentemente fiscalizado por uma equipa da Câmara Municipal de Loulé e esta é a outra parte surreal, eu virei aqui falar sobre isso e sobre o efeito de perseguição e mau-trato. Voltei a ser recentemente fiscalizado por uma equipa da Câmara Municipal de Loulé, devidamente acompanhada pela GNR. Foi-me sugerido consultar o processo da fábrica, que haveria melhorias. E eu acreditei, até pensei e é verdade, espera lá que se calhar é verdade. -----

Assisto hoje tristemente, assisto hoje mais uma vez à expansão da atividade e mais uma vez completamente à margem da Lei. -----

Meus senhores, isto é uma Assembleia de gente séria ou andamos a brincar uns com os outros? -----

Meus caros, eu sou empreendedor e como empreendedor e apesar de lesado, eu até compreendo a dinâmica do empresário. Um empresário existe para tornar solúveis as suas empresas, para ganhar dinheiro, para criar emprego, é para isso que existem os empresários e eu acredito na economia de mercado. -----

O **Presidente da Assembleia**, pediu ao munícipe que moderasse o tom de voz, referindo que percebemos a sua exaltação, mas deve-se conter. -----

O cidadão **José Neves**, explicou que o que ele não compreende e não pode aceitar é a abordagem e desempenho desta entidade que como tutela, tutela o setor, porque de facto é a Câmara Municipal de Loulé que tutela o setor. -----

Tudo é tão surreal que sou forçado a questionar vossas Excelências. Meus senhores, este executivo por vossa Excelência liderado, ou algum dos seus membros em particular tem algum tipo de interesses económicos na laboração desta central de betão pronto? Isto não é uma ironia, isto é uma pergunta sim ou não! -----

Senhor Presidente, o senhor tem sido o ator principal neste filme de terror. Solicito-lhe que dispa essa roupagem e vista a roupagem do vizinho da fábrica e diga-me. O que faria vossa Excelência se estivesse a viver o filme de terror que eu estou a viver? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e concedeu a palavra à cidadã **Ana Cristina Fernandes** que cumprimentou todos os presentes e referiu que vinha ali em representação da Quinta do Lago. Muito rapidamente, eu penso que todos nós sabemos o que é que o projeto Mais Habitação tem em cima da mesa e que vem trazer para todo o nosso país. No entanto, não podemos deixar passar, reiterando aqui a posição da Quinta do Lago, que assinou conforme todos os outros administradores de propriedades e aldeamentos, o documento que muito simpaticamente a Sílvia Cruz fez cópia de transmitir a nossa grande preocupação, pelo padrão em como o Mais Habitação está desenhado (Anexo A). -----

Sabendo todos as regras que estão em cima da mesa, eu gostaria de vir aqui reiterar que todo este projeto vindo para a frente, da maneira como está desenhado, vai significar uma ruína total do turismo no Algarve. Os hotéis que nós temos não têm capacidade para todos os clientes que vêm parar aqui. -----

Obviamente que isto vai ter efeitos paralelos não só nas casas de alojamento local, mas vai ter um efeito extremamente nocivo em toda a atividade que anda à volta disto, significando o quê? -----

As compras de casa vão diminuir, todos os clientes que vinham com o propósito de fazer da habitação nestas zonas que nunca vai ser de forma alguma habitada pelos locais, nunca, porque não existe capacidade financeira para tal, vão passar a investir noutros sítios, significando o quê? Serviços de limpeza, serviços de jardinagem e serviços de piscinas, pequenas manutenções, obras, etc. tudo vai ser afetado. E o meu propósito ao vir aqui esta noite, e muito agradeço a oportunidade que me estão a dar, é para reiterar as dificuldades que nós vamos todos encontrar perante esta situação, e gostaria de saber até que ponto nós temos o apoio da Câmara de Loulé, que eu penso que compreenderá melhor do que qualquer outra a importância desta área de funcionamento. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação da cidadã e concedeu a palavra ao cidadão **Eurico Antunes**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes e afirmar que queria falar-lhes sobre o trânsito e estacionamento em Quarteira, que devemos dizer que é assunto muito urgente. -----

A ciclovia tem que ser orientada para fora da principal avenida da cidade. Esta avenida deverá privilegiar as faixas laterais para a circulação de veículos de utilidade pública, seja autocarros, táxis, ambulâncias, e emergências, etc. As faixas centrais serão destinadas ao trânsito normal. -----

Há que voltar a libertar espaços para estacionamento acabando com as esplanadas,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

repondo as condições dos arruamentos e passeios para a serventia dos peões em primeiro lugar. Há que compatibilizar a localização de contentores de lixo com o trânsito e respetivas regras e visibilidade garantida para evitar acidentes. Em Quarteira há imensos pontos para recolha do cartão, do vidro e do plástico e estão colocados de tal maneira que uns estão em cima da passagem de peões, outros estão de tal maneira que o cidadão que vai a conduzir não consegue visualizar o trânsito. Isto é perigoso. -----

Há urgência em construir o estacionamento subterrâneo com a capacidade estudada para restituir às pessoas o território que lhes pertence. -----

O estudo das tarifas terá que viabilizar o uso fácil desta infraestrutura, por forma a conseguir-se a «limpeza» do território, isto é, tirar a lata da superfície. -----

Possuir um automóvel não é obrigatório, mas tendo em conta o atual estado dos transportes públicos, em muitos casos trata-se de uma ferramenta de trabalho que deve ser tida em conta. -----

A ciclovia tem que ser implementada de forma a servir os ciclistas sem atrapalhar o trânsito automóvel e o dos peões. -----

Criar vários parques à superfície para estacionamento de bicicletas e trotinetas. -----

É urgente implementar regras de trânsito para bicicletas, trotinetas e recordar também as regras dos peões! É que, faz-me uma aflição ver o peão a atravessar na faixa de peões a olharem-me no sentido contrário, dá-me a sensação que são suicidas. -----

Sobre a questão da praia, é importante tomar a decisão de eliminar os esporões com o aumento dos que restarem. Constou-me que isso é uma ideia que existe de retirar alguns esporões para que as praias que eram divididas por cada esporão a retirar aumentassem o seu tamanho. Não sei se é verdade se é mentira, mas fica aqui a nota. Ao mesmo tempo que reestabelecer o nível da praia aproveitando para aumentar o areal com o transporte mecânico da areia em excesso, isto é, os banheiros em vários anos sucessivos levaram a carregar areia com buldózers, suponho que à revelia da autoridade marítima, do mar para a terra, de tal forma que a praia já está mais alta que os arruamentos. -----

Quando há tempestade e o vento do Sul é forte, as ruas e passeios ficam cheios de areia e de resto, por exemplo da praça do mar há uma escada de acesso à praia que não está visível porque está completamente coberta de areia. -----

Este é um trabalho que está a ser necessário, depois de há muitos anos a construção da marina ter provocado uma enorme instabilidade das praias localizadas para nascente e até à Ilha de Faro. -----

O desaparecimento do Posto da Guarda Fiscal, a construção de todos os enrocamentos de Quarteira e a erosão da falésia na zona de Vale de Lobos, são prejuízos causados pela construção de uma marina que sem estudos de hidráulica marítima foi construída assim



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

para poupar os terrenos destinados à construção. -----

Sei que não havia estudos de hidráulica marítima, porque o diretor daquela obra foi meu colega, era o Engenheiro Brás Menezes. Não sei se ainda será possível exigir indemnizações pelos prejuízos causados. Também dotar a praia com duche de água doce mantendo os lava-pés. E agora uma sobre corrupção. -----

Era uma vez uma senhora que comprou lojas, transformou em habitações e apropriou-se de um espaço do condomínio, ao ser confrontada com representantes da autoridade confrontou-os com um manguito, e é só investigar. -----

-----  
O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e, para responder às questões levantadas, concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que começou por cumprimentar os presentes e explicar que iriam responder às questões que foram levantadas naturalmente e que indicava o Vereador **David Pimentel** para usar da palavra. Este cumprimentou todos os presentes e disse que em relação às perguntas que foram colocadas e de uma forma sintética, senhor Manuel Marciano, coloca dúvidas sobre um imóvel na José da Costa Mealha, primeiro sobre o direito de preferência. A Câmara Municipal de Loulé tem apenas direito de preferência quando são feitas aquisições ou transações de imóveis na área de reabilitação urbana, vou designar por ARU, que não é o caso. Aquele imóvel que eu presumo que seja aquele em que se está a questionar, não está na área de reabilitação urbana, portanto a Câmara Municipal de Loulé não tem direito de preferência, e aquilo que me apraz dizer-lhe também a si e para que conste é que qualquer proposta de aquisição de imóveis ou de frações dispersas ou de imóveis, de que natureza sejam, terrenos, casas, obedecem sempre a um pedido de uma avaliação por peritos independentes externos ao município credenciados pela CMVM, portanto são pessoas especializadas na matéria, e as propostas que a Câmara Municipal de Loulé ou qualquer Câmara do país pode fazer é sempre em função dessas avaliações, nunca superando esse valor de avaliação. Portanto, uma coisa é a nossa sensibilidade especulativa sobre os preços de mercado, outra coisa é a realidade que é tangivelmente calculada com base em métodos perfeitamente secundáveis por aquilo que é a CMVM e, portanto, quanto a isso é o que me apraz dizer. -----

No que diz respeito ao alojamento local e agradecendo encarecidamente as intervenções quer da senhora munícipe Sílvia Cruz, quer da senhora munícipe Ana Cristina Fernandes, é de facto muito importante a participação de todos nos processos de consulta pública sobre as propostas de lei. Aquilo que decorre neste momento do programa Mais Habitação em várias das suas vertentes, é um período de consulta pública, consulta pública essa que terminará no próximo dia 24 de março e é importante que as pessoas possam reunir



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

os contributos de várias empresas, entidades, empresários em nome individual ligados a estas áreas e que possam fazer chegar esta informação a quem vai decidir em Conselho de Ministros e na Assembleia da República, porque efetivamente a lei a nível nacional não é deliberada, não é decidida neste órgão, isto é a Assembleia Municipal, não é quem decide sobre a legislação nacional, decidirá sobre os regulamentos locais. A realidade do alojamento local é de facto díspar entre a nossa região e outras áreas do país. ----- Aquilo que gostaria também de acrescentar, é que, por exemplo da parte do governo, e não foi atualmente, foi logo a 19 de fevereiro, o Secretário de Estado do Turismo Comércio e Serviços, Dr. Nuno Fazenda, pronunciou-se dizendo que «as medidas constantes do alojamento local poderiam e deveriam ser aperfeiçoadas», são palavras que cito. «A consulta pública visa efetivamente recolher contributos e recomendações para que possa ser debatida em Assembleia da República a decisão final sobre a legislação nesta matéria». À data do dia de hoje, todos os processos de pedidos de licenciamento de alojamento local que têm decorrido na Câmara Municipal de Loulé, e posso-vos dizer que neste momento andamos a receber entre dez a doze pedidos diários que estão a tramitar naturalmente, normalmente, e estão a ser autorizados sempre que cumprem as condições, e como última nota só para que conste, a consulta pública, por exemplo, de duas das medidas que estão no pacote Mais Habitação que é, apoios às rendas e crédito à habitação, terminou no dia 13 de março. Das várias limitações ou dos vários limites que haviam para o subsídio ao arrendamento, ficaram apenas dois depois da consulta pública, e esses dois dizem respeito à taxa de esforço no rendimento do agregado familiar, e diz respeito a rendimentos até ao sexto escalão do IRS, para que seja ativado automaticamente e volto a reiterar, todos os municípios que reúnem as condições que estão consagradas na legislação atualmente aprovada em Conselho de Ministros para a renda apoiada, automaticamente, e o âmbito será para cento e cinquenta mil famílias, serão ressarcidas num valor de vinte a duzentos euros por mês do valor de renda que têm nas suas habitações. É para isso que servem os processos de consulta pública, é para intervirmos ativamente como municípios preocupados, para contribuir ativamente naquilo que são as nossas preocupações e o governo ouve, incorpora esses contributos e decide sobre uma lei que resulta tanto melhor amanhã do que resultará numa proposta inicial e, portanto, esses contributos seguramente estão a ser partilhados. O senhor Presidente creio que também tem alguma questão a acrescentar a esta minha intervenção sobre uma pedida audiência à Ministra da Habitação, mas seguramente poderá partilhar já de seguida. -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que disse, confirmo o que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

o senhor vereador David Pimentel, acabou por dizer. Nós de facto estamos nesta fase a ouvir as várias reclamações que nos chegam. Como foi dito, está a decorrer um período de consulta pública e, portanto, temos recebido documentos escritos, ainda agora mais um para juntar àqueles que nos têm chegado e vamos estudá-los, porque o alojamento local tem de facto aspetos muito positivos para a nossa economia e as regiões não são todas iguais, há regiões com particularidades e de aspetos muito específicos que são irrepetíveis e, portanto, temos que ponderar, mas há também um problema que subsiste. Portanto, há um pacote de medidas para atacar o problema da habitação, que é um problema nacional e que é bem-vinda, a iniciativa do governo, que procura resolver este problema, vamos ver, porque há muita coisa ainda a aperfeiçoar, vamos estudar o assunto, nós temos uma reunião marcada com a senhora Ministra já em breve, para lhe levar algumas das preocupações que nos vão chegando e também levar aquela que for a nossa ponderação porque neste momento estamos num período de construção de uma opinião. -----

Foi concedida a palavra ao Vereador **Carlos Carmo**, que principiou por cumprimentar todos os presentes e dar duas notas sobre as várias questões que o engenheiro Eurico Antunes referiu, nomeadamente sobre duas questões em concreto. -----  
Falou sobre a questão da alimentação do areal. O que lhe posso dizer, é que neste momento está em processo de estudo de impacto ambiental para depois avançar para a avaliação de impacto ambiental remetido pela APA. O processo para fazer a alimentação do areal da frente mar de Quarteira, portanto aquilo que disse é verdade, de dez em dez anos tem que haver motivado pelas questões que todos nós sabemos das alterações climáticas e daquilo que é o impacto da subida do nível médio do mar, nomeadamente na frente mar de Quarteira, portanto esse processo é um processo que será cíclico, portanto é algo que não tem volta a dar. Neste momento o município em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente, que tem o projeto pronto para fazer a intervenção, fez um protocolo com o município e neste momento está em estudo de impacto ambiental essa alimentação, bem como a questão dos esporões que neste momento está a ser feito um estudo também em parceria com a APA para se avaliar quais são as medidas que têm que ser tomadas para, digamos, neste caso uma possível intervenção nos esporões. Portanto, dar nota também positiva dessas questões que fez nomeadamente sobre esses dois aspetos que estão em curso, não são projetos do foro do município, mas o município tem estado a acompanhar de forma ativa e parceira com a Agência Portuguesa do Ambiente. E sobre as questões, outras não tenho mais nada a acrescentar. -----



*Handwritten signature*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, para responder às duas questões do senhor Manuel Merceano. -----

Em primeiro lugar, a Câmara não faz negociatas e que fique claro. -----

Em segundo lugar, a Câmara tem tido uma política muito ativa de aquisição de bens imóveis no mercado para duas situações; Primeiro, resolver problemas de habitação, porque há como todos sabemos uma grande carência e temos adquirido vários fogos e vamos continuar a adquirir; Segundo, a Câmara também tem por via do acréscimo das suas responsabilidades que nos foram transferidas a partir da administração central, temos novas competências e temos necessidades de encontrar espaços para que os serviços da Câmara Municipal de Loulé, possam expandir-se acompanhando aquele que é o crescimento do nosso concelho atualmente. Portanto, o que está em causa é uma hipótese de aquisição de bens, não só esses, muitos outros e, portanto, a Câmara faz aquilo que tem feito sempre até aqui de acordo com a lei, consulta ao mercado e adquire aquilo que entende necessário para resolver necessidades das pessoas ou necessidades funcionais dos seus serviços. -----

Relativamente ao senhor José Neves, não, não tenho nenhum interesse na empresa que labora perto da sua habitação, nem o executivo como é óbvio, e portanto, desde o princípio que acompanho com preocupação aquela atividade ali, é um problema muito antigo, complexo, não desisti ainda de encontrar aquela solução que estiver ao meu alcance de acordo com as balizas da lei e de acordo com o direito que o senhor tem a ter uma vida tranquila sem ter portanto um equipamento daquela natureza ali tão próximo da sua habitação. -----

Foi concedida a palavra ao Vereador **Abílio Sousa**, que começou por cumprimentar todos os presentes e afirmou que a ele cabia-lhe ali dizer que, por orientação deste executivo, a ciclovia é para manter com algumas correções. Algumas correções que fomos detetando, digamos, na utilização da anterior ciclovia e passo a citar aqui, nomeadamente criar mais espaço entre o estacionamento dos carros e a ciclovia passará a ter as travessias junto às passadeiras. -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que o Período de Intervenção do Público está encerrado, sendo que ele, não sendo hábito fazer comentários sobre as intervenções do público, não resiste a duas pequenas intervenções, uma dirigida ao senhor José Neves para que se interrogue (e faço-lhe a pergunta retórica porque o senhor não tem o direito de responder, é apenas para refletir), se ficará muito bem nesta casa que sempre o recebeu para que expusesse as suas situações, interrogar-se se esta é uma casa de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

completamente impossível estar na mesma, tendo ficado de se articular futuramente uma próxima data para que o Dr. Pedro Castelo Branco cá venha. Não podendo estar presente, no entanto dirigiu um ofício ao Presidente desta Assembleia, o qual peço que seja lido pela senhora segunda-secretária em substituição, Elisabeta Necker. -----

Foi dada a palavra à Deputada **Elisabeta Necker (PS)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e passou a ler o ofício. -----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Carlos Silva Gomes. --Caro Presidente, tendo tomado posse no passado dia 6 de março em Assembleia Geral da Associação para o desenvolvimento do centro académico de investigação e formação biomédica do Algarve, ADABC, como Presidente desta instituição, cargo que por inerência é acumulado com o de Presidente da ABC e tendo conhecimento da reunião da vossa Assembleia nesta data, não quis deixar de enviar na vossa pessoa aos membros da mesma, uma breve nota da apresentação. -----

Como será de conhecimento de alguns senhores Deputados, fui Vice-Presidente do ABC no primeiro mandato dos órgãos sociais, tendo solicitado a minha substituição por ter cumprido um ano de licença sabática no estrangeiro. -----

Serve esta introdução para dizer que nesta altura não assumo o cargo com desconhecimento do mesmo, mas antes para afirmar que os projetos do ABC e as relações de preferência com a autarquia de Loulé serão aqueles que já vêm definidos e protocolados e que já eram do meu inteiro conhecimento, dando continuidade ao que consideram serem projetos de excelência para a região e que serão uma referência nacional em termos de investigação e formação na área da saúde. Sabemos, senhor Presidente, que podemos contar com a vossa disponibilidade e dos senhores Deputados desta casa para levarmos a cabo esta missão, e estamos à vossa inteira disposição para aquilo que considerem por pertinente. Sem outro assunto de momento, envio os meus cumprimentos. Pedro Castelo Branco». -----

O **Presidente da Assembleia**, referiu que no mesmo sentido de duas das intervenções que tiveram hoje sobre a problemática do alojamento local, receberam um número assinalável de emails de diversos particulares e de agentes turísticos que foram enviados para os vossos endereços eletrónicos sobre o processo da alteração legislativa em curso relativamente a esta matéria. -----

No que respeita a pedidos de informação, requerimentos e respostas, um requerimento de listagem de todas as instituições sem fins lucrativos do setor terciário feito em 13 de fevereiro de 2023 pela senhora Deputada Ana Poeta do PAN e que se encontrava a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

aguardar resposta, foi reformulado em 1 de março para conter apenas associações relacionadas com a causa animal e a federação de caçadores e foi respondido pela Câmara no dia 9 de março. -----

Um Requerimento sobre o Centro de Dia Pereiras/Quarteira efetuado em 18 de fevereiro pelo Deputado Carlos Martins do Bloco de Esquerda, foi respondido pela Câmara Municipal em 23 de fevereiro de 2023. -----

Um Requerimento com sugestões sobre o projeto de revisão do regulamento municipal Loulé Solidário, feito em 15 de março de 2023 pela Deputada Ana Poeta do PAN, foi reencaminhado para os serviços competentes na mesma data. -----

O Requerimento com pedido de esclarecimento sobre a hora do planeta feito em 15 de março de 2023 pela Deputada Ana Poeta do PAN, foi respondido na mesma data. -----

-Por fim e antes de avançarmos, recorda-se novamente aos senhores e senhoras Deputados que integram concelhos ou comissões em representação da Assembleia e que ainda não o fizeram, que devem enviar um relatório sobre a atividade nos termos do número quatro do artigo trinta e cinco do regimento da Assembleia, o qual passo a ler. «Os representantes da Assembleia Municipal deverão efetuar relatórios semestrais da sua atividade, assuntos debatidos e deliberações tomadas, salvo situações que exijam confidencialidade, entregando-os à mesa da Assembleia para que sejam enviados aos Deputados municipais juntamente com a convocatória para a sessão seguinte da Assembleia». -----

Eu devo referir que alguns dos senhores Deputados e Deputadas já cumpriram com este ponto e têm os relatórios efetuados, eu gostaria de quando os enviasse, enviá-los todos em conjunto, portanto peço aos senhores Deputados que ainda não o fizeram que façam o favor de o fazer. -----

O **Presidente da Assembleia**, procedeu à apresentação do **ponto seguinte**; -----

**Apresentação, debate e votação sobre Propostas, Moções de Atualidade e Urgência;** -----

**Moção de Atualidade e Urgência pelo Partido Socialista sobre os acidentes na Estrada Regional 270 (Anexo B).** -----

O **Presidente da Assembleia**, explicou que foi apresentada no início da Assembleia uma moção de atualidade e urgência pelo Partido Socialista sobre os acidentes na ER 270. A mesa entende que lamentavelmente o tema é atual e é urgente, uma vez que são vidas humanas que estão em causa, pelo que dou a palavra ao Deputado Carlos Costa para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

proceder à sua apresentação ou indicar quem o fará. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e disse que iria passar diretamente ao assunto. -----

Uma moção de utilidade e urgência. «Considerando os múltiplos acidentes ocorridos na estrada regional duzentos e setenta, alguns dos quais infelizmente provocando perdas de vidas, como o que aconteceu no passado dia 9 de março entre a fonte de Boliqueime e o acesso à via do Infante A22, considerando que a entidade competente para a manutenção e requalificação daquela via, as Infraestruturas de Portugal, continua sem nada fazer, apesar das sucessivas tragédias que já ocorreram naquela estrada, vem a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal propor a recomendação de que a Câmara Municipal providencie junto do Ministro das Infraestruturas, entidade com tutela política sobre a conservação e manutenção da estrada regional 270, no sentido de, com a máxima urgência promova e execute as obras de requalificação daquela via, que com as bermas e iluminação deficientes têm colocado, colocam e irão continuar a colocar em risco, se nada for feito, peões, ciclistas e automobilistas. Mais se propõe, a realização de um minuto de silêncio em memória de todas as pessoas falecidas». -----

O **Presidente da Assembleia**, declarou abertas as inscrições para a discussão da Moção. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Miguel Coelho (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes e explicou que aquela moção de atualidade e urgência para ele, para o Partido Social Democrata, não passava de uma confissão de negligência a todos os níveis, que passo a explicar. -----

Desde fevereiro de 2020, passaram três anos, eu como freguês de Boliqueime, como Deputado municipal do Partido Social Democrata, quando estou em regime de substituição, venho a alertar sucessivamente para o problema desta estrada. -----

Não aconteceu apenas uma morte, já é a segunda morte no espaço de pouco tempo, em outubro penso eu, salvo erro em outubro de 2022, aconteceu também um atropelamento mortal nesta via. Moção de Atualidade e Urgência? Mas o que é que tem de atualidade esta moção? Esta moção, desculpem a minha emoção, é das Moções mais desatualizadas que foi apresentada nesta casa. Onde é que os meus amigos, os meus companheiros, a Bancada do Partido Socialista esteve nestes três anos que eu venho a fazer intervenções nesta casa. Onde é que estiveram, onde é que questionaram o executivo, para que junto das entidades competentes, muito bem que aqui dizem, as Infraestruturas de Portugal, procedam em conformidade à requalificação desta via. E mais,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a tutela política destas infraestruturas pertence ao Partido Socialista. -----

O nosso Governo, quem tem a tutela sobre esta estrada, é o Partido Socialista. Vêm-nos propor agora uma moção de atualidade e urgência que nada tem de atualidade para lavar as vossas responsabilidades nesta matéria? -----

Meus caros, eu em fevereiro de 2020, nesta mesma casa, tenho uma intervenção, na altura senhor Dr. Pedro Pimpão, Vice-Presidente desta casa, já assumia completamente as falhas, a necessidade urgente daquela estrada. Aliás, na intervenção que está gravada em ata, o Dr. Pedro Pimpão até fala da situação de uma estrada passar por uma escola, escola Dr. Cavaco Silva. A necessidade recorrente do aumento exponencial de circulação nesta estrada, esta estrada é uma vergonha! Esta moção para mim é uma vergonha, é preciso ter lata, vir apresentar esta moção, lavando as responsabilidades do Partido Socialista, recomendando ao executivo da Câmara Municipal de Loulé. O que é que a Câmara Municipal de Loulé fez junto das entidades competentes durante estes três anos que eu venho a alertar para este problema? A vossa intervenção devia de ser questionar o executivo da Câmara Municipal, o que é que foi feito em três anos, que alguém vem alertar para o problema desta situação junto da tutela para requalificar aquela via. Isto é que era a vossa intervenção. Agora vir aqui imputar responsabilidades à IP, tudo bem que pertence ao vosso partido, mas imputar responsabilidades à IP numa atitude negligente que a Câmara teve durante três anos de assobiar para o lado, com intervenções que eu tenho tido nesta casa, que não me dão resposta, e agora por causa de duas vítimas mortais virem aqui lavar as vossas responsabilidades. Meus amigos, obviamente o Partido Social Democrata vai votar contra esta moção. Isto é uma vergonha! É uma vergonha para a vossa bancada! É uma vergonha para a vossa bancada, eu sentia-me envergonhado de apresentar esta moção, eu sentia-me envergonhado. Meus amigos, isto é, vítimas mortais, isto não foi acidentes e aconteceram dois podiam ter acontecido muito mais. -----

Eu propunha ao Presidente da Assembleia Municipal que levasse a Bancada Socialista a visitar esta estrada, porque não têm noção do que é que estamos aqui a falar. Então agora é que vêm falar que a estrada não tem bermas? Que a estrada não aufere condições de segurança, quando eu ando aqui há três anos a fazer intervenções nesta casa. Meus amigos, acordaram agora? -----

Senhor Presidente, a bancada Social Democrata obviamente vai votar contra esta moção de atualidade e urgência, obviamente sendo humanos que somos iremos aderir ao minuto de silêncio em prol das vítimas. -----

O **Presidente da Assembleia**, esclareceu o entendimento que a mesa teve sobre esta questão e que lhe parece que o próprio ênfase que o senhor Deputado pôs na sua



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

intervenção e a indignação que manifestou, são também prova da atualidade de tudo isto. É que pese embora o facto da situação já se prolongar infelizmente no tempo, não é por isso que ela continua a ser atual e cada vez que uma pessoa é vítima naquela estrada, a urgência volta a reafirmar-se. Eu não vou entrar no debate político, não me compete a mim, sobre aquilo que aqui está em questão. Aquilo que eu penso que todos nós nos devemos focar também é, independentemente desses juízos políticos são todos válidos, eu não estou a pôr em causa, a sua indignação é legítima politicamente e pessoalmente. Agora o que eu peço, é um esforço em que nos centremos na questão que sendo colocada há três anos ou se calhar há mais porque aquela estrada já dá problemas há mais anos, que nos foquemos no problema que continua ali, que durante esta Assembleia já provocou pelo menos duas vítimas mortais e que seria bom que não provocasse mais nenhuma. Eu não estou a defender a moção do Partido Socialista, não me compete a mim, o que eu estou a defender é a posição da mesa que decidiu aceitar esta moção de atualidade e urgência, porque é de atualidade porque o problema continua a não estar resolvido e continua na ordem do dia e é de urgência porque cada dia que passa e que nós vamos estar aqui a discutir nada nos impede que nesta altura ou amanhã, ou para a semana, volte a falecer mais uma pessoa naquela estrada vítima de acidente mortal, e daí que é importante que, independentemente das responsabilidades administrativas sobre a estrada, e penso que é isso que há anos que está em causa, é que administrativamente a responsabilidade da reparação da via e da manutenção da via competirá às infraestruturas de Portugal e aos concessionários. -----

Aquilo que eu fico com impressão é que o Partido Socialista percebeu também aquilo que o senhor Deputado disse. É que independentemente das responsabilidades administrativas há responsabilidades políticas, e essas responsabilidades políticas têm que ser assumidas e o problema tem que ser resolvido. É nessa linha que interpretei a moção do Partido Socialista, só tenho que interpretar a parte da atualidade e urgência, para mim continuo a reafirmar que ela é atual e urgente, se os senhores Deputados pretenderem podemos pôr à consideração se o plenário aceita esta moção como atual e urgente, mas atendendo à matéria envolvida, eu não tenho dúvidas nenhuma que ela é atual e ganha mais atualidade cada vez que morre uma pessoa ou que há um ferido grave naquela estrada e que ela é urgente nessas mesmas circunstâncias. -----

O resto se o Partido Socialista não pressionou quando devia ter pressionado e agora vem fazer uma moção para que se pressione a tutela política, senhor Deputado, aquilo que eu poderei dizer como Presidente desta Assembleia e num esforço de alguma independência, é que mais vale tarde que nunca. Mas já me estiquei na minha intervenção, que apenas queria de justificação da atualidade e da urgência e daria a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

palavra a quem a pedisse. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse que esta Moção tem a ver com questões factuais que ocorreram e que é nesta casa, Assembleia Municipal, perfeitamente enquadrável este tipo de posição. Não se tomou nenhuma, na Assembleia de Freguesia de Boliqueime houve posições no mesmo sentido, ambas as bancadas, o PS e o PSD na Assembleia de Freguesia de Boliqueime votaram por unanimidade textos deste teor e desta indignação, e aqui nesta casa considerando enfim, digamos, o somatório das infelicidades que houve, nomeadamente a última neste mês, coube ao Partido Socialista, bancada do Partido Socialista colocar aqui a questão. Não quero aqui utilizar as palavras que disse do mais vale tarde do que nunca, mas só que não entendo o comportamento do Deputado do PSD que interveio, é um comportamento, enfim, digamos, pensa que está num tribunal, está a gozar, enfim, de maneira que eu não sei, enfim, não interessa essa pressão com que o senhor falou na bondade do assunto que aqui nos traz, que é, questionarmos o governo da República para resolver a questão. Eu não sei, não percebo porque é que o senhor está com essa indignação acusatória, quando o que temos aqui é efetivamente este órgão, Assembleia Municipal, juntar-se, dar força, enfim, digamos, a este documento, no sentido de quem tem competências resolva o assunto. Deviam ter era, se se aprovou, se tomou iniciativa ao longo dos anos na Assembleia de Freguesia de Boliqueime, o mesmo deveria tê-lo feito aqui nesta casa, ou então pedia aos seus companheiros e são camaradas deste lado, no sentido de que eu penso que o que disse ofende, o que disse é ofensivo. O que o senhor disse é ofensivo, eu acho que o senhor estava, enfim, muito emocionado, penso que isto não ajuda, a sua intervenção não ajuda a questão, a minha não porque eu já tenho muitos anos disto, é a dialética, não é? Assim o aceito e assim a minha declaração e a sua eu aceito, mas o objetivo é resolvermos este assunto, daí esta moção, porque ela, enfim, enquadra-se num encerramento de um conjunto de factos em que temos que evitar mais mortes, a requalificação daquele troço. E eu conheço aquele troço há muitos anos, a minha avó materna faleceu atropelada na 125, morava ali no sítio ali da ponte Barão, portanto eu sei o que é que estou a dizer e, portanto, não venha, peço-lhe desculpa pelo termo, dar lições aos Deputados do grupo municipal sobre conhecer o território do concelho. Portanto, eu acho que o senhor deve, enfim, fazer um pouco, isto não é o Partido Social Democrata a falar, isto não é, há aí outra coisa. -----

O **Presidente da Assembleia**, referiu que antes de passar a palavra ao senhor Deputado Carlos Martins (BE), pedia aos senhores Deputados que pensassem naquilo que a seguir irá fazer que é pôr à consideração, não é hábito do executivo usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia, no entanto, foram aqui levantadas questões pertinentes pelo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

senhor Deputado Miguel Coelho do Partido Social Democrata, que eventualmente ajudaria esta Assembleia a perceber o que é que durante esses três anos o executivo fez ou não fez relacionado com esta matéria. Primeiro darei a palavra ao Deputado Carlos Martins, seguidamente aos Deputados que a pedirem, mas porei posteriormente à consideração qual o vosso entendimento relativamente a isto, uma vez que estamos a falar de uma situação como já se percebeu têm danos de vidas humanas e de famílias destruídas que importa fazermos tudo o que estiver ao nosso alcance para que isto o mais rapidamente se clarifique e se resolva. -----

Foi dada a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que cumprimentou todos os presentes e disse que o Bloco de Esquerda lamenta obviamente as mortes verificadas nesta via e condena a inércia do governo que conduziu ao agravamento da segurança de quem por ali transita ou caminha nas suas bermas. -----

No anterior mandato um dos motivos da demissão do professor Pimpão como Presidente da Assembleia Municipal, foi o facto de um governo local do PS não ter cumprido as promessas feitas ao povo de Boliqueime, nomeadamente a reabilitação da estrada. E o governo PS nada fazerem para evitar estes acidentes mortais e muitos outros casos graves que ali têm ocorrido. -----

Em 2017, foi transferido para o domínio municipal dezoito quilómetros desta estrada, desde o nó da A22 até ao limite do concelho de São Brás. Na altura estranhámos o facto da parte mais perigosa desta estrada, entre Boliqueime e o nó da A22 não ter sido contemplada no protocolo com o governo, nem ter sofrido quaisquer beneficiações, no sentido de se evitar estes acidentes. -----

O senhor Presidente da Câmara falou muito satisfeito que recebeu dezoito quilómetros de estrada, mas a parte pior ficámos com ela outra vez. -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que gostaria que os Deputados se pronunciassem sobre a questão de conceder ou não tempo ao executivo. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que fez uma pergunta à mesa. Aqui a nossa bancada estamos confusos com uma coisa. Este tempo que aqui está conta, não conta, como é que é? É por ser uma moção, estamos a discutir uma moção, conta para aqueles catorze minutos em que fazemos perguntas ao executivo e o executivo nos responde? -----

O **Presidente da Assembleia**, explica que provavelmente por desconhecimento da parte



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

do Deputado, mas o regimento sempre foi este, sempre funcionou assim. Estamos no Período Antes da Ordem do Dia, tudo o que se lê, tudo o que se diz durante este período desconta no tempo disponível. As bancadas gerem o seu tempo de acordo com aquilo que é o seu interesse. -----

O Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, explica que era essa a dúvida que estavam a ter. -

O **Presidente da Assembleia**, perguntou se alguém se opunha a que fosse dada a palavra ao Executivo? -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que referiu que em primeiro lugar queria dizer que é muito bem-vinda a moção, porque se trata de uma situação que já dura há muitos anos e que a Câmara Municipal de Loulé tem ali poucas ou nenhuma possibilidade de intervir e ele explica porquê. Como se devem recordar, houve uma obra que estava em curso em 2012, 13, 14, que era a requalificação da estrada nacional 125, e em 2014, em julho de 2014, eu lembro-me disso porque na altura fui talvez o único autarca, que eu me lembre, que me insurji contra a interrupção das obras que foi decidido pelo governo na altura, portanto que era um governo do Partido Social Democrata que interrompeu o final das obras de requalificação da estrada nacional 125 de Olhão até Vila Real de Santo António. Não só interrompeu essas obras como a requalificação da estrada 396 no concelho de Loulé e é por isso que ainda hoje não fizemos o resto da avenida do Atlântico, entre a avenida do Atlântico e a rotunda do Vila Sol, porque aquela estrada está concessionada, foi concessionada e também o troço do nó da A22 até ao centro de Boliqueime. Tudo isto faz parte do mesmo pacote. -----

Essas obras estavam em curso e quem interrompeu foi precisamente o partido do senhor que aqui está muito indignado porque as obras não foram concluídas e não foram feitas. Desde então para cá há um litígio de renegociação da concessão com as rotas do Algarve, há um litígio que dura até hoje no tribunal sobre o valor a pagar no resgate da concessão, porque essa concessão foi interrompida, as obras foram interrompidas e é isso que explica que continuem a morrer pessoas na estrada, mas naquela parte da estrada que são dois terços da estrada nacional 125 que foram feitas obras, a estrada praticamente baixou a sinistralidade e deixaram de haver acidentes mortais. Portanto, os senhores têm aqui também uma responsabilidade grande, não sacudam a água do capote, porque a responsabilidade também é vossa. É nossa também e eu assumo isso, nossa do governo, não do município, porque isto é tempo de mais, este problema já devia de ter sido resolvido e agora vou voltar àquilo que me questionaram o que é que temos feito? Pois nós não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

temos feito outra coisa senão insistir. -----

Ainda muito recentemente quando o governo esteve aqui na região com todos os ministros, eu dirigi-me ao Ministro das Obras Públicas e disse-lhe, «Senhor Ministro, nós temos, continuamos a ter um problema que têm que resgatar a concessão, ou consórcio que tem neste momento, porque nós não podemos continuar sem fazer as obras na estrada nacional 125, que além desse problema agora temos os problemas dos proprietários, por causa da lei de proteção de dados não conhecemos e não conseguimos chegar a eles, mas esse é outro problema» e, portanto, é isto que explica a situação. -----  
Eu tenho insistido, tenho escrito, tenho insistido, tenho feito aquilo que tenho podido e já agora, também para responder ao senhor Deputado Carlos Martins, quero-lhe dizer que aquela parte da estrada não veio, porque exatamente estava no pacote de requalificação negociado e sub-concessionada a um consórcio. É por isso que aquela parte entre o nó da A22 até ao centro de Boliqueime, é por isso que ela não veio, mas veio e veio muito bem, porque se não tivesse vindo essa mutação dominial, aquilo passou a ser património do município de Loulé e somos nós agora os responsáveis pela manutenção deste troço de estrada, mas foi a negociação que nos foi imposta, por parte das Infraestruturas de Portugal, porque senão até hoje nós não tínhamos a possibilidade de fazer a conclusão da estrada da circular de Loulé, e os senhores curiosamente votaram contra aí desse lado. Sabiam que aquela era a única maneira de nós podermos fazer um projeto e fechar a circular de Loulé e os senhores votaram contra. Houve uma votação que eu nunca mais me esqueço, por um voto de maioria, sabe quem é que deu? Sabe quem é que possibilitou? Foi a Deputado na altura, está ali aquela senhora que é a mesma que estava nessa altura aqui a representar a CDU, e foi esse voto que nos permitiu ter a maioria para termos aqui a receção desse troço de estrada para podermos fazer a obra que hoje está em curso, a conclusão da estrada circular de Loulé. Portanto, senhores Deputados, é bom lembrar estas coisas, porque na política não há heróis, na política somos todos humanos, às vezes acertamos, fazemos bem as coisas, outras vezes falhamos, outras vezes falhamos. Portanto, um pouquinho mais de humildade e de memória não fica mal a nenhum de nós aqui dentro desta sala. -----

-----  
O **Presidente da Assembleia**, explicou que não percebeu se para além das questões administrativas em termos de intervenção política junto do executivo, pode-lhe ter passado, o senhor referiu alguma coisa? -----

-----  
O **Presidente da Câmara Municipal**, disse que tem feito, tem pressionado aquilo que a moção pede e muito bem, ele espera que os senhores Deputados a aprovem. Aquilo que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

ali é pedido, é aquilo que eu tenho feito, mas agora é um pedido que é reforçado pelos Deputados municipais. Eu tenho feito isso ao longo dos anos, enfim, não tenho conseguido porque como disse e repito, não houve ainda o resgate daquela concessão que está em tribunal e não há entendimento entre as partes. No dia em que houver entendimento entre as partes, há toda uma outra liberdade para resolver estes problemas por parte da Câmara. -----

O **Presidente da Assembleia**, pensa que a Moção que foi entregue aos Deputados tem um lapso na denominação do Ministro, pelo menos era uma versão que tinha ainda esta designação antiga de habitação, ou é a correta? Ok, então está correta. A que eu tinha é que não estava bem. Portanto, estamos em condições de passar à votação da moção, relembrar que a parte final da moção propõe a «realização de um minuto de silêncio em memória de todas as pessoas falecidas». -----

**Passou-se à votação**, tendo sido **aprovada por maioria**, com 25 votos a favor (22 PS, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN), 7 votos contra (PSD) e 3 abstenções (2 CHEGA, 1 CDS) (**Anexo A da presente Ata**). -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que iam passar à realização do minuto de silêncio em memória de todas as pessoas falecidas, o qual foi realizado. -----

Em seguida, passou-se para o ponto sobre **Apreciação de Assuntos de Interesse do município**, formulação de perguntas orais pelos Deputados. -----

**Apreciação de Assuntos de Interesse do Município, formulação de perguntas orais pelos Deputados;** -----

O **Presidente da Assembleia**, declarou abertas as inscrições para a discussão do ponto. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e referir que tem apontado algumas coisas desde o tempo que o público falou e fez umas questões e para facilitar o senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo. -----

Eu fiz aqui umas questões o mais sintético possível para que, eu agora peço é especial atenção ao senhor Presidente da Câmara e ao seu executivo que aponte as perguntas, porque desta vez eu gostava que respondessem, porque muitas são muito simples, é sim



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**Mandato 2021-2025**

ou não, portanto para não entrarmos ou em comício ou voltar a dizer que a culpa é do último Sá Carneiro, ou etc. -----

Bom, eu sou obrigado a repetir aqui esta pergunta pela bancada, que é a questão sobre a auditoria externa que foi aprovada em reunião de Câmara, quando é que realmente é iniciada. Penso que esta pergunta não é mal-educada, portanto queria que esta bancada tivesse essa resposta, porque enquanto isso não se iniciar iremos perguntar sempre isto. Senhor Presidente, tendo conhecimento do que já aqui foi questionado de forma muito clara, e estando a bancada do PSD a ficar muito preocupada com esta matéria, tenho apenas quatro questões muito simples sobre a tal alegada pretensão na aquisição do imóvel na avenida José do Mealha. Atenção não estamos aqui a perguntar a legalidade, a gente não está aqui com toga preta, estamos a falar aqui é, o que é que fazem com os dinheiros públicos que são das pessoas e as pessoas lá em casa precisam de ouvir e a bancada do PSD precisa de ouvir. Portanto a legalidade é no tribunal não é aqui, a gente quer perguntar simplesmente, muito simplesmente isto. Foi o senhor Presidente quem conduziu o tal processo ou delegou? Se delegou a quem delegou? Quem foram as entidades avaliadoras como disse e bem o senhor vereador Pimentel, gostaríamos de saber quem é que foi as entidades que avaliaram. E depois uma coisa que não ficou aqui esclarecida, ficou mais ou menos que é, qual foi o valor acordado para a Câmara adquirir, porque quem cala consente, falou-se aqui num milhão, nas redes sociais já se ouviu falar mais, mas convinha a gente saber, porque a bancada do PSD quer saber isso. Estamos a falar nada mais nada menos de uma ligeira intervenção de obras que nem sequer necessitou de controle prévio. Para que as pessoas percebam lá em casa, eram precisos outros projetos, porque estes casos a legislação confere a uma figura de obras de escassa relevância, isentando a submissão de projetos, face obviamente e repito à escassa relevância e conforme o próprio nome técnico indica, obras de escassa relevância, consequentemente provocará uma natural e apenas escassa relevância na sua valorização, isto porque não ampliou o edifício em nada, não o valorizou significativamente. É que eu para além de ser Deputado eu sou Arquiteto e domino esta área das avaliações e, portanto, queria saber se acha que é normal, se é que esses valores se aproximam num milhão ou até o ultrapassam, como é que uma habitação de duzentos e trinta mil euros com umas obras de escassa relevância a valoriza cinco vezes. Portanto, isso convinha ficar aqui esclarecido, portanto falem de valores, falem de datas, porque é isto que a gente está aqui só a questionar, não estamos a falar de legalidades nenhuma, porque isso é noutra fórum. -----

Depois, há outra situação que nos fizeram chegar também, que é, senhor Presidente, há um grupo de cidadãos que nos fizeram chegar um assunto que merece esclarecimento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

nesta casa, porque isto não é nas redes sociais que se deve discutir nem na comunicação social, é aqui que deve ser questionado, que é um assunto sobre um contrato de venda de equipamentos para a gestão de combustível agroflorestal do âmbito da defesa florestal contra os incêndios no valor de cento e sessenta e sete mil euros e seis cêntimos. Muito pragmaticamente, ou pelo menos é isso que estamos aqui a tentar fazer. Senhor Presidente responda-me se o senhor Hugo Martins é ou não é um autarca do concelho de Loulé pelo Partido Socialista. Segunda pergunta, senhor Presidente, confirma ou desmente se este senhor autarca do Partido Socialista celebrou ou não um contrato em pleno exercício como autarca. Terceira pergunta, senhor Presidente, confirma ou desmente se existiu nas peças do concurso um critério de adjudicação que privilegiava os concorrentes em linha reta a distância entre a sua sede da empresa concorrente à sede do município. Portanto, penso que são perguntas muito claras e queria fazer aqui uma nota de esclarecimento para os louletanos lá em casa e para o executivo, porque o senhor fugiu à verdade senhor Presidente a última vez, quanto à base da legitimidade e à legalidade da Câmara Municipal no procedimento da revisão do PDM, após já lhe termos advertido que temos de ter um REOT, ou outro relatório que é o RAMPM em vigor foi questionado na última Assembleia em que se sustentou para declarar a não caducidade do procedimento de revisão. Queremos deixar aqui bem claro que o senhor fugiu à verdade alegando o decreto-lei 45 de 8 de julho, pois este decreto não lhe permite retirar qualquer caducidade de relatórios. Não lhe vou perguntar qual o artigo para não lhe prejudicar mais, apenas lhe informo que está muito mal assessorado, está muito mal assessorado. Ok? Portanto, com isto termino. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que disse que depois de na última Assembleia Municipal ele ter sido ali indiretamente chamado mal-educado, decidiu seguir o conselho do senhor Presidente e dedicou-se ao tema da educação. Então, chegou-nos queixas por parte de alguns pais de crianças que estudam na EB1 Hortas de Santo António que existia uma intensão por parte da diretora municipal de retirar cerca de duzentos e dez metros quadrados de espaços verdes desta escola para se construir uma passagem público-comercial no lado nascente da mesma. -----

Gostaria de relembrar o Presidente nos dias que vivemos, cada vez mais vivemos metidos dentro de apartamentos sem que os filhos tenham a mínima hipótese de brincar em espaços verdes ao ar livre. Esta escola como o senhor já sabe, não é propriamente uma escola que abunde o espaço lúdico ao ar livre para os nossos filhos brincarem. Então, a nossa pergunta é: O senhor tem conhecimento deste ataque cobarde feito no silêncio e na sombra à qualidade de vida das nossas crianças, ou isto está a ser desenhado à sua



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

revelia? -----

Senhor Presidente, por favor deixe que esta bancada lhe recomende que interfira pessoalmente neste assunto delicado e defenda o direito das nossas crianças a crescerem felizes e a poderem brincar em espaços verdes ao ar livre. Não deixe que algumas pessoas façam prevalecer os seus interesses comerciais em detrimento da felicidade dos nossos filhos. Mas olhe, já que estou a falar no parque escolar da zona Sul da cidade, senhor Presidente, no artigo sete do capítulo dois do PDM de Loulé, nomeadamente na tabela três, podemos observar na última linha onde diz «o número de salas de aula da escola EB2 das Hortas de Santo António, o número oito». Mais à frente, no ponto cinco, na adequação de edificação ou utilização pretendida, pode-se ler, «seguido o critério de constituição de grupos e lotações máximas por sala e tendo em conta as necessidades do município de Loulé, novamente vemos o número total de salas oito e duzentos alunos». Depois, por curiosidade fui ao Diário da República e li na designação do contrato que a escola iria ter quatro salas de atividades e quatro salas de aulas, o que mais uma vez nas minhas contas pelo menos, perfaz o número oito. Qual foi o meu espanto quando vi aqui ao vivo e a cores a sua apresentação na rúbrica obras em curso uma escola com o mesmo nome desta, mas a mencionar a criação de sete salas com capacidade para cento e setenta e cinco alunos. A pergunta é: foi por ordens diretas suas que se reduziu o número total de salas de oito para sete? Se não foi consegue explicar a esta Assembleia o que se passou? No caso de se ter verificado alguma incompetência neste caso específico, quais as medidas que tomou para com os responsáveis de tamanho erro? -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que afirmou que como não foi cumprido o direito de alternância, agora vai repetir uma pergunta que foi feita pela bancada do Partido Social Democrata. Bem, eu queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara para quando a reabilitação da estrada nacional 270 e esta está na posse da Câmara desde 2017, entre a rotunda do Cilindro e as Barreiras Brancas. Nesta via já ocorreram acidentes mortais e o mais recente foi um ciclista que faleceu em frente ao café Apolo. -----  
A construção da escola EB1 mais jardim de infância nas Hortas de Santo António, segundo o contrato, verificamos que se destinava a quatro salas, oito salas de aulas, sendo quatro de atividades para servir duzentas crianças com idades compreendidas entre três e os dez anos. Isto representa um investimento para o município de dois e meio milhões de euros. -----

No dia comemorativo da elevação de Loulé a cidade, tivemos a oportunidade de visitar a referida escola, saber do seu estado de construção e ouvir as explicações sobre a obra,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

previsão de conclusão das oito salas com capacidade para duzentos alunos. Em nenhuma altura ouvimos falar de uma eventual redução de salas de aulas. -----

Na Assembleia Municipal do dia 24 de fevereiro, o senhor Presidente da Câmara efetuou uma apresentação sobre o ponto de situação dos investimentos e de projetos estruturantes de maior importância para o município, tendo salientado alguns investimentos e com uma ligeira passagem falou de outros, que mal deu tempo para fixar alguns pormenores. No entanto, numa consulta à gravação da sessão, ficámos surpreendidos sobre o que terá acontecido em relação à Escola Hortas de Santo António. Num curto espaço de poucos dias a escola perdeu uma sala de aulas e por consequência vinte e cinco alunos ficarão privados de poder utilizar essa escola. -----

Perguntámos por que motivo o senhor Presidente omitiu à Assembleia Municipal o acontecido sobre estas obras? A que se deveu esta alteração substancial na construção da obra. Erro do empreiteiro que não soube interpretar o projeto, erro do projeto que não cumpriu todas as regras e condicionantes exigidas para este tipo de projeto, erro dos serviços camarários na feitura do caderno de encargos e processo do concurso de obras, erro na implantação na obra no terreno sem ter em consideração as distâncias exigidas para com os edifícios envolventes. Por isso gostaríamos de saber ainda quem era o proprietário do terreno e o custo pelo qual a Câmara firmou o contrato de compra. Por fim, porque está em causa o desvio de dinheiros públicos com prejuízo notório para o município e comunidade escolar, o Bloco de Esquerda exige o apuramento completo das responsabilidades e abertura do inquérito interno ao departamento de obras. Caso assim não seja teremos que proceder junto do IGAT para que tal seja obrigado. -----

-----  
**O Presidente da Assembleia**, disse que efetivamente o Deputado tinha razão, não foi cumprido o princípio da alternância, não acontecerá se ele não se distrair outra vez. -----

-----  
Foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e referir que hoje não trazia os assuntos habituais que eram repetitivos de Almancil e que tanto aborreciam os presentes nesta Assembleia. Hoje decidi juntar-me ao público que aqui veio falar do tema da atualidade que muito preocupa, aos cidadãos deste Algarve e aos portugueses em geral que vivem do turismo e não são tão poucos assim. O problema da habitação vai demorar dez a vinte anos a resolver a partir do momento em que se efetivamente queiram. Isto porque o problema da falta da habitação é porque estivemos muitos anos sem pensar neste problema e se apostou na construção de maior qualidade, de maior valor, deixando de lado a habitação a custos controlados ou a habitação social. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

Teremos freguesias deste concelho que pouco ou nada de habitação para a classe chamada salarial, e aqui foi dito e analisado os números na última Assembleia e por mim até foi de alguma forma sinalizado freguesias que não vou dizer o nome que não têm preocupação nesta área da habitação social, onde até é apelidado por determinadas pessoas no poder que a habitação social é um gueto de marginalidade. -----

Então, o que se faz para resolver este problema, inventa-se o elefante branco na sala que é o alojamento local e os vistos Gold e estes são agora no entendimento de um grupo de iluminados como a raiz de todos os males do que a nível deste problema da habitação diz respeito. -----

A esmagadora maioria dos operadores de alojamento local são pequenos empresários em nome individual que veem no AL a solução para aumentar o seu rendimento, ou a sua miséria, a sua mísera reforma depois de uma vida a trabalhar e que ainda contribuem para a economia pagando os seus impostos de má atividade legalizada e a meu ver muito bem legalizada nos últimos anos. -----

O AL não é o parente pobre do turismo, o AL tem espaço na economia do turismo, aliás ganhou o seu espaço próprio, não há concorrência, mas sim complementaridade. Não podemos comparar o AL das grandes cidades com a AL do Algarve. Não havia interesse na baixa das cidades, não havia condições de se habitar, estacionar, não havia vida, havia bairros degradados, até haver investimento privado, sim investimento privado. Reabilitação urbana até se tornar agradável estar nestes centros das cidades e agora todos querem ir para lá morar. -----

Como ficam as pessoas, as empresas e as famílias que dependem direta e indiretamente do AL se esta legislação danosa for para a frente. Os proprietários, quem faz a limpeza, o Uber que conduz os clientes, a restauração, os taxistas, milhares de pessoas são afetadas, o Algarve não vai resistir a mais um rombo na saúde financeira das famílias que não têm outra atividade que não seja o turismo. Não há aposta na indústria, não há transportes, chegam a todo o lado, não há saúde digna para todos, temos sol, sim temos sol e mar. -----

Um pouco por todo o país os presidentes das autarquias têm vindo manifestar a público a sua preocupação perante esta legislação. -----

A Bancada do CDS fica espantada com a observação que o senhor Presidente aqui deixou, ficou feliz com esta medida de habitação, e então decidimos questionar o executivo da Câmara Municipal qual é a sua posição sobre as medidas anunciadas, e como pretende agir de forma a defender os interesses dos louletanos e de quem escolheu este concelho para viver, estudar e trabalhar. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

Foi concedida a palavra à Deputada **Alexandra Brito (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a bancada do PSD pretende obter esclarecimentos sobre os direitos de preferência na aquisição de imóveis habitacionais. Tendo em consideração que a Câmara não definiu as zonas de pressão urbanística como exigido pelo decreto-lei nº. 82/2001 de 3 de novembro, pretende-se saber se a Câmara já está a exercer o direito de preferência na aquisição de imóveis habitacionais no concelho. Em caso afirmativo, questionamos quantos imóveis foram adquiridos até à presente data e quais os fatores e critérios usados na opção do exercício de direito de preferência conferido à Câmara, e destes quantos dos imóveis adquiridos pela Câmara no mesmo âmbito estão ocupados? Se estão ocupados, pretendemos saber quais as regras e critérios para atribuição desses imóveis às famílias e sobre que regime? Renda acessível, apoios, outros, bem como qual o procedimento para a população ter acesso às habitações disponibilizadas. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes e afirmou que tinha ali uma questão relativamente, agora que se aproxima a época balnear, à legalização da praia do Trafal para acesso a cães. Ela consta no site como estando uma praia afeta à possibilidade de os cães poderem frequentar, mas a população tem-nos dito que estão sujeitos a coimas. Portanto, há aqui esta dúvida se esta praia do Trafal está ou não legalizada para cães, porque ela aparece na internet. -----

Depois voltando à questão da habitação, nós ficámos com uma dúvida na última Assembleia Municipal, quando apresentámos a nossa proposta sobre o plano de emergência habitacional. A nossa proposta já foi apresentada em outras assembleias e em algumas até foi aprovada por unanimidade, mas eu não sei se Loulé é diferente, mas a nossa proposta teve os votos contra do Partido Socialista, Bloco de Esquerda, CDU e PAN, tendo o Deputado do Bloco de Esquerda afirmado nesta Assembleia que as câmaras não podem fazer parcerias público-privadas, por isso é que eu estou a colocar esta questão porque ficou esta dúvida e esta posição foi corroborada pelo Deputado do PS, Carlos Costa, dizendo também que atualmente pela lei em vigor não é permitida a cedência de terrenos pelas câmaras para cooperativas de habitação. Portanto, nós gostaríamos que isto ficasse clarificado porque surgiram-nos algumas dúvidas e até fomos fazer uma pesquisa e por exemplo no relatório da Direção Geral das Autarquias Locais é considerado como sendo bastante representativa prática das parcerias público-privadas a nível municipal nas últimas décadas e por exemplo só em 2021 cobre noventa e cinco parcerias contratuais e trinta e cinco parcerias de natureza societária institucional lançadas por setenta e três municípios. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

Em Lisboa, saiu agora aqui informação em fevereiro deste ano, que em novembro a Câmara Municipal de Lisboa abriu a primeira fase de um concurso público para concessão a cooperativas de um terreno municipal para construção de habitação. Temos outro exemplo, por exemplo no Norte, a Câmara na Campanhã votou a cedência de um terreno para construção de habitação a custos controlados. Portanto, causa-nos aqui de facto alguma estranheza esta questão das parcerias público-privadas e das cooperativas de habitação e da cedência de terrenos e do direito de superfície e nós gostaríamos se possível que nos explicassem como é que tudo isto se processa, se realmente a Câmara pode ou não fazer estas parcerias, se pode ou não ceder terrenos para a construção de habitação, cooperativas de habitação, porque aquilo que foi dito pelo Deputado Carlos Costa, é que a nossa moção assentava sobre ilegalidades e não poderia ser aprovada precisamente por assentar sobre ilegalidades. Alguma coisa de estranho está aqui, porque em outras Assembleias ela foi aprovada e por unanimidade. Portanto, gostaria de ver esta questão explicada por favor. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse que era para uma intervenção, mas vai só para o senhor Presidente. A minha afirmação foi em conformidades legais, não falei em ilegalidades. A carga da minha afirmação não é uma ilegalidade antiga é em conformidade legal. Portanto, não conseguimos vislumbrar na legislação suporte, enfim, para estas privadas nesta matéria, e eu próprio na altura, há quarenta anos, trinta anos atrás, tive numa cooperativa, fui gerente de cooperativa e houve, digamos, cedências de terrenos em superfície por cem anos naquele caso e havia legislação de suporte a isso. Neste momento, eu não consigo vislumbrar, portanto, essa inconformidade. -----

A questão que levanto é pertinente e será, enfim, digamos, penso que devidamente esclarecida. Eu neste momento não tenho mais dados nenhuns para dizer se é legal ou ilegal, sinto que há ali uma inconformidade porque não vislumbrei, enfim, digamos, um sentido positivo nessa questão das cedências. -----

Senhor Presidente, pedi a minha intervenção para registar e manifestar a minha satisfação e a do grupo municipal sobre uma ação que se desenvolveu em Lisboa nomeadamente em Sintra, onde a organização para a cooperação e desenvolvimento económico, OCDE destaca o município de Loulé no relatório sobre o desempenho ambiental de Portugal. --- Loulé é um Município pioneiro na ação climática local, pelo trabalho reconhecido como exemplo de boas práticas, numa ação climática ambiciosa preconizada neste território e que ilustra o papel que os municípios podem desempenhar no que toca às questões do clima e do ambiente, em que deu passos importantes desde o ano 2016, o momento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

decisivo em que Loulé aderiu ao projeto Adapt Local, tendo por objetivo a adoção de medidas promotoras da sustentabilidade do concelho e o cumprimento das metas de descarbonização. -----

O relatório da OCDE foi apresentado na passada terça-feira em Sintra numa sessão que contou com a presença da responsável deste organismo para a área do ambiente do Ministro do Ambiente e Ação Climática Duarte Cordeiro e entre outros representantes do setor, também Vítor Aleixo, Presidente da Câmara Municipal de Loulé que muito nos honra. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que cumprimentou todos os presentes e referiu que vai aproveitar para responder ali às colegas da bancada do Chega para dizer que, infelizmente, os cães em Loulé não vão à praia, não vão a lado nenhum, porque nenhum regulamento municipal fala de cães nem gatos, nem o próprio regulamento do Canil Municipal, em que diz que a preocupação fundamental do serviço médico-veterinário é a defesa da saúde pública e do meio ambiente, adaptando medidas de vigilância epidemiológica, profilaxia médica, profilaxia da sanitária e finalmente a defesa do bem-estar animal. Portanto, nós não temos animais em Loulé. Os outros canis todos têm como objetivo a salvaguarda do bem-estar animal, mas a minha intervenção não era esta, eu só estou a aproveitar para esclarecer, e uma vez que a minha intervenção tem exatamente a ver com o canil municipal, esta semana esta bancada foi alertada que alguns funcionários de uma Junta de Freguesia ligaram, a pedido de pessoas dessa mesma freguesia, a pedir ajuda na recolha de animais errantes e que foram aconselhados por quem atendeu o telefone a não voltar a telefonar para lá. -----

A sugestão é que quando forem abordados pelos munícipes, devem indicar que devem ser os mesmos a contactar o canil, porque assim evitam procedimentos e burocracias, porque uma coisa é se for um funcionário de uma Junta de Freguesia a ligar para lá, é um procedimento. Se for um munícipe normal, o procedimento é simples, estamos cheios, ligue, recolha o cão, não é um problema nosso. -----

Ora, todos sabemos que o canil está cheio e que não tem capacidade para receber mais animais, mas isto não é uma resposta que se dê. Pretendo saber se o executivo tem conhecimento deste tipo de procedimento e se concorda com esta sugestão, e já agora que medidas é que tem para dar respostas aos animais e quem liga diretamente para o canil, para os bombeiros, para a GNR, para o ARA, para o canil de São Francisco e para a ABSOL. O canil está cheio, é verdade, mas é verdade que também não se faz nada para promover adoções dos animais que se encontram lá. Eu sugeria muito sinceramente que fossem aos sites dos municípios de Alcoutim, Albufeira, Monchique, Silves e Tavira, que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

têm fotografias dos animais que estão perdidos e com coisas que dizem à procura do meu dono, ou animais para adoção, que têm voluntários que vão no final do dia aos canis municipais passear com os animais que estão lá fechados, e em Loulé isto não se passa nada, não sei o que é que acontece, sinceramente não percebo. Se for por falta de voluntários, eu arranjo voluntários para passearem com os animais. É por falta de voluntários para fotografarem os cães e fazerem o site? Eu arranjo voluntários para fazer um site gratuito, para fotografarem os animais e para pôr para lá. Eu preciso neste momento só de saber o que é que precisam que eu arranjo. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes e dizer aqui destas políticas de Mais Habitação e que hoje veio aqui pelas intervenções do público, o chamado ataque ao alojamento local e também já pronunciado aqui pela nossa camarada Guerreiro, dizer que realmente não podemos defender e aqui vou ter que, e se calhar vai incomodar muita gente, mas não podemos defender o alojamento local como a salvação do turismo e como uma necessidade do turismo, porque não vai haver turismo ou emprego. Devo dizer que realmente o alojamento local muitas das vezes não é devidamente fiscalizado e é de uma das maiores facilidades de obter, porque basta uma mera comunicação prévia, em que eu preencho informação que não é verificada, isto é, um documento que é enviado para a Câmara em que não é fiscalizado, não é verificado se bate certo ou não bate e posso dizer que não é porque já fiz várias. Por isso o alojamento local tem que ser mais controlado, porque a não ser, realmente se eu tiver uma habitação e fizer um aluguer ilegal que é muito o que acontece, porque eu publico e não há qualquer controlo, realmente então sim, eu prefiro se calhar tirar quinhentos euros numa semana do que arrendá-lo e não estou a pagar os meus impostos, senhora Deputada, porque maior parte não paga impostos, não emite sequer as faturas, não declara. -----

Queria dizer-lhe também que há muitos alojamentos nas nossas quintas do Lago e nas nossas Vales de Lobo que são aldeamentos turísticos que pertencem a um condomínio onde estão definidos em estatuto que não podem alugar e o alugam ilegalmente. Por isso realmente o alojamento local não está a ser atacado, está a ser controlado e se muitas destas coisas forem detetadas e impedidas, sim se calhar temos habitação. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Adriano Cabrita (PS)**, que cumprimentou todos os presentes e explicou que vai ter que voltar a um assunto, porque isto ficou-lhe ali às voltas na cabeça e vai ter que voltar a falar na moção por esta bancada apresentada. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

O **Presidente da Assembleia** interveio explicando ao senhor Deputado que estão no período de perguntas ao executivo, a moção já passou. Formalmente temos que cumprir as coisas como elas devem ser. A discussão da moção foi lá atrás; se o assunto é um assunto de interesse do município, pode voltar a ele sem fazer referência à Moção. -----

O Deputado **Adriano Cabrita (PS)**, explicou que fala no assunto. Vou tentar falar no assunto, vou ver se consigo. A mim choca-me que aqui se acabem por se votar coisas se calhar com base... -----

O **Presidente da Assembleia**, interveio para perguntar ao Deputado se está a falar da moção, da votação da moção? Se quiser falar do assunto da estrada regional 270, dos mortos na estrada e da posição política sobre o assunto, pode... -----

O Deputado **Adriano Cabrita (PS)**, disse que a questão em causa era a intenção de votação.-----

O **Presidente da Assembleia**, disse ao Deputado que então deixou passar a oportunidade. -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que pediu ao Presidente da Assembleia que desse a palavra ao senhor vereador David Pimentel. -----

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, que disse que sobre as questões da senhora Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** e no que diz respeito ao alojamento local, crê que mencionou, e foi claro, que estão num processo de aperfeiçoamento, porque até agora o que saiu do Mais Habitação, tirando o apoio à renda e o apoio à contratualização de empréstimos bancários para a aquisição de casas, ainda não houve nenhuma legislação que ficasse definitivamente fechada. Como tal, a legislação compete à Assembleia da República, o governo faz uma proposta de lei, reúne os contributos, estamos em processo de consulta pública e qualquer pessoa do país que queira partilhar contributos para ser revisitado deve endereça-los para além de comunicar aqui na Assembleia Municipal, seguramente poderá reunir esses contributos tal e qual como os municípios que fizeram aqui a recolha de informações, a recolha de vários interesses e várias intenções e que deverão fazê-las chegar. Essa era a nota, todos nós temos a noção de que o alojamento local é extremamente importante no Algarve e a tipicidade do Algarve é distinta de outras zonas urbanas, designadamente Lisboa e Porto. Posso-vos dar como



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

números, existem à data de hoje quarenta e um mil quinhentos e dezasseis registos de alojamento local no Algarve, do qual quinze ponto seis por cento são de Loulé, seis mil quatrocentos e setenta e oito registos. Trinta e sete por cento dos registos a nível nacional são do Algarve com mais de quarenta por cento do total de oferta de câmaras, e estes números são impactantes. -----

Eu peço desculpa, pareceu-me que o senhor Deputado estava a corrigir os números que eu estava a dizer e só queria era dizer que se algum dos números que eu disse que houver uma correção, por favor e com base nisto só dizer que efetivamente há propriedades em alojamento local que deixando de ser alojamento local não irão para habitação das pessoas que precisamos para trabalhar, para viver e para estudar no concelho de Loulé. Posto isto, sobre o alojamento local era o que eu queria partilhar. -----

No que concerne à Deputada **Alexandra Brito** (PSD), colocou questões sobre o direito de preferência da Câmara Municipal de Loulé. A Câmara Municipal de Loulé tem perfeitamente delineadas áreas de reabilitação urbana, as áreas de reabilitação urbana estão na zona histórica de Loulé e na zona histórica de Quarteira. Nessas zonas e só nessas zonas definidas em área de reabilitação urbana, ARU, qualquer transação do imóvel, o município tem prevalência ou pode exercer o direito de preferência. Não tem zonas de pressão urbanística definidas, poderá vir a ter e essas zonas de pressão urbanística permitem uma ampliação distinta das áreas de reabilitação urbana. Mas não entrando em mais detalhes, quando é que o município exerceu direito de preferência, quatro vezes até à data. Foram adquiridos conforme eu disse na última Assembleia Municipal trinta e oito imóveis no total do concelho, aquisições dispersas de fogos, quatro das vezes foram em direito de preferência. Quando é que o município exerce o direito de preferência? Quando a transação numa área de reabilitação urbana é feita para fins de turismo ou de segunda habitação e nós temos uma avaliação do imóvel que nos permite cobrar ou cobrir, garantir que a proposta que foi feita no município pode pagar de acordo com as avaliações de peritos independentes credenciados pela CMVM e só excepcionalmente é que intervimos, quando a aquisição não é para habitação própria permanente. Fique claro, essa é a única razão do Município se sobrepor a uma transação em privados, quando a casa não é para quem quer cá viver, trabalhar, consumir a economia local, estudar no concelho de Loulé e quando as avaliações que nós temos permitem adquirir esse imóvel, exercemos o direito de preferência. Há casas que foram adquiridas destas trinta e oito que não têm famílias ainda a residir, senhora Deputada **Alexandra Reis**, porque conforme creio que já ficou claro noutras assembleias, eu disse o seu nome errado foi? Peço desculpa! **Alexandra Brito**, então peço desculpa rebatizei-a lamento, **Alexandra Brito**, peço imensa desculpa não me leve a mal, eu não sabia o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

seu último nome e foi a informação que me chegou, lamento. -----  
No que diz respeito a casas que não têm famílias ainda a habitar, eu disse isso numa última Assembleia creio eu, a intervenção no bairro municipal obriga-nos a ter dezoito fogos disponíveis para realojar famílias nesta primeira intervenção que são, vamos ter que destruir e voltar a edificar os dezoito fogos do bairro municipal Frederico Ulrich aqui em Loulé, daí que algumas das casas adquiridas não têm famílias ainda à data mas serão alojadas muito brevemente. -----

E última nota à senhora Deputada **Sandra Ribeiro** (CHEGA), sobre as parcerias público-privadas. Uma concessão de um terreno para uma cooperativa, ou para casas de habitação a custos controlados não pode ser cedida, tem que haver sempre uma lógica de concurso ou de hasta pública. -----

Existem a nível nacional várias situações em que o município tem um terreno e através de concurso com determinados critérios por hasta pública, qualquer privado que queira ter o direito de construir pode construir com permutas com determinadas condições de pagamentos à cabeça, mas nunca se pode ceder, isto é, como é que o município pode ceder a entidade A seja ela uma cooperativa, seja ela uma identidade que constrói milhares de casas da habitação a custos controlados. Legalmente não há nenhum mecanismo para direcionar a entrega de um terreno para construir, há mecanismos de concurso ou de hasta pública. Por isso quando têm a expressão ceder, creio que esse é que é o lapso que é uma irregularidade que não permite que a lei defenda uma parceria público-privada. Será sempre uma parceria, e existem várias a nível nacional conforme mencionou, designadamente em habitação, em que os privados constroem mediante contrapartidas quando o terreno é do erário público. E creio que esclareci as questões. --

-----  
Foi concedida a palavra ao Vereador **Carlos Carmo**, que disse que vai tentar esclarecer duas questões. Relativamente ao que a Deputada Sandra do Chega referiu relativamente aos cães na praia do Trafal, seja na praia do Trafal, seja em qualquer praia que tenha o galardão de bandeira azul, durante a época balnear é um dos critérios imperativos deste galardão, não poder ser frequentado por animais. Portanto, seja essa praia seja outra, fora da época balnear julgo que não há esse constrangimento, portanto fica essa informação, não é sobre essa praia é, sobre neste caso, todas as praias que têm o galardão de bandeira azul e que no nosso caso já agora são todas as do município. -----

Um esclarecimento muito simples relativamente ao que foi questionado sobre um concurso público de aquisição de equipamento para gestão de combustível agroflorestal no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. Para quem não sabe do que é que se trata, trata-se de um robô, aliás um equipamento sem manuseamento de pessoal para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

fazer silvicultura preventiva através do nosso gabinete técnico florestal, portanto é mais um equipamento que nós iremos utilizar no âmbito da nossa estratégia para defesa da floresta contra incêndios, em que, e foi uma das questões e para que não haja dúvidas, os concursos públicos têm critérios de adjudicação e este teve quatro critérios de adjudicação. Preço global sessenta por cento, em termos de ponderação representava sessenta por cento, a distância do local do concorrente para as instalações onde iria ficar este equipamento quinze por cento, e esta questão está relacionada com os tempos obviamente de espera de assistência técnica que também representa quinze por cento e depois a garantia do equipamento de dez por cento portanto, e estamos a falar de um concurso público, em que todos os empresários do ramo podem concorrer. Portanto, para que não haja dúvidas e respondendo às questões que foram colocadas, é o que eu tinha para dizer. -----

Foi concedida a palavra ao Vereador **Abílio de Sousa**, que disse que ia dar alguns esclarecimentos em relação à construção da escola JI Hortas de Santo António número dois. Sempre pensei que numa Assembleia destas se viesse aqui valorizar aquilo que se está a fazer que é a construção de uma escola que irá satisfazer as necessidades de cento e setenta e cinco alunos. No entanto, vejo que as questões são colocadas num âmbito de desconfiança e do qual eu tenho que fazer como responsável pelo pelouro da realização das obras, fazer aqui a minha justificação sobre aquilo que aconteceu. -----  
Como em quaisquer obras existem ajustes e correções. Aqui a situação foi uma adaptação do projeto e a implantação do edifício, vou passar a ler o motivo. «O projeto de execução prevê a implantação do edifício em área de cedência do loteamento», por isso era nosso o terreno, «sendo assegurado em geral um afastamento aos edifícios de habitação em lotes adjacentes, com a exceção da zona de apoio à cozinha no extremo Sul nascente da escola que pontualmente o edifício a construir é contíguo ao existente. Tendo-se verificado em obra que a referida implantação traria condicionantes e restrições ao bom funcionamento da escola, bem como a pertinência de conceder um afastamento adicional ao edifício de habitação nesta zona foi necessário efetuar uma adaptação do projeto de execução abrangendo a implantação do edifício com a redução de setecentos e vinte metros quadrados da área de construção para a redução de uma sala de aula e a reorganização dos espaços interiores da cozinha, espaços de apoio, vestiários de pessoal e arrumos. -----

O projeto de execução de arquitetura e de especialidades foi adaptado pelos projetistas. O processo ficará concluído com a aprovação das telas finais». Para além disso, dizer que na última reunião de Câmara foi a aprovação dos trabalhos complementares no valor de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

noventa e dois mil seiscentos e dois euros e oitenta e nove cêntimos, isto são trabalhos complementares e a aprovação de trabalhos a menos no valor de cento e dezanove mil novecentos e setenta e três ponto dezoito cêntimos. -----

Em relação a isto cabe-me ainda dizer que está dentro do cumprimento que é exigido pela Direção Regional de Educação que, ou seja, estipula-se que a população escolar que irá frequentar a escola pode oscilar entre os cento e quarenta e cinco por estimativa e os cento e setenta e cinco dos alunos. Considerando este caso que cada uma das turmas comportará o número máximo do possível de alunos, são vinte e cinco. -----

O conforto do edifício escolar possui todas as exigências construtivas e características de conforto tais como, acústicas, temperatura, qualidade do ar, luminosidade, cor, circulação e segurança. Para além disso, finalizo dizendo que o primeiro ciclo, o J1 traz classes que são exigidas, dos zero aos quatro, dos quatro aos cinco, dos cinco aos seis e o primeiro ciclo terá desde o primeiro ao quarto ano. Penso que devo ter explicado aquilo que estava em dúvida, como tal não considero que seja necessário a abertura de qualquer tipo de inquérito. -----

Em relação à estrada nacional número 270, a requalificação, aquilo que podemos fazer para salvaguardar a segurança de quem por lá circula, foi a colocação de imediato e não foi hoje foi já, se não estou em erro foi em 2021, a colocação de mais no reforço da sinalética vertical e a colocação de lombas e como o nosso concelho tem setecentos e sessenta e cinco quilómetros quadrados a gente não consegue projetar todos os projetos necessários, ao mesmo tempo temos que criar prioridades e este processo que aqui está, como quem conhece aquela via sabe que é uma via que praticamente está em confrontação com muros dentro da própria via do traçado da via, não é um projeto fácil mas estamos a trabalhar para tentar conseguir realizar a melhor requalificação possível. -

Em relação aqui à Deputada **Ana Poeta**, eu normalmente tento ouvir as duas partes, de quem se queixa, oiço, não sei se é o caso, mas oiço muitas queixas de pessoas que normalmente pelo falecimento de um familiar que tem um cão ou tem um gato, vão fazer as partilhas, recebem a herança, mas depois não querem ficar com o cão nem com o gato e querem depositá-lo no canil de São Francisco ou no centro de recolha oficial de Loulé e nós estamos lotados, e por vezes a conversa que dali resulta entre as pessoas que querem depositar, que é o termo, um cão no canil e de quem registar no canil, por vezes não corre da melhor maneira e poderá haver de parte a parte algumas ofensas. Pronto, mas não tenho conhecimento, não me chegou nada, qualquer tipo de queixa. -----

Em relação à sua disponibilidade, aceito a disponibilidade de na próxima Assembleia, com a sua capacidade de voluntariado, e nós temos o único canil lotado, aceito que quinze, dez, vinte doações que nos encontrem os adotantes que nós colaboraremos e temos o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

máximo prazer de dizer que foi graças à Deputada **Ana Poeta** (PAN), que fez com que nós tivéssemos mais adotantes para os animais do canil de São Francisco. -----

Foi concedida a palavra ao Vereador **Carlos Carmo**, que disse, para que não fique mesmo nada por esclarecer, porque faltou aqui referir outra questão relativamente ao procedimento de concurso público que foi aqui questionado, a entidade que ganhou o concurso, é uma pessoa que é autarca, não a tempo inteiro, numa freguesia do nosso concelho, que é uma entidade que tem autonomia administrativa e financeira. Portanto, para que não haja mesmo dúvidas fica aqui o esclarecimento, portanto alguém que é autarca não é a tempo inteiro e tem a autonomia financeira e administrativa em relação à Câmara Municipal de Loulé. -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que disse que vai agora responder ao senhor Deputado **João Ferreira**, às questões que lhe colocou. Sobre a auditoria. Neste momento, não estamos ainda em condições de mandar fazer a auditoria. A auditoria será feita quando nós tivermos as condições adequadas, reunidas para mandar fazê-la. -----

Depois, fez-me aí uma série de perguntas muito sintéticas, quem delegou, quem avaliou, qual foi o valor. Não lhe respondo a nenhuma, sabe porquê? Porque não há negócio nenhum feito, não há nenhum contrato assinado, não há nenhum negócio feito, portanto tudo aquilo que eu lhe pudesse dizer sobre essas questões que aliás como não lido diretamente, não estou diretamente envolvido no assunto, não lhe adiantaria nada, não teria qualquer valor e, portanto, se vier a fazer algum contrato de aquisição dos bens em causa, nessa altura o senhor pode-me fazer a pergunta e eu naturalmente que lhe responderei com todo o gosto. -----

Sobre o REOT, senhor Deputado vamos lá ver uma coisa, o REOT não caduca, ponto número um, que fique claro, o REOT não caduca e o REOT que quer dizer relatório do estado do ordenamento do território, há pessoas que podem não saber e, portanto, esse documento é feito exatamente para definir as premissas em cima das quais a revisão do PDM vai acontecer. Portanto, se o REOT não caduca, está em vigor, é com base nele que nós estamos a preparar e a trabalhar para a revisão do PDM. Portanto, o senhor abana a cabeça, diz que não, portanto eu posso-lhe trazer uma informação mais fundamentada e mais circunstanciada para lhe demonstrar isto que lhe acabo de dizer e fá-lo-ei com todo o gosto. -----

O **Presidente da Assembleia**, sugeria inclusivamente que o assunto pudesse ser analisado em sede de comissão especializada de ordenamento do território, onde poderá



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

ter maior especificidade técnica e posteriormente vir à Assembleia já com os esclarecimentos feitos. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse ao senhor vereador que não lhe disse que lhe arranjava vinte adotantes. Eu disse que arranjava ferramentas para arranjarmos os adotantes. Nós já percebemos, pelo menos desde que eu estou aqui e aliás eu estou aqui pelo PAN exatamente porque temos este problema, porque o canil está cheio, portanto o problema está diagnosticado, fechado, soluções? -----

Estou constantemente a trazer ferramentas para soluções, políticas de adoção, vamos explicar às pessoas, vamos mostrar às pessoas os animais que estão ali, vamos passear aqueles animais, eles têm que ser sociabilizados porque estão ali fechados há muito tempo, têm que sair. O canil está e vai continuar sempre cheio, se nós não fizermos nada para tirar dali aqueles animais ele vai ficar sempre assim. Não consigo perceber, porque eu já fiz esta proposta várias vezes, qual é que é o problema de termos, porque eu sei que já tiveram uma página, um site com os animais que entram no canil, encontrámos este animal, está aqui a fotografia dele, o animal é "x". Eu estou em casa, estou no Facebook, estou a fazer uma coisa qualquer e eu estou a ver um animal, vou ver aqui. Pode-me dizer, "ah" mas passe no canil e vá ver o que é que lá está, sim das nove ao meio-dia, vou tirar um dia de férias para ir ao canil ver se lá está um animal, quando eu posso perfeitamente em minha casa estar a ver o que é que está, o que é que não está, posso ver o cão da minha vizinha que está perdido num sítio qualquer. Não percebo, não consigo perceber qual é que é o problema de termos aqueles animais que estão ali com a fotografia deles num sítio público por aí partilhados, não percebo. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Hugo Martins (PS)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e disse, antes de mais, que gostava que esta sua primeira intervenção aqui nesta casa, que é o parlamento deste concelho, que fosse essencialmente dedicado a temas exclusivamente importantes para o concelho e em especial para a freguesia que foi eleito, ou seja, a de São Sebastião e não relacionada com assuntos seus pessoais ou profissionais. -----

Caro Deputado **João Ferreira**, dada a sua preocupação para com a minha atividade empresarial e que motivou a liberdade a sofrer à minha pessoa, à minha empresa e à minha esposa pela via das redes sociais, o senhor Deputado antes de mais, na minha opinião, deveria debater essas preocupações, principalmente aqui só aqui na casa da democracia deste concelho. Responder-lhe-ei aqui hoje desta forma nesta casa pela primeira e última vez acerca deste tema. Valorizo a sua, e a de todos os Deputados,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

postura fiscalizadora como oposição na Assembleia Municipal de Loulé, pois costuma-se dizer que não se fazem bons mandatos sem boas oposições e isso a meu ver é inequívoco. No entanto, na política não vale tudo, e uma mentira ainda que contada muitas vezes nunca será uma verdade, passo-lhe a explicar o seguinte em relação aos seus posts e à sua intervenção, os quais considero altamente difamatórios, falsos e infundados relativamente a um concurso público que concorri. O referido CONCURSO PÚBLICO, e permita-me que ponha em maiúsculas é público, como diz o nome é público, qualquer empresa que reúna condições para cumprir com o caderno de encargos pode concorrer. Ao ver o referido concurso publicado na plataforma Saphety e constatando que é um produto que se enquadra perfeitamente naquela que é a minha atividade profissional e especialidade que são equipamentos para construção, indústria e agricultura, há mais de vinte anos concorri como faço com tantos outros pelas centenas de autarquias pelo país fora. Ao concorrermos a um procedimento deste tipo, há apenas três hipóteses, ser excluído por falta de documentação, proposta mal instruída, ganhar ou perder. Já me aconteceram as três situações nestes vários anos que entro em concursos públicos. O referido concurso foi feito dentro de toda a legalidade e escrutínio conforme obriga o código dos contratos públicos. Os resultados e detalhes do concurso estão publicados na plataforma Saphety, onde poderá ter acesso a todas as peças de procedimentos e esclarecer todas as dúvidas que considere pertinentes. -----

Volto a reforçar que todos os concursos nesta plataforma são totalmente transparentes e públicos, abertos a qualquer empresa. -----

No capítulo IV artigo cinquenta e cinco do CCT, tem explícitos os impedimentos dos concorrentes e das empresas concorrentes onde poderá constatar que não me encontro em nenhuma destas situações. -----

Reforço também que todos os concursos públicos em que já estive envolvido, e já o faço há mais de uma década, nas diversas autarquias pelo país foram cumpridos na íntegra, onde o fator preço é sempre o que tem mais peso na escolha do júri. O critério de distância existe e também já me fez perder concursos em várias autarquias. -----

A Junta de Freguesia que fui eleito como secretário apenas tem um tempo inteiro, que é o da senhora Presidente. Eu fui eleito como secretário, recebo apenas uma compensação mensal de duzentos e poucos euros pelas funções, o que exclui o seu argumento de acumulação de funções, uma vez que estou a tempo inteiro só e apenas na minha empresa. O equipamento referente ao concurso público que suscitou a sua preocupação, foi vendido ao município de Loulé e não à Junta de Freguesia que como sabe são órgãos completamente diferentes. Não tenho e nunca tive qualquer função no município de Loulé. O facto da minha esposa ser técnica superior na Câmara Municipal de Loulé, na divisão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

do urbanismo, não tem, como deveria saber, qualquer influência neste ou qualquer concurso. São divisões distintas e como disse bem, a função que desempenha é simplesmente de técnica superior e não de cargos de chefia, sem que possa, como o senhor Deputado alega, ter qualquer influência ou decisão em qualquer concurso público ou contratação pública promovida pela autarquia. -----

Posto isto, causa-me também alguma estranheza o senhor Deputado fazer dois *posts* direcionados a mim em pouco mais de um mês onde coloca no mesmo saco quatro situações completamente distintas, que são a minha empresa, a Junta de Freguesia, a minha esposa e o município, expondo-me a mim, alegando haver um esquema ou uma conspiração para vazarem cofres públicos para os quais, acredite, eu tanto desconto e tantos impostos pago. Até porque agora isto está na moda colocar tudo e todos em causa, muitas vezes escondidos atrás de perfis falsos, mas sempre na maioria com bases em acusações e especulações falsas e infundadas. -----

Sendo o senhor Deputado em funções, e uma vez que a transparência e corrupção são temas que tanto o inquietam, penso que seria bastante mais credível aliás e sério expor estas questões em sede própria e não a expurgar nas redes sem ouvir as partes envolvidas e ter a certeza dos dados que apresenta que neste caso são falsos e difamatórios. Senhor Deputado, garanto-lhe que se me conhecesse saberia o meu percurso, de onde vim, o que trabalho e as preocupações que tenho. Sou orgulhosamente filho de Loulé nascido e criado, trabalho desde os quinze anos, aqui estudo, vivo e tenho cá o meu negócio, com mais ou menos dificuldades vou gerindo ao longo destes anos. Sou Presidente de uma associação local há quinze anos e tenho estado sempre ligado ao associativismo e à minha terra, às minhas gentes, aqui fiz os meus amigos, aqui construí a minha família, aqui nasceram os meus filhos. A política era um bichinho que me perseguia há anos, tendo recebido vários convites durante vários anos de várias cores partidárias. A minha função e objetivo na Junta de Freguesia é apenas uma, senhor Deputado, fazer algo melhor, diferente e relevante pela terra que me viu nascer e que tanto amo, servir as pessoas antes de mais nada. Não estou sedento de poder, não preciso nem nunca precisei da política para viver e se precisasse garanto-lhe que não seria naquela que é a Junta de Freguesia com menor orçamento de todo o concelho que eu me ia orientar monetariamente como o senhor Deputado quer dar a entender nas suas publicações de Facebook. Seja como político ou como empresário, garanto-lhe que antes de tudo fala o homem e é assim que na minha opinião as coisas devem ser esclarecidas nos sítios certos, e caso não fique esclarecido posso-lhe facultar aqui os meus contactos e retirar-lhe mais dúvidas que possam surgir em relação a este tema. No entanto, também terei todo o gosto em expor as minhas fundamentações e defender-me perante os órgãos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

competentes das alegações que o senhor fez nas redes sociais e aqui, de forma a repor o meu bom nome, da minha família e todos aqui envolvidos. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que disse ao senhor vereador Abílio que em relação à escola das oito salas, falou, falou e acabou por não dizer nada. Afinal foi reduzido uma sala por o projeto não cumprir o afastamento definido por lei da extrema da parcela da escola aos prédios mais próximos. Certo? Pelo menos foi esta informação que chegou da parte de pessoas do seu pelouro. -----

Outra coisa, a incompetência foi de quem? Quais as consequências para estes erros graves, vão ser estes técnicos promovidos? E já agora, lembrando ao senhor Presidente Vítor Aleixo que parece que afinal a passagem público-comercial que se quer fazer retirando duzentos e dez metros quadrados de espaços verdes da escola EB1 Hortas de Santo António, parece que afinal o senhor foi mesmo afastado do processo e que não sabe de nada, visto que não me chegou a responder a nada. É verdade ou não que vão tirar duzentos e dez metros quadrados para fazer uma passagem. É que amanhã por acaso vou ter uma reunião com pais que me pediram para fazer esta pergunta, que é para eu lhes conseguir responder. É verdade ou não que vão fazer uma passagem e retirar duzentos e dez metros quadrados às crianças. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Márcio Fernandes (PS)**, que cumprimentou todos os presentes e pensa que relativamente a este assunto da escola foi perceptível a explicação do senhor vereador, mas pensa que ele poderá voltar a explicar o mesmo assunto e a bancada do Partido Socialista o que queria fazer antes de mais, era congratular-se pelo facto de, temos falado tanto de falta de escolas, da falta de salas aliás e falta de obras, também nos têm acusado disso, e neste momento estamos aqui a ver nascer uma nova escola que vai ter sete salas e vai servir cento e setenta e cinco crianças. Penso que isso é um facto louvável e devemos dar esse mérito à autarquia, naturalmente se for necessário o senhor vereador depois deverá explicar em pormenor, sendo que eu percebi aquilo que foi explicado. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que ouviu com muita atenção as respostas que o senhor vereador Abílio apresentou em relação às suas questões. No entanto, é claro que a gente pensa sempre vir à Assembleia Municipal para ouvir falar bem da Câmara, é natural não é, como fez o Deputado que acabou de falar agora, mas essa não é só a nossa missão, a gente não vem aqui falar mal, a gente vem aqui questionar sobre coisas que acontecem no nosso município e têm que ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

respondidas com rigor e o senhor não respondeu com rigor. Portanto, o que vimos é que é normal a gente lançar uma empreitada de oito salas, esta empreitada foi fiscalizada pelo tribunal de contas, não se esqueça senhor vereador, é subsidiada com fundos comunitários em parte, se calhar, e que está inscrita também lá no Ministério da Educação que vai sempre a ter previsto para oito salas. -----

Acontece que de repente desapareceu uma sala. Segundo o senhor diz, é que foi um erro de implantação, descobriram que a casa estava ali e tal, reduz-se mais uma sala e não há problema e ficamos, ganhamos uma escola com mais sete salas. Nós não somos contra a escola como é evidente. -----

Bem, o que acontece com o dinheiro pertence ao erário público não é do PS, não é do Presidente da Câmara, não é do senhor vereador, é do município, de quem contribuiu com o dinheiro, dos contribuintes todos e deve ser gerido com rigor e nós Deputados Municipais temos obrigação de zelar pela transparência e fiscalização dos atos do executivo e assim iremos continuar, mesmo que não gostem iremos continuar. -----

A outra questão, é triste ouvir que a ER270 uma entrada de Loulé, a única entrada de Loulé praticamente vinda da cidade, acho que é cidade que está naquelas condições. Se aquilo não é uma obra prioritária o que é que é realmente, e por acaso naquele local até moram quatro Deputados Municipais, veja lá se só por isso não é importante, mas não é por isso que eu venho aqui, aquela estrada é altamente perigosa, não tem sinalização, não tem iluminação, é um risco circular ali a pé. Como tal senhor Presidente da Câmara, e estou-me a dirigir para si porque esta obra está no orçamento municipal há dois ou três anos e é para encher, se está lá para encher, retirem. -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e disse que queria apenas, e porque sabia pela resposta do executivo que efetivamente desconheciam, mas que a Deputada Ana Poeta tinha razão. Pelo menos da minha freguesia, os funcionários da minha freguesia foram proibidos de telefonar para o canil, e isto é grave, por uma funcionária. Obviamente que o executivo não tem nada que ver com isto, daí estou apenas a informar por isso, daí que seria importante um acompanhamento mais próximo do que se passa no canil, formação aos funcionários provavelmente e já agora como há um terreno para o canil comprado, pensar em construir urgentemente um novo canil até porque é no interior e vai criar postos de trabalho. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que disse que antes de mais quer agradecer a coincidência do senhor autarca, embora seja a tempo parcial, o senhor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Hugo Martins, pela coincidência de vir aqui e esclarecer, porque de facto concorda plenamente e ele tem que agradecer vir aqui fazer esse esclarecimento. Mas também quero recordar o seguinte, é que eu, para além de ser Deputado durante as horas que estamos aqui na Assembleia, também sou Deputado e sou político fora daqui e existem outros fóruns, como por exemplo existe um grupo que se chama política no concelho de Loulé, na qual eu me pronunciei lá, mas há aí uma pequena confusão, não sei se está a confundir, quero eu crer que está a confundir com quem respondeu ou quem fez outros *posts*, porque o meu *post* não insinua nada, não tem intenção de insinuar nada, tem é de trazer a debate o esclarecimento sobre os dinheiros públicos. Agora vamos lá a ver uma coisa, quando nós somos, eu também não me incomodo, por exemplo, que o senhor Presidente da Câmara fale sobre mim nas rádios locais onde por acaso a Câmara também faz ajustes diretos, é assim eu não me ofendo, somos políticos. Porque se eu não quiser ser político, ou porque não tenho capacidade ou tenho medo, compro um cão e vou para casa. Agora quando nós somos políticos, não temos de ter receio de ser escrutinados quando mexemos no dinheiro público. Portanto, quando mexemos no dinheiro público é assim, não é bem assim, afinal sou autarca a meio, a legislação afinal permite autarca a meio, não sei, vou verificar, mas pus a debate num sítio onde é um fórum de política. Portanto, há outros fóruns de políticas, o senhor Presidente também vai para a rádio Solar falar e eu não vejo maldade nenhuma nisso. Portanto, é assim, política é isto. Agora outra coisa é haver insinuações, ou pior ainda acusações com mentiras, mas aí deve estar a referir-se, se calhar, a pessoas que depois vão lá comentar, mas isso tem que falar com essas pessoas não é por exemplo comigo. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, que disse ao senhor vereador David Pimentel que pensa que há aqui alguma confusão e pede desculpa, mas vai voltar a insistir. Não há aqui nenhuma dúvida relativamente aos concursos públicos, eu preciso de duas respostas sim ou não! Pode ou não a Câmara fazer parcerias público-privadas, primeira questão.? -----

Segunda questão, pode ou não haver cedência do direito de superfície para a construção para cooperativas de habitação? É só isto que eu quero que o senhor Vereador me responda, sim ou não! -----

Foi concedida a palavra ao Vereador **Abílio Sousa**, que disse que vai também responder sinteticamente às questões colocadas pelo Deputado Bruno Guerreiro. Não vai haver nem promoções nem despromoções. -----

Em relação à justificação, posso-me ter aqui expressado mal ou não ter entendido. No dia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

13 de março de 2023, que foi segunda-feira, tudo aquilo que foi aqui dito por mim foi aprovado em reunião de Câmara. -----

Em relação a todas as alterações que são feitas em obra, todas elas vão a conhecimento com o acompanhamento do tribunal de contas, todas elas, não há nada aqui que a gente possa alterar e que possa aqui estar a esconder, tudo vai a tribunal de contas e para já para dar aqui também mais um esclarecimento, todo este tipo de obras é tudo com procedimento de concurso público, não houve aqui nem ajustes diretos nem nada disso, foi concurso público, as alterações que forem feitas são enviadas a tribunal de contas, tudo está feito com o rigor que se pede e dentro da lei. -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que referiu que queria dizer que eles estão ali para servir a comunidade, para promover o desenvolvimento, para equilibrar interesses, para ponderar o interesse público. Aquilo que está em causa na escola é de facto o investidor que quer abrir um restaurante na freguesia de baixo, portanto precisa de dinamismo económico e que foi trazido à Câmara de Loulé, um projeto que a mim me impressionou muito bem pela sua qualidade, mas tinha um problema, que dado a capacidade que tem de servir, precisa de uma pequena passagem que interfere com uma pequena zona do imenso recreio daquela escola de Hortas de Santo António, porque o recreio é enorme, eu tive o cuidado, tenho aqui fotografias comigo e é apenas uma pequena parte para fazer um corredor, sabe porquê senhor Deputado? Porque do lado de lá está um grande estacionamento para automóveis e não havendo essa possibilidade de os clientes daquele restaurante poderem estacionar, o restaurante deixa de ter condições objetivas para poder ser um negócio viável. Portanto, nós também ponderamos interesses económicos que são legítimos e que nós precisamos deles. Aliás, o senhor sabe bem disso, toda a gente aqui muitas vezes me acusa a mim de ser uma pessoa insensível aos interesses de investimento de empresas, não só são legítimos e eu pondero-os também, e acho que ali, naquele caso, não prejudicaria muito a escola, porque a escola tem um recreio enorme, aquela parte é verdade que é uma parte que é de terra batida, mas não iríamos ocupar tudo, e eu não vi nenhuma posição além da sua, mas o senhor é político e eu compreendo, está permanentemente numa luta política às vezes um bocado cega e, portanto, nós não devemos nunca deixar-nos tomar demasiado pela paixão partidária, senhor Deputado. Acima de tudo nós todos nós aqui nesta sala servimos as comunidades lá fora, servimos o interesse público e, portanto, é preciso pesar isso com ponderação e com bom senso, e eu acho que neste caso o senhor não está a ter bom senso, porque o que estamos ali a falar é de comprometer, de tomar uma pequena parte, um pequeno corredor para permitir a passagem de um parque de estacionamento para um restaurante,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

mas eu vou novamente perguntar à escola, às autoridades escolares. Se me disserem «não, nós não queremos isso aí». Pronto, eu vou ponderar, vou ver o que é que vou fazer, portanto, mas quero ver, quero ouvir isso, não quero ouvir o senhor porque o senhor, enfim, oiço-o, é Deputado Municipal, mas não tenho que seguir a sua opinião, tenho outras opiniões, tenho outras autoridades, tenho outras pessoas a ponderar num processo desta natureza. -----

É uma passagem pedonal, não é para passar automóveis, é uma passagem pedonal, portanto não estamos aqui a falar de uma coisa extraordinária. Bom, mas vamos ver. ---- Depois, queria dizer o seguinte. Vamos lá ver uma coisa senhores Deputados, não há aqui pessoas infalíveis. Naquele caso concreto da escola, o que aconteceu é que houve um erro, houve um erro no momento em que fizeram o levantamento da área disponível para fazer a escola e foi feito o projeto com base nesse erro e começou-se a obra com base nesse erro até que chegámos ao momento em que vimos, «olha, isto não está certo aqui» e corrigimos o erro. Não temos nada aqui a esconder, não temos medo de nada, ninguém está aqui a gerir mal os dinheiros públicos. Estas coisas acontecem de vez em quando, não é de certeza a primeira vez que aconteceu o erro nem será a última, senhores Deputados. O que acontece muitas vezes, infelizmente acontece, aconteceu-nos a nós, aconteceu no passado a outros também e há de acontecer no futuro a outros também. --

-----  
-----  
Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que disse ao senhor Presidente que em momento algum o ouviu dizer que era dinheiro público mal gasto, não foi daqui que essa expressão veio, foi dali. Era mais fácil em vez de ter tentado falar para não dizer nada, dizer que o senhor Presidente levou meia hora para dizer agora foi, houve um erro. É isso que queríamos ouvir, queríamos ouvir afinal houve um erro ou não houve um erro? Já admitiu. -----

Em relação à escola, sabe, por acaso não gostava de dizer isto, mas eu sirvo aquela escola há dezassete anos. Se há uma coisa que primamos naquela escola é pela qualidade de ensino e por dar boas condições aos nossos alunos. É do meu agrupamento, é uma escola do meu agrupamento e vou-lhe dizer uma coisa, se o senhor conhece aquela escola, sabe que o único espaço verde daquela escola é aquele canto onde querem fazer a passagem, é o único. O único espaço de terra batida daquela escola é o canto onde querem fazer a passagem, e se tiver dúvidas daquilo que eu digo, tem a vereadora com o pelouro da educação ao seu lado que pode-lhe confirmar isso. -----

-----  
Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, que respondeu à questão colocada



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

pela senhora Deputada Sandra Ribeiro. Primeira questão, parcerias público-privadas, as câmaras não podem fazer, no que diz respeito à cedência do direito de superfície, sim, as câmaras podem fazer mediante Procedimento Concursal -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que disse que, já agora, queria só esclarecer aqui uma coisa senhor Presidente. É assim, é constante ouvir o líder de bancada à minha frente acusar-nos de sermos parte da bancada do Chega. É assim, se há algum problema aqui, é que as pessoas que fugiram do PSD para o Chega é porque estavam descontentes que não se fazia oposição, não é? -----

O **Presidente da Assembleia**, explicou que a mesa não deteta esse género de comentários, se é que eles existem. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse que não queria entrar por isto mas terá que entrar, é useiro e vezeiro a inventar cenas. Eu levanto duas questões e este senhor é inventor, é um inventor que está aqui, fora contratado de propósito para estar ali. -----

O **Presidente da Assembleia**, afirmou que pensa que uma vez que estão no final do Período Antes da Ordem do Dia, quer dizer aos Deputados que de facto esta parte da ordem de trabalhos teve momentos muito intensos, teve uma coisa que a mim me agradou muito que é ver nesta Assembleia tratada com frontalidade, questões que nas redes sociais umas vezes são anónimas, outras vezes quando não são anónimas, o direito de resposta também não surge com facilidade e de facto se há problemas no município, se há assuntos que interessam ao município este é o sítio para os trazer e para os debater como efetivamente hoje foi feito. -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que passariam ao Período da Ordem do Dia com uma proposta da mesa, no sentido de serem apresentadas em conjunto a alínea a) e a alínea g), uma vez que ambas são sobre as propostas de prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas. A alínea g) é a obrigatoriedade que o município tinha de dar a esta Assembleia, dar conhecimento de que tinha sido enviada uma proposta para a CCDR, a alínea a) é a proposta que foi aprovada em executivo, resultante da informação favorável da CCDR. -----

Referiu que não havendo mais questões e esgotado o tempo do período de antes da ordem do dia procedeu à apresentação do **ponto seguinte**; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

-----  
3- Período da Ordem do Dia: -----  
-----

a) - Proposta da Câmara Municipal n.º 640-2023 [DP] - Proposta de Prorrogação do Prazo de vigência da renovação do Estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira-Nascente) no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé; para deliberação; -----  
-----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 544-2023 [DP] - Proposta de Prorrogação do prazo de vigência da renovação do Estabelecimento de Medidas Preventivas (Quarteira-Nascente) no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé; para conhecimento; -----  
-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que afirmou que é um assunto já conhecido deste fórum e que se prende com a renovação das medidas preventivas em vigor em Quarteira Nascente. Portanto, para fazer aqui um pouco de memória da última vez que este assunto foi aqui debatido, retirámos a proposta que vinha para informação da proposta que tinha seguido para a CCDR, porque fomos alertados que a proposta naqueles termos não iria receber aprovação por parte da CCDR. Efetivamente assim aconteceu, foi-nos enviado um ofício e nós imediatamente, dado a proximidade do tempo legal de vigência destas medidas que estão provisoriamente em vigor enquanto não aprovamos aqui nesta casa o novo PDM, imediatamente corrigimos, seguimos as instruções que nos foram dadas pela CCDR e enviámos, aprovámos uma nova proposta no executivo municipal e enviámos para a CCDR. -----

A CCDR proferiu parecer favorável e, portanto, e agora temos aqui também a proposta já em condições de ser apreciada pela Assembleia Municipal e a informação. Vêm os dois assuntos ao mesmo tempo. -----

Queria dizer-vos que aquilo que está em causa para quem possa não saber, apesar dos documentos têm lá tudo explicado, são incongruências de cartografia que foram detetadas, imprecisões, e que como detetámos, tentámos corrigir junto da CCDR. -----

-----A CCDR segundo o seu entendimento, entendeu que não podiam prorrogar umas medidas preventivas que incidiam sobre uma cartografia que, entretanto, foi alterada. Havia uma correção material feita pelo meio e, portanto, tínhamos que voltar a propor a cartografia inicial para que eles pudessem emitir parecer favorável. Acatámos porque a CCDR tem voto imperativo nesta matéria com o seu parecer, foi o que fizemos e pronto aqui temos este dossiê tão importante em Quarteira que espero que fique



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

definitivamente resolvido quando nesta casa for aprovado o PDM, como esperamos que aconteça até ao final deste ano, e estou disponível para algum esclarecimento naturalmente. -----

-----  
**O Presidente da Assembleia**, declarou abertas as inscrições para a discussão do ponto.

-----  
Foi concedida a palavra à Deputada **Bárbara Correia (PSD)**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes e disse que em virtude das consequências da presente proposta de prorrogação de medidas preventivas, como a entidade fiscalizadora da atividade do executivo e como representantes da população, a bancada do PSD sente-se na obrigação de dar a conhecer uma sucessão de acontecimentos relacionada com os promotores da zona afetada e pedimos ao senhor Presidente da mesa especial atenção para os factos que descrevo. -----

Em Setembro 2009, foi celebrado entre a ORBITUR, o promotor e a Câmara, um acordo tripartido em que a ORBITUR obrigou-se a transferir o parque de campismo para o local acordado com a Câmara, o promotor comprometeu-se a permitir que a ORBITUR mantivesse a exploração do parque de campismo nos seus terrenos até à transferência para a nova localização, a Câmara comprometeu-se a apreciar e a dar seguimento aos requerimentos referentes ao pedido de informação prévia e aos processos de loteamento do empreendimento que o promotor pretendia concretizar na sua propriedade ocupada pelo parque de campismo. A ORBITUR explorou até setembro de 2020 um parque de campismo nos terrenos do promotor. Desde 2009 que o promotor tem tentado obter da Câmara Municipal a aprovação de um projeto de loteamento, denominado Loteamento Quinta do Oceano. O promotor submeteu na Câmara um pedido de informação prévia que foi aprovado e em 2011 requereu um pedido de licenciamento da operação de loteamento. O projeto de loteamento foi objeto de sucessivas alterações entre 2011 e 2022, decorrentes das imposições dos serviços da Câmara. Entre 2012 e 2013, o promotor foi notificado de um conjunto de informações técnicas dos serviços que trouxeram ao seu conhecimento que o projeto de loteamento estava conforme os parâmetros urbanísticos, como por exemplo coeficiente de ocupação do solo, área máxima de construção, número máximo de habitantes, área de cedência para espaços verdes de utilização coletiva. Tinha parecer favorável do Turismo de Portugal e da APA e que a CCDR havia emitido parecer no âmbito do PIP, com a dispensa da realização de procedimentos de AIA. -----

Em dezembro de 2013, o promotor foi informado da decisão da Câmara em suspender o processo de licenciamento até à entrada em vigor da correção material do POC Vila Moura-Vila Real de Santo António, de forma a ser corrigido um desfasamento existente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

entre os limites de espaços florestais de proteção e espaços agrícolas. -----  
Em 2016, decorridos cerca de três anos sobre a decisão da Câmara em suspender o processo de licenciamento e dado que a Câmara não conseguiu entendimento com as entidades da administração central para a correção material do POC, o promotor reformulou o projeto de loteamento. Entre as alterações introduzidas, destacamos as seguintes: -----  
Redução da área de intervenção, cerca de sete mil e seiscentos metros quadrados de terreno a menos; -----  
Redução da capacidade construtiva, cerca de cinco mil trezentos e vinte metros quadrados de área bruta de construção a menos; -----  
Redução do número de fogos. -----  
Em 2017, a Câmara informa que apesar do projeto não atingir os limiares que determinam a sua sujeição à avaliação de impacto ambiental, ou seja, legalmente não era exigível, a Câmara ainda assim pretendia que o projeto fosse sujeito à avaliação de impacto ambiental e o promotor sempre colaborativo submete o estudo de impacto ambiental, tendo a CCDR Algarve emitido uma declaração de impacto ambiental, vejam só, favorável. Encontrando-se o projeto de operação de loteamento em condições de ser aprovado, o promotor submeteu em janeiro de 2019 novas memórias descritivas e peças desenhadas conforme solicitado pela Câmara. Para surpresa, nesse mesmo ano, em 2019, a Câmara delibera propor à Assembleia Municipal a aprovação da suspensão do PDM e a adoção de medidas preventivas por um período de dois anos, área para a qual se pretendia executar a operação de loteamento do promotor. -----  
Em 2022, a Câmara Municipal delibera propor à Assembleia Municipal de Loulé a renovação de carácter excepcional da suspensão do PDM e das medidas preventivas, o que é aprovado em março de 2022. -----  
O projeto de operação de loteamento que vos falei está pendente de aprovação desde 10 de janeiro de 2019. -----  
Em março de 2020, o promotor apresentou um estudo de caracterização do território e de solução urbanística, contributo para a revisão do PDM de Loulé, no qual apresentou uma nova solução urbanística com uma significativa redução da capacidade urbanística, de zero ponto sete para zero ponto cinquenta e dois. -----  
A Câmara não mostrou disponibilidade sequer para apreciar esta nova proposta do promotor. -----  
Pelos factos expostos, facilmente se conclui que o promotor se apresentou sempre de espírito colaborativo e que foi efetuado um investimento significativo, quer em termos temporais, quer em termos monetários no projeto baseado na legislação em vigor, em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

direitos adquiridos e nos contactos estabelecidos com a Câmara. -----

Passados quatro anos, é inadmissível que a Câmara continue a utilizar os mesmos instrumentos para protelar no tempo indefinições e incongruências na gestão do território com prejuízos evidentes para quem decidiu neles investir, mas igualmente para a população de Quarteira e para todo o município. -----

Esta nova proposta de prorrogação de medidas preventivas vem mais uma vez prolongar sem fundamento legal a situação de indefinição em que o promotor se encontra, provocando-lhe danos significativos. Mais, o parecer da Câmara relativamente à correção material das medidas preventivas, a anterior proposta 364, refere que devem ser salvaguardados os atos administrativos que tenham sido praticados em data anterior à data em vigor das medidas preventivas, independentemente da natureza desses atos, abrangendo por isso, além das licenças emitidas, também as informações prévias favoráveis ou favoráveis condicionadas. Chegamos a um ponto em que os argumentos utilizados pela própria Câmara para justificar as correções são exatamente os mesmos que sustentariam a realização de uma correção à parcela de terreno que abrange o promotor. -----

Somos a favor da proteção dos direitos adquiridos pelos particulares e da proteção das legítimas expectativas dos mesmos. -----

Aprovar esta medida de prorrogação é compactuar com uma violação do princípio da boa-fé e da igualdade que não podemos aceitar. E face ao exposto, a bancada do PSD irá votar contra a prorrogação destas medidas, os promotores no concelho de Loulé merecem mais consideração. -----

-----

O **Presidente da Assembleia**, explicou que uma vez que foi pedida particular atenção por parte da mesa, tinha a dizer o seguinte: Da sua intervenção relativamente às decisões que já foram tomadas o ano passado já por esta Assembleia, não há, ao fim ao cabo, factos supervenientes que tenham vindo a alterar os pressupostos que já em 2022 existiam. Eu percebo, que os interesses adquiridos, aliás as próprias medidas preventivas salvaguardarão os direitos adquiridos em termos de loteamentos aprovados ou pedidos de informação prévia definidos favoravelmente, o que não foi o caso pelo menos desde a altura das medidas preventivas até agora. Portanto, de tudo aquilo que disse e muito bem fundamentou, certamente que os promotores poderão sempre recorrer aos meios judiciais para fazer valer os seus direitos. Perante esta Assembleia, esta decisão politicamente é exatamente a mesma que foi tomada o ano passado, que é, remeter para a revisão do PDM a alteração daquela situação e até lá suspendermos o PDM e possibilidade de ali se trabalhar. Em sede de PDM, esta questão será avaliada e ponderada, como também é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

sabido estão em causas questões relacionadas com o património natural daquela zona e com zonas únicas até a nível nacional e espécies únicas a nível nacional, naturalmente que haverá condições para contabilizar alguns dos interesses em jogo. -----

Do ponto de vista da legalidade e da legitimidade, a sua exposição em relação àquilo que foi a deliberação do ano passado e os pressupostos do ano passado, não há nada de novo que aconteça que não seja, vem a mesma decisão com os mesmos pressupostos. Diga-me se estou enganado, portanto desde março de 2022 para cá nada aconteceu que não foi as medidas preventivas ficaram em vigor e aquilo que agora é proposto é a prorrogação até à conclusão do PDM. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Bárbara Correia (PSD)**, que disse exatamente, ou seja, mas aqui a questão é o que é que fundamenta essa prorrogação, tendo em conta que temos aqui este promotor, a área abrangida, aquilo que nos preocupa é todos os direitos que foram adquiridos e todo o processo que tem vindo a acontecer desde 2009. Portanto, é isso que nos reportamos e porque é que, já que houve uma correção material e que nós verificámos que não foi aceite pela CCDDR, em que por acaso levantavam a impossibilidade de construir numa área em específico, porque é que não fizeram para este promotor, que tem todo um histórico com a Câmara, em que sempre colaborou com a Câmara nos projetos que foi submetendo, nas alterações e tudo mais desde este acordo inicial com a ORBITUR para poder usar o seu terreno para manter o parque de campismo. É nesse sentido. -----

O **Presidente da Assembleia**, referiu que essa questão naturalmente que o executivo responderá. Do ponto de vista da salvaguarda da legalidade, enquanto Presidente da Assembleia e também nos compete a nós todos, e a mim por maioria de razão, salvaguardar essa questão, o nosso conforto é ao fim ao cabo a CCDDR, que é a entidade com competência na matéria, dar um parecer favorável à suspensão destas medidas. Portanto, do ponto de vista legal a situação estará salvaguardada, do ponto de vista político, a decisão será desta Assembleia. Portanto, enquanto elemento da mesa, enquanto Presidente da mesa para o qual foi pedida particular atenção à sua exposição, que tive dúvidas, nada obsta a que a discussão e a votação continuem e se verifique. ----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, que disse que, se lhe é permitido, gostaria de acrescentar alguns factos à explicação e à relação que a senhora Deputada fez. Nomeadamente que, aquando da primeira aprovação das medidas preventivas, os Deputados do PSD que faziam parte da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

comissão de ordenamento do território, numa primeira abordagem, votaram todos favoravelmente e está no relatório feito nessa altura pela comissão de ordenamento do território, a aprovação das medidas preventivas. Estranhamente na Assembleia seguinte não se sabe porquê, resolveram mudar de opinião e votar todos contra as medidas preventivas acompanhando a mais abjeta, e vou sublinhar, a mais abjeta chantagem de que eu tenho memória que alguma empresa ou alguém tenha feito aos Deputados desta casa, e que foi enviada uma carta a ameaçar toda a gente se votassem favoravelmente com tribunal, questões judiciais, etc. Felizmente ninguém se deixou intimidar e as medidas preventivas foram aprovadas. -----

Estranho que, ou não me estranha neste caso, que o PSD continue a acompanhar este tipo de discurso. -----

Quando toda a Europa está a renaturalizar as suas cidades, nós aqui em Quarteira queremos continuar a encher tudo com betão. Encher tudo com betão não melhora a qualidade das nossas cidades, não valoriza Quarteira. O que valoriza Quarteira é realmente espaço de qualidade, o que valoriza Quarteira é renaturalizar, proteger aquilo que ainda tem de natural e de único e que permite não só aos residentes como aos visitantes usufruir e quererem cá vir. -----

No dia em que Quarteira tiver todos os milímetros cheios de betão, podem ter a certeza que perdemos a maior parte dos nossos visitantes e dos nossos turistas e provavelmente não será um espaço muito agradável para se viver. O futuro não é encher tudo de betão, é compatibilizar a construção com a natureza, todos nós sabemos isso, toda a gente está farta de ouvir isto, as medidas preventivas pretendem exatamente prevenir esse futuro e não dar azo a um tipo de desenvolvimento que, eu estou a tentar não utilizar palavras muito duras, mas no fundo já não faz parte do nosso mundo, não deveria fazer parte do nosso mundo atual e muito menos do nosso concelho.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que referiu que em fevereiro de 2019, a Comissão Especializada de Ordenamento do Território, emitiu o relatório 1/2019 sobre a proposta municipal 161/2019 subordinada às medidas preventivas no âmbito do processo da revisão do Plano Diretor Municipal em Loulé referente a Quarteira Nascente. Essas medidas foram aprovadas pela Assembleia Municipal e fixado em três anos o tempo para rever o PDM. Nessa altura tivemos oportunidade de ouvir a senhora vereadora Heloísa Madeira quem tinha a responsabilidade do pelouro, e outros técnicos do departamento de planeamento, e foi-nos garantido, repito, foi-nos garantido que todos os direitos adquiridos e demais situações em curso não estavam postas em causa, e isso consta desse relatório que é público. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Assembleia Municipal em reunião de 10 de março de 2022, deliberou aprovar por maioria a renovação do estabelecimento das medidas preventivas e subsequente suspensão da eficácia do Plano Diretor Municipal. Veem agora à Câmara solicitar a aprovação de nova prorrogação do prazo de vigência das citadas medidas aprovadas por parecer favorável da CCDR. Tal como aprovados, aprovámos os anteriores pedidos de prorrogação, não quebrámos perante a chantagem de um fundo imobiliário, inteiramente de acordo com o que disse o senhor Deputado António Martins, manteremos idêntica a posição, votando a favor da proposta em causa. No entanto, aproveitando, não podemos ignorar que os trabalhos de revisão em curso do PDM se dilatam em muito para além do prazo permitido pelo senhor Presidente. -----

De atrasos em atrasos com demissões de técnicos e vereador responsável pelo meio, da perda de poder concorrer a fundos comunitários, de promessas de entregas para amanhã do processo concluído, o que é certo, é que até a própria CCDR estranha no parecer que emitiu, que a Câmara ainda não tenha comunicado a data para entrega da versão final. - É evidente que estes atrasos e a indefinição dão razão a todos aqueles que criticam a lentidão dos serviços de planeamento, levando à suspeição sobre a sua atividade. -----  
A aprovação pela Câmara da proposta de correção material à área de delimitação abrangida pelas medidas preventivas prontamente rejeitada pela CCDR e mais tarde retirada pela Câmara, é disso uma evidência. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que disse ao senhor Presidente que às vezes fica confuso com as suas opções em relação a certas coisas. --- Neste caso aqui, um promotor que tem boas relações com a Câmara desde 2009, tem um histórico com a Câmara desde 2009, não defende o interesse privado. No caso do restaurante já defende o interesse privado. Fico um bocado confuso com isto. -----  
Senhor Presidente da Mesa, já agora só um apartesinho. Um inventor é um empreendedor que cria mais-valias para a sua comunidade. Ainda agora chamaram-me inventor só para me defender. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que cumprimentou todos os presentes e disse que o Partido Chega vai votar contra esta proposta das medidas preventivas. Pelo que nós sabemos a CCDR no ano passado mandou retirar os loteamentos válidos da área das medidas preventivas e a Câmara assim fez. -----  
Este ano parte de um loteamento ficou de fora dessa exigência por não ter sido incluído nas medidas preventivas do ano passado por lapso dos serviços. -----  
Este ano a Câmara quis retificar o lapso e acabou por ver chumbada a proposta que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

apenas traduzia a realidade legal. E ao não aceitar obrigou a Câmara a apresentar à Assembleia para votar um documento incorreto, ou seja, a Câmara teve que engolir um sapo apresentando uma documentação incorreta para poder ter a aprovação das medidas preventivas que lesam interesses de investidores, neste caso sendo um deles o novo banco, onde os portugueses se fartaram de enterrar dinheiro dos seus impostos, pese embora essa entidade tenha tentado inclusive através de estudo de impacto ambiental aprovado, tentado resolver o problema. -----

Trata-se de uma cegueira ideológica que não se coíbe de apresentar documentos errados a fim de conseguir os seus fins. -----

A CCDR não foi leal, arranjando uma espécie de parecer jurídico interno, criando uma razão que impede a Câmara de retificar um erro cometido na renovação das medidas preventivas. -----

Votamos contra as medidas preventivas, mas votamos também contra a apresentação de um documento incorreto que lesa também a integridade dos Deputados municipais, pois a CCDR não tem esse direito. Se quer os loteamentos fora das medidas preventivas, deve aceitar que essa delimitação se faça de acordo com os loteamentos em vigor e os seus limites válidos. -----

O ordenamento de território é e deve ser uma responsabilidade da Câmara Municipal e não da CCDR, e os limites de um loteamento não podem ser alterados sem que haja uma alteração a esse loteamento. É um ataque aos direitos adquiridos, o que a Câmara gosta numa razão meramente ideológica por isso não tem contestado. Assentar erros com justificação de interesse público parece no mínimo arcaico. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Maria Carapeto (PS)**, que cumprimentou todos os presentes e disse que não poderia deixar de responder ao senhor Deputado Bruno. Não é que o senhor Presidente da Câmara necessite de alguém para defender a sua honra, mas se estamos a falar aqui de incoerências, então vamos ser honestos intelectualmente. Os senhores votaram a favor na comissão especializada, depois chegam à Assembleia Municipal votam contra. Primeiro dizem que querem espaços verdes e depois já não querem espaços verdes, querem índice de construção. Afinal aonde é que está aqui a coerência? -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que disse que acha que a senhora Deputada está um bocadinho confusa. Estamos a falar de duzentos e dez metros quadrados para os nossos filhos brincarem em espaços verdes para uma construção de milhões de euros. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Foi concedida a palavra ao Deputado **Marco Ferreira (PS)**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes e disse que a sua intervenção era breve e tinha a ver de facto com este assunto das medidas preventivas. De facto, alinho com a posição do executivo municipal, não por uma questão de mero alinhamento, mas mesmo por questões de convicção pessoal. -----

O território de Loulé, o território do concelho de Loulé, prima pela qualidade ambiental. O nosso Executivo, prima pelo seu excelente trabalho reconhecido internacionalmente na OCDE, pelo respeito pelo ambiente, pelas medidas que têm trabalhado ao longo dos anos no seu programa em prol da mitigação das alterações climáticas e por aí fora e, portanto, e eu vou continuar a votar favoravelmente esta deliberação e irei trabalhar e continuar a trabalhar para defender que aquele território seja de facto uma reserva natural. -----  
Eu jamais preferiria trocar aquele território natural por cinquenta e dois metros de cimento por cada cem metros quadrados e, portanto, se nós perguntarmos isto a cada um dos nossos concidadãos provavelmente eles vão dizer o mesmo que eu. -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que disse que vai organizar a sua linha de argumentação em dois momentos. Primeiro, há considerações de ordem técnica que foi aquilo que a senhora Deputada da bancada do PSD fez, leu um documento tecnicamente redigido, que defende uma posição. E depois há outra linha de argumentação mais acessível à compreensão das pessoas que não dominam matérias que são muito técnicas, que são o planeamento, a gestão urbanística e toda a panóplia de leis que sustentam esta disciplina se quisermos. -----

Então, em primeiro lugar para que toda a gente perceba o que é que está em causa, vou explicar que se por acaso a proposta defendida pelo promotor e defendida aqui pelo PSD, sucessivamente apenas com aquela incoerência que foi apontada pelo Deputado António Martins, é que numa comissão de especialização de ordenamento do território concordaram e depois no plenário sobre chantagem, porque foi de facto, eu lembro-me bem esse momento, não me esqueço mais, mudaram completamente o sentido de voto aqui. Tirando esse momento os senhores sucessivamente nos vários momentos de aprovação das medidas preventivas na sua prorrogação e renovação, sempre tiveram uma linha de coerência que é exatamente igual, a linha do investidor. Portanto, não há aqui, os senhores aqui, vou tecer uma consideração política com toda a consciência daquilo que faço, parecem mais advogados dos promotores imobiliários do que propriamente Deputados municipais, e isto para dizer o quê? -----

É que se nós fôssemos atrás daquilo que os senhores defendem, que é exatamente o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

mesmo sem tirar nem pôr daquela que é a intensão dos promotores imobiliários, nós iríamos ter ali sabem quantos fogos meus senhores? Quatrocentos e noventa e nove fogos, sim, sim, e iríamos ter ali numa zona húmida, numa zona que foi estudada por uma associação ambiental, uma zona que tem características riquíssimas de valores ambientais e da biodiversidade e que por isso mesmo, curiosamente os senhores aprovaram aqui para ali para aquela zona a criação de uma reserva natural local. Muito bem, então como é que consegue casar uma coisa com a outra? Explique-me. Ou querem uma coisa ou querem outra. Portanto, o que os senhores estão a defender ali, é a liquidação e a betonização de um dos espaços mais queridos de Quarteira, que valorizam Quarteira, que valorizam todos aqueles investidores que ao longo destes anos investiram naquela terra e compraram moradias, em muitos casos para habitar, noutros casos para transacionar legitimamente, vocês sabem, têm consciência do que é que iria acontecer se nós fôssemos atrás da vossa proposta que é a mesma dos investidores? Nós iríamos literalmente dar cabo de Quarteira. -----

Ora, eu não estou aqui para isso. Nós temos que ter sentido de equilíbrio, responsabilidade. Não podemos ir atrás dos apetites que são irresponsáveis, aqueles senhores querem construir para vender e vão-se embora, é um fundo, meus senhores, é um fundo internacional de investimento, não têm cara nem rosto. Quem depois fica para resolver os problemas somos nós com a desvalorização daquilo que existe em Quarteira que hoje é um destino turístico com valor, porque temos sabido nos últimos anos suster todos aqueles apetites imobiliários, porque se lhes déssemos rédea livre, iria-nos acontecer a nós aqui a mesma coisa que acontece ao Sul de Espanha, não vou mais longe, falem com os espanhóis do Sul de Espanha, dizem «vocês aqui em Portugal ainda têm algumas zonas verdes, têm ainda algum bom senso e equilíbrio, conseguem conciliar interesses e não foram atrás do betão». Esta é a nossa linha, é preciso. O que os senhores estão aqui a defender, é a betonização completa de uma área húmida com valores ambientais e que tem agora uma proposta que há-de ser aprovada para a criação de uma reserva natural local. -----

Depois, quero-vos dizer por acaso o relatório da OCDE, isto é uma versão resumida que eu tenho aqui na minha mão, exatamente uma das coisas que refere quando fala do município de Loulé e é o único município a ser citado como um bom exemplo no país em matéria de gestão de políticas ambientais e de ação climáticas é o nosso. Não é por acaso, a OCDE não dá borlas, a OCDE é um organismo internacional rigoroso e credível acho eu. Sabem o que é que eles dizem? Dizem assim, entre outras coisas não vou ler tudo. «O município também suspendeu notavelmente um plano de desenvolvimento turístico em zonas húmidas e designou a área como uma reserva natural local em 2022. -



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

Em conformidade com a lei de bases do clima, Loulé adotou» (isto já é outra parte), «um plano municipal de ação climática». Portanto, esta é precisamente esta decisão que foi apreciada no momento de elaboração do relatório ambiental da OCDE para Portugal por exemplo. -----

Agora quero contrariar a argumentação da Deputada **Bárbara Correia** (PSD), que aparentemente nós estamos a ferir interesses legalmente constituídos, não há nenhuma base legal para os interessados argumentarem como a senhora acabou de ler, não há nenhuma base legal e eu vou explicar porquê. Porque se houvesse, repare se houvesse eles já tinham metido a Câmara de Loulé em tribunal, já tinham recorrido por outros meios, é exatamente porque não têm nenhuma base legal é que eles já não fizeram isso, aí pode ter a certeza, porque estamos a falar de muito dinheiro. Então eu vou-lhe dizer que há um problema naquilo que diz, quando diz que há um pedido de informação prévia, sim havia e teve parecer favorável, é verdade isso, mas sabe qual é o problema? É que depois vieram meter um loteamento, e quando vieram meter o loteamento, os serviços da Câmara perguntaram, mas então este loteamento não coincide com o pedido de informação prévia. O vosso pedido de informação prévia até tem legitimidade, que é que querem? Optem. Nós esquecemos o pedido de informação prévia e nós queremos seguir este loteamento e naturalmente não concordando o loteamento com o pedido de informação prévia, caiu por base qualquer direito constituído para poder levar por diante o desenvolvimento deste processo e, portanto, toda a sua argumentação aqui neste ponto cai por base, é que não tem legitimidade nenhuma, porque se tivesse como eu lhe digo já teriam tomado outras iniciativas, porque têm meios para pagar os melhores advogados do país, pode ter a certeza que têm e fá-lo-iam, não tenha a menor dúvida disso. -----

Depois, quero-lhe dizer que a avaliação de impacto ambiental podia estar isenta se não chegasse aos quinhentos fogos. Então vieram com uma proposta de quatrocentos e noventa e nove, só que a CCDR e bem, disse não, não, isto está muito próximo do limite que a lei prevê e, portanto, nós exigimos avaliação de impacto ambiental e assim foi feito e depois houve ali vários desencontros relativamente à cartografia do POC, é verdade que houve uma redução em determinada altura que reduziram a sua proposta, mas já estavam em vigor as medidas preventivas e as medidas preventivas passam o índice de construção de zero sete para zero dois, e a proposta que entretanto nos trouxeram era zero cinquenta e dois, e quando se reuniram comigo, temos aqui um plano maravilhoso senhor Presidente, você vai gostar disto, está a ver, tem aqui muito verde, diminuámos muita construção e de facto diminuíram, de facto havia mais verde mas era insuficiente, era ainda um índice muito alto e contrariava as medidas que estavam já na altura eficazes, zero ponto dois. Portanto, mas também nunca nos mandaram oficialmente, nunca nos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

mandaram, ficaram-se por ali, como viram que na reunião não teve aceitação da minha parte e dos técnicos da Câmara, porque era uma proposta de base ilegal, porque o que estava em vigor tinha um limite de ponto dois e não ponto cinquenta e dois, portanto está a ver, também não tinha pernas para andar. Portanto, o que lhe posso dizer e tranquilizar todos os senhores Deputados, não se deixaram intimidar uma vez e não se vão deixar intimidar agora, porque a proposta dos interessados deste fundo não tem nenhuma base legal. Não tenham receio, reafirmem a vossa posição, porque a vossa posição é aquela que melhor defende o interesse público em Quarteira, tenho que dizer o interesse em que nós sejamos dotados de bom senso equilibrando tudo, equilibrando os vários interesses, nós temos interesses sim senhor, os interesses económicos são legítimos, são legítimos até ao ponto em que são tão intensos e tão densos que não passam a prejudicar aquele que é digamos o direito que nós temos a um território saudável e equilibrado e este tipo de investimentos coloca tudo isso em causa e, portanto, ao Deputado Carlos Martins quero fazer um pequeno comentário, mas ainda antes eu queria aqui dizer. Repare, ainda em dezanove de agosto de 2011, vou aqui só, tinha aqui um documento extenso para ler não vale a pena, o requerente InvesFundo, fundo especial de investimento imobiliário fechado, submete na Câmara de Loulé o pedido de licença administrativa para a concretização de uma operação de loteamento com obras de urbanização que, e agora cito, citação é texto deles, «substitui o anterior pedido de informação prévia 18/09», que é o tal pedido de informação prévia que tinha parecer favorável, em nome do mesmo requerendo. Está a ver? Portanto, esta operação de loteamento para obras de urbanização, substitui o pedido de informação prévia e como tal não tem condições para seguir em frente, e por último queria responder ao Deputado Carlos Martins, que nós não atrasámos no PDM, o que nós quisemos fazer, foi responder a uma reclamação vossa dos senhores Deputados do PSD e bem, senhor Presidente. O Presidente da Assembleia Municipal foi insistente nesse aspeto. -----

Ainda antes de submeter a inquérito público, nós temos constituída uma comissão de ordenamento do território e queremos ter uma palavra a dizer nesta fase em que nada está decidido relativamente ao futuro PDM e nós ouvimos todos várias vezes, e mais, ouvimos empresários duas vezes, ouvimos entidades da sociedade civil, é por isso que estamos a levar mais tempo. Perguntem aí noutros concelhos no Algarve, quantos fizeram isto? Eu não tenho conhecimento, portanto este plano, o futuro plano do PDM quando entrar em vigor é um plano onde os senhores todos deram as vossas opiniões e a esmagadora maioria delas foram acatadas, estão lá, estão lá vertidas as vossas opiniões, é por isso que estamos a levar mais tempo Carlos Martins, é por isso, é porque queremos que logo nesta fase este seja um plano participado pelos Deputados e pela sociedade civil



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

e, portanto, nós não podemos ter como diz o ditado? Chuva na eira e sol no nabal, ou uma coisa ou outra e eu prefiro esta, e repare a inibição de acesso a fundos não é nada de especial, porque há uma série de obras públicas que nós não ficamos inibidos de aceder a fundos, ainda que não tenhamos entregue já agora a proposta de revisão do PDM. Nós podemos continuar a aceder a fundos para a habitação e estamos a fazê-lo, nós podemos continuar a aceder a fundos nas políticas sociais, nas ajudas sociais e noutros aspetos que agora não lhe ocorre. -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que antes de passar a palavra aos senhores Deputados que estão inscritos, não resiste a fazer um comentário que provavelmente tem a ver não sabe se com a sua deformação de militar, se com o seu mau feitio, se o que é que é. Eu sinceramente acho um bocado estranho, embora o assunto seja da maior relevância, que estejamos aqui há tanto tempo para decidir sobre uma coisa que esta mesma Assembleia, estas mesmas pessoas já decidiram o ano passado, sem que tivesse havido uma única alteração nos pressupostos que levaram, ou ao voto contra, ou ao voto a favor. Estamos a tentar discutir o quê? Depois da última decisão surgiu alguma coisa de novo? A única coisa que surgiu de novo e a senhora Deputada Bárbara terá razão, passou mais um ano, é um facto, esse é um facto, mas isso não altera a substância dos factos, nem altera o facto que este assunto só se vai resolver em sede de PDM e de revisão do PDM, e aquilo que aqui temos que ponderar é, vamos depois da Assembleia ter decidido durante vários anos que era importante uma decisão de fundo sobre aquilo que não podia ser tomado à luz deste PDM, mas apenas nas novas regras que o PDM vier a definir, vamos agora passado três anos de termos andado a adiar os investimentos dos investidores, dizer pronto sim senhor então a gente agora vamos acabar com as medidas suspensivas e podem construir aquilo que quiserem. Portanto, penso que não tem lógica, portanto apelo, já toda a gente marcou as posições políticas, já se fez um bocado de arqueologia das decisões de 2009 e da comissão da sociedade que aprovaram e depois não... Portanto, faz parte da história, naturalmente que sim, mas geramos o nosso tempo, porque o nosso tempo é um recurso finito, todos nós vamos morrer, temos a noção disso, portanto todos nós temos uma ampulheta em que o tempo está sempre a escoar e este tempo de todos é um tempo precioso naturalmente para coisas importantes, mas aqui neste caso, uma vez que não houve factos novos sobre a última decisão desta Assembleia e a Assembleia é a mesma, eu peço-vos algum maior rigor na utilização do tempo. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Bárbara Correia (PSD)**, que disse ao senhor Presidente de mesa que não pode concordar com o que está a dizer relativamente à não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

alteração dos factos, porque não há alteração dos factos da perspetiva do município que quer continuar a defender e a aplicar as suas medidas preventivas. Mas da perspetiva do investidor, ele continua a ver um direito que ele tem de não poder construir, não poder avançar com os seus projetos. Portanto, temos que analisar. -----

Dito isto, e em termos sintéticos eu só queria perguntar se este discurso que o senhor Presidente teve aqui da defesa que tem lá algumas espécies e da proteção ambiental, nós vimos que foram feitas, obteve parecer favorável da AIA e tudo mais, aquilo que eu queria questionar era se foi esse o seu discurso para com o promotor desde 2009 e nomeadamente quando houve alterações ao próprio projeto entre 2011 e 2013, se foi sempre esse o discurso que teve com o promotor, porque é que fez o promotor também perder tanto tempo então nisto? É isso que eu quero perceber, e depois ter muita atenção, dizerem que a bancada do PSD recebeu cartas e que toda a gente recebeu cartas e por chantagem mudaram o seu sentido de voto, eu acho que isso são insinuações muito perigosas e não passam de insinuações e temos que ter muito cuidado com aquilo que dizemos. Portanto, não podemos aceitar que se façam esse tipo de insinuações. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que referiu que esperava que o senhor Presidente viesse dizer aqui à Assembleia que o processo de revisão em curso do PDM vai ser entregue até ao final do mês na CCDR como foi prometido várias vezes e que antes disso seria apresentado à Assembleia Municipal, mas só para repor a verdade, já se falou aqui muito nesta reunião da comissão especializada do território, neste relatório que foi elaborado pelo Hugo Nunes, no seu capítulo V conclui «pelo que se conclui foram disponibilizados atempadamente os documentos e esclarecimentos necessários para a tramitação e análise da proposta, reunindo mesmo condições para poder ser discutida e votada em plenário». Portanto, contrariamente ao que já foi feito, isto não foi votado. Portanto, os membros desta comissão não votaram, tomaram conhecimento do relatório, também não se manifestaram contra também é verdade, o PSD que esteve presente não se manifestou contra, mas não houve votação, no relatório. É na CEOT, comissão especializada de ordenamento, depois sim, contrariamente àquilo que não manifestaram, na Assembleia seguinte votaram contra. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Núria Machado (PS)**, que cumprimentou todos os presentes e disse que tinha só uma questão. Tenho acompanhado este vivo debate e deixou-me aqui uma questão no ar, que é relativamente à declaração dos interesses. Fiquei sem compreender se a Deputada Bárbara Correia, pode ou não pode estar a discutir este assunto, porque parece-me que os argumentos que a senhora Deputada está



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a usar são mais de carácter técnico e parece que ela tem conhecimento, portanto mais da parte do promotor e questionava se ela tem efetivamente legitimidade para estar a discutir isto e votar na Assembleia. -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que não percebe o conteúdo da dúvida da senhora Deputada. Muito sinceramente não lhe posso dar outra resposta. -----

O carácter técnico ou não técnico da argumentação da senhora Deputada tem a ver com o estudo das matérias ou com o conhecimento que tem com as mesmas. Se eventualmente a senhora Deputada fosse jurista no grupo que está em causa ela estaria impedida de discutir o assunto e de participar na Assembleia e nas votações. Não sendo o caso, porque penso que se fosse o caso teria manifestado e teria pedido o seu impedimento, a legitimidade é total. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse que a leitura que daqui se extrai em princípio, é a forma como a senhora Deputada está a fazer defesa dessa honra, está a encará-la. -----

O **Presidente da Assembleia**, esclareceu que seria defesa da honra se fosse da honra da Deputada. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse que a interpretação que faziam era essa. A senhora Deputada está ou não está ligada ao promotor. -----

O **Presidente da Assembleia**, disse para nesse caso fazerem a pergunta diretamente e não como uma pergunta de retórica como foi feito. Se alguém tem que perguntar à senhora Deputada Bárbara Correia se eventualmente tem alguma ligação ao promotor, que o faça. A mim não me passa pela cabeça, ainda por cima sendo jurista, que estivesse aqui na bancada a participar na discussão, portanto é uma não questão e sinceramente eu já vos fiz um apelo, que é o apelo para que rentabilizem, já que não querem rentabilizar o tempo de cada um, rentabilizem o tempo dos outros, mas pronto: acho que há limites para a discussão. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que disse que acha que é bastante positivo e é de salutar todo este debate e até ser vivo. Agora, nós não temos culpa da bancada do PSD se preparar bem e estudar os dossiês e do lado de lá não. Vamos lá ver uma coisa, agora estar a fazer aqui essas confusões ou essas insinuações é que eu acho que isso não está correto, mas esta situação do debate ficar aceso



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

enquanto se mantiver o respeito que até hoje sempre se manteve aqui e isso é de salutar, às vezes sai a boca para a verdade. Eu agora tive aqui uma espécie de, parece que ouvi, há uns anos atrás ouvi uma situação, quando houve uma pessoa que se enervou muito chamada Heloísa Madeira, saiu-lhe a boca para a verdade e disse, mas este gabinete é um gabinete de pouca expressão como se houvesse discriminação entre gabinetes, e eu hoje ouvi do senhor Presidente discriminar o tipo de investidor. Este investidor ou promotor seja, lá ele o fundo, estrangeiro, português ou de Bragança ou do Algarve ou seja o que for é um investidor, tem é de cumprir os parâmetros que lhes são exigidos. Ah! mas este não interessa porque este se vai embora, este não se interessa porque é escuro, este é porque é claro. O que é isto? Eu não percebi essa parte, gostava que isso fosse esclarecido. -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes e disse que a sua intervenção é só para realçar alguns números, porque o equilíbrio faz-se com o conhecimento do território. O público de 19 de fevereiro, falavam em onze mil camas entre Vilamoura e Lagos em zonas protegidas, ou seja, com direitos adquiridos no passado e que as novas leis já não os complementam. Em Quarteira temos setecentos fogos ao lado do cemitério para nascer, setecentos. Quatrocentos e vinte fogos junto à avenida Sá Carneiro, junto ao hotel Atis, e eu só vou falar destes dois loteamentos para além do plano de urbanização e de uma quantidade de situações até onde é que nós conseguimos ir, até onde é que nós conseguimos continuar a prestar os serviços, a ter os equipamentos necessários quando neste momento já não temos resposta? E quando é que vão escolher Quarteira depois para se tornar uma Benidorm, ou um Sul de Espanha como as outras? É só essa questão que eu deixo aqui. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Abel Matinhos (PS)**, que cumprimentou todos os presentes e disse que não quer demorar muito tempo. Quero apenas dizer aqui duas coisas. -----

Em primeiro lugar, o nosso concelho deve muito àqueles que investiram cá e aos promotores que realizaram grandes projetos imobiliários sejam eles de onde forem. ----- Em segundo lugar, acho que nós hoje vivemos uma realidade diferente daquela que vivíamos há trinta anos. Há trinta anos grandes promotores imobiliários construíam de forma, sem regras e hoje nós precisamos cada vez mais de ter regras muito específicas para cuidarmos do nosso território e para podermos salvaguardar o nosso território. Com isto não queremos dizer nunca que investimentos deste tipo não sejam importantes. São



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

importantes realmente e digo que, o que seria do concelho de Loulé se não tivéssemos investimentos como aqueles que existem na Quinta do Lago, em Vale de Lobo, em Vilamoura, em Quarteira, um pouco por todo o concelho. Porém, não obstante, acho que devemos olhar para o território e devemos pensar que existem partes do território que são mais vulneráveis e que têm que ser cuidadas e por isso mesmo teremos que ter um olhar diferente e um cuidado diferente nessas áreas desse território e, portanto, com isto quero terminar a dizer que nem todo o investimento compensa aquilo que será o impacto no nosso território. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Bruno Guerreiro (PSD)**, que disse ao senhor Presidente que como sabe é um investidor na sua cidade. A minha pergunta é, qual é a diferença deste promotor para o promotor por exemplo que está a construir junto ao Oceânides, e quantos fogos estão a construir lá junto à praia de fora de novo no Oceânides. Há diferença de um promotor para o outro, de um investimento para o outro, pronto há diferenças, um é branco outro é preto, um é amarelo outro é castanho? É o número de contribuinte, qual é a diferença? -----

**Passou-se à votação da alínea a).e apreciação da alínea g)**-----

**a) - Proposta da Câmara Municipal n.º 640-2023 [DP] foi aprovada por maioria**, com 25 votos a favor (22 PS, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN) e 10 votos contra (7 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS). -----

**g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 544-2023 [DP] - foi tomado conhecimento;** -----

O **Presidente da Assembleia**, informou que o Partido Social Democrata tinha declaração de voto a apresentar. A Assembleia também tomou conhecimento da alínea g) relacionada com este assunto que é o último ponto da Ordem de Trabalhos (**Anexo B da presente Ata**). -----

**Passou-se ao ponto seguinte;** -----

**b)- Discussão e votação da Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal**, elaborada pela Comissão Permanente da AM Loulé; -----

O **Presidente da Assembleia**, explicou que relativamente ao trabalho de revisão do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

regimento feito pela comissão permanente ao longo de vários meses, e concluída que foi a análise de algumas propostas de alterações e sugestões e a análise das tabelas de distribuição de tempos que vos foram distribuídas, ficámos em condições de discutir e votar nesta Assembleia. Volto a salientar que foi um processo muito metucioso e participado, com as decisões tomadas sempre por consenso e apenas com a votação final para apresentação em Assembleia. -----

Considerando a diminuição de tempos resultante do aumento dos grupos municipais com representação e do cumprimento dos limites temporais previstos na lei, será normal que ninguém tivesse ficado completamente satisfeito com o resultado final, sendo certo que o trabalho da mesa foi sempre no sentido de compatibilizar o direito a tempo suficiente para a expressão dos partidos com menor representação com alguma proporcionalidade na salvaguarda da representatividade eleitoral de cada força partidária na distribuição de tempos. Naturalmente que esta redução de tempos a que se chegou na proposta final, não deverá nunca pôr em causa a discussão aprofundada dos assuntos, motivo pelo qual em sede de comissão permanente, serão definidos limites para as matérias a apreciar em cada sessão ou em cada reunião subsequente. A palavra está do vosso lado, senhores Deputados. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que para o Bloco de Esquerda o processo de revisão do regimento da Assembleia chegou ao fim. É um documento muito importante e ao longo deste processo o BE contribuiu de forma positiva para a sua feitura. -----

Temos o regimento mais completo e pormenorizado, adequado em relação à legislação atual, com um novo ordenamento do articulado, tornando-o de mais fácil consulta, sem pondo em causa os direitos e deveres dos Deputados municipais. -----

É justo salientar que para todas as situações de divergência foi possível encontrar uma solução de bom senso. Não há bela sem senão e considerámos que os tempos foram tidos como finais, nomeadamente no que diz respeito ao Período da Ordem do Dia, todos os partidos veem reduzidos em seis minutos tempo de intervenção. É claro que os partidos com menos Deputados saem ainda mais prejudicados, pois passam de dezasseis minutos para dez minutos, correspondendo a uma redução de trinta e sete e meio por cento do seu tempo que tinham. Esta significativa perda de tempo por parte da oposição poderá prejudicar o debate democrático, os pedidos de esclarecimento ou o contraditório das opiniões políticas. Salientamos desde já as palavras que o senhor Presidente da mesa falou sobre esta matéria que achamos muito positivas, e como tal, vamos votar a favor e entregar uma declaração de voto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da Assembleia**, referiu a propósito da questão dos tempos que apesar de ter havido diminuição de tempos e como referiu o senhor Deputado os partidos com menor representação tiveram uma diminuição muito maior nessa redução de tempos, só que os tempos que os grupos municipais mais pequenos tinham, eram ainda do anterior quadro eleitoral em que havia menos partidos, ou seja, para compatibilizar o tempo que a lei estabelece como tempos máximos e compatibilizar o direito à expressão e penso que no que vos foi distribuído não estava um documento de trabalho, que é, uma barra lateral com a distribuição dos tempos entre os vários partidos e de facto para as várias sessões essa distribuição é sempre uniforme, é sempre equilibrada, os partidos maiores tiveram maior perda de tempo na maior parte das situações, porque têm maior representatividade, mas se fôssemos levar em conta apenas a representatividade os grupos municipais de Deputado único ou de dois Deputados mesmo chegava aqui e diziam boa noite e depois limitavam-se a votar sem dizer mais nada. -----

Foram retirados da contagem de tempos uma série de coisas como pedidos de esclarecimento, pontos de ordem à mesa, agora não tenho já de memória porque pronto isto foi tudo metido artigo a artigo, mas essa parte escrita foi já há bastante tempo. Recordo-me que no evoluir da situação dos trabalhos fomos retirando um conjunto de matérias que contabilizavam tempos e que deixaram de contabilizar. Portanto, chegámos a consenso na comissão permanente com esta salvaguarda que o Deputado Carlos Martins do Bloco de Esquerda já fez e que todos nós também acordámos em sede de comissão permanente, tornar as Ordens de Trabalho mais leves, ou então fazê-las com todas as matérias pendentes como tem sido até aqui, definindo nós previamente onde é que paramos a Assembleia, ou seja, os tempos disponíveis ficam para as matérias que estiveram disponíveis e não uns estarem a guardar para o fim, outros gastam logo e depois outros já não podem. Também perceberão os senhores Deputados que não estiveram envolvidos no trabalho, que para se conseguir compatibilizar as opiniões políticas, as opiniões pessoais, os feitios de cada um, foi um trabalho que foi bem conseguido graças à boa vontade e à colaboração de todos, em que toda a gente penso que se sente respeitada com o resultado final e do qual eu enquanto Presidente da Assembleia me sinto orgulhoso e penso que a comissão permanente também. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse que era de ressaltar que há uma década que não mexiam no regimento. E este documento leva-nos enfim, a considerar que temos que ser mais eficazes quer no discurso, quer no debate e ser mais produtivos, isto do ponto de vista enfim, digamos do que é que é a transparência das



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### Mandato 2021-2025

nossas ideias, na transmissão das nossas ideias. -----  
Queria revelar aqui aquilo que foi dito, não me quero repetir, o trabalho da comissão permanente com certeza, onde aqui se convergiu e divergiu, mas chegou-se a este documento. -----

Ao mesmo tempo deixar aqui uma nota justa, uma nota que é justo dizer, que a mesa da Assembleia Municipal, o senhor Presidente e os senhores secretários tiveram um trabalho digamos permanente daqui de compilação disto, juntar enfim, digamos o que estava disperso e chegarmos a este documento onde todos perdemos e todos ganhamos, não é? Eu penso que sim. Se perdemos tempo, penso que a quem servimos, os nossos concidadãos, seguramente nos leva a fazer um exercício de intervenção mais objetiva, mais eficaz, mais sucinta, no sentido que se entenda também dentro de nós e entenda quem nos está a ouvir. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Bárbara Correia (PSD)**, que disse sobre o processo de revisão do regimento da Assembleia, no qual o PSD participou com espírito colaborativo, bem como as restantes bancadas e com o senhor Presidente da Assembleia e que contribuiu ativamente na discussão das alterações do regimento, cabe-lhes referir que estes momentos e como já foi aqui dito por outras bancadas são sempre importantes e necessários para a melhoria do funcionamento desta casa de democracia e por isso congratulamos todos os intervenientes. Queremos, no entanto, deixar algumas notas. ----  
É importante que o tempo seja bem utilizado com a apresentação de moções que digam diretamente respeito ao nosso concelho e que contribuam efetivamente para a melhoria da qualidade da vida daqueles que representamos. É importante que as ordens de trabalho como já disse o senhor Presidente não sejam tão extensas e que os assuntos mais importantes, mais complexos, não sejam colocados no fim da ordem de trabalhos quando o tempo escasseia, impedindo um debate democrático. E verdade seja dita a energia também não é a mesma. -----

É importante que não se comece a analisar os períodos da ordem do dia por volta da meia-noite, temos todos que fazer um esforço na utilização do nosso tempo. -----  
O PS pode ter maioria e por vezes sentimos que pouco ou nada conseguimos alterar, mas cabe-nos a nós bancada da oposição não esquecer nunca a importância do nosso papel de fiscalização da atividade de executivo e do quão contribuimos para uma discussão plural e democrática. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, que disse que queria aqui deixar o apreço pelo trabalho que esta comissão permanente a nível do regimento teve,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

da qual tive o orgulho de fazer parte e gostaria de reconhecer o esforço gigante que o senhor Presidente e o Deputado Fernando tiveram na compilação deste documento que aqui está, que no meu entender está muito completo, foi revisto até ao ínfimo pormenor, provavelmente pode ter falhas, nunca se consegue chegar à perfeição de qualquer documento, mas acredito que na sede da comissão permanente tentámos encontrar consenso nas diferenças e conseguimos chegar a um bom porto, parabéns pelo trabalho.

-----

O **Presidente da Assembleia**, disse que também como é do conhecimento dos Deputados a versão, a nossa proposta chegou também ao executivo, foram pedidos contributos, o processo também foi participado, o executivo, vereadores com pelouro e vereadores sem pelouro também são parte interveniente nisso. Houve uma proposta, no sentido de tentar atribuir a possibilidade dos senhores vereadores sem pelouro poderem usar da palavra na Assembleia. O entendimento é que o próprio legislador entende que este é o espaço de debate dos Deputados, o espaço de debate dos vereadores são as reuniões do executivo e sem prejuízo daquilo que já estava e que ficou novamente consagrado, que é, se o plenário pedir aos senhores vereadores para usarem da palavra sobre qualquer assunto específico, ele será concedido, se o senhor Presidente conceder tempo para os senhores vereadores sem pelouro, ele também será concedido. Foi aquilo que melhor conseguimos e que penso que não está mau de facto. O executivo também tem o seu espaço próprio de debate político e debate, e estarmos a misturar e a trazer para aqui intervenções dos senhores vereadores que não sejam os que falam em nome do senhor Presidente não teria grande lógica. Introduzimos uma coisa que nos pareceu também da máxima justiça, é que se o senhor Presidente conceder a palavra aos senhores vereadores sem pelouro, não será descontado no tempo do executivo será descontado no tempo das bancadas. Portanto, o tempo será das bancadas, penso eu, não é?

-----

**Passou-se à votação;** -----

**b)- Discussão e votação da Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal, elaborada pela Comissão Permanente da AM Loulé; foi aprovada por unanimidade.-**

-----

O **Presidente da Assembleia**, disse que é evidente que este é um documento em aberto, em qualquer altura ele pode ser alterado, se verificarem que alguma das coisas que aqui ficou não funciona, em qualquer altura nós tomaremos a iniciativa de trazer propostas de alteração à Assembleia. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

-----  
O **Deputado Carlos Martins (BE)**, disse que fariam chegar uma Declaração de Voto posteriormente, dado o adiantado da hora -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que esta Assembleia vai continuar na próxima segunda-feira, temos disponibilidade dos materiais audiovisuais, os senhores Deputados titulares dos cargos serão convocados para a reunião novamente. Portanto, todo o processo volta ao zero, portanto os Deputados em substituição estão aqui porque os titulares não estavam disponíveis. Não estavam disponíveis hoje, poderão estar na segunda, portanto irão seguir convocatórias para os Deputados titulares e far-se-á todo o processo de substituição. Agradecer aos senhores Deputados, ao senhor Presidente e executivo, às pessoas que nos acompanharam em casa, muito obrigado pelo vosso interesse e acompanhamento. -----

-----  
O **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata cujos documentos constantes na lista anexa passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----  
-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O 1º SECRETÁRIO em exercício

A 2ª SECRETÁRIA em substituição

O Projeto de Proposta de Lei n.º PL 64/XXIII/2023, de 03 de março de 2023, também conhecido por Pacote "Mais Habitação" veio estabelecer um conjunto de medidas, concretas, que, entre outros aspetos, visam a alteração de regimes vigentes em matéria de tributação do rendimento, nomeadamente no que respeita à tributação das mais-valias imobiliárias, dos rendimentos prediais e no âmbito do regime do Alojamento Local.

### **As medidas propostas pelo Governo para o AL :**

- **Suspensão novas "licenças"** em todo o país, exceto zonas para alojamento rural
- **Caducidade das "licenças" por qualquer causa de transmissão**
- **Validade: reapreciação das atuais "licenças" em 2030**

O pacote "Mais Habitação" define o ano de 2030 como limite da validade aos registos existentes, sem dar nenhuma garantia de revalidação e sem expor quais os critérios para que esses AL's possam continuar a sua atividade depois dessa data. Além disso, gera-se **uma incerteza sobre a continuidade do AL** por parte de todos os que operam no sector ou que dele dependem, pelo que dificilmente haverá investimento na qualificação dos alojamentos, na sustentabilidade e na eficiência, bem como não pode ser garantida a estabilidade dos empregos de quem trabalha no setor, empobrecendo assim a qualidade do Turismo no país.

- **Contribuição extraordinária do AL**

Ainda no âmbito das medidas de combate à crise na habitação, propõe-se a criação de uma nova contribuição extraordinária, agora **sobre os estabelecimentos** de Alojamento Local (CEAL).

Em concreto, prevê-se que venha a ser aplicada uma taxa, de 35%, a uma base tributável que será determinada por dois coeficientes: (i) o "coeficiente económico" e o "coeficiente de pressão urbanística".

Estes coeficientes, por sua vez, assentam em valores de referência e em médias publicadas anualmente, em função da localização do imóvel e área do mesmo (ao invés de dependerem do rendimento efetivamente obtido no âmbito do Alojamento Local).

Tal pretensão implicará, mesmo numa situação em que, num determinado ano, **as despesas suportadas pelo sujeito passivo, neste tipo de atividade, sejam superiores** ao rendimento obtido, ou mesmo num ano em que não exista rendimento, o Alojamento Local na pessoa do titular da licença ou, subsidiariamente, no proprietário do imóvel, implicará o pagamento desta contribuição extraordinária.

Tal significa que os proprietários de imóveis nos quais se desenvolva a atividade de Alojamento Local, ainda que não sejam os titulares da licença para exploração dessa atividade, serão também subsidiariamente responsáveis pela liquidação e pelo pagamento desta CEAL relativamente aos mesmos.

Por outro lado, **não existe uma delimitação temporal concreta** para a aplicação desta contribuição extraordinária, presumindo-se que a sua vigência perdure até que o objetivo final seja alcançado e, porventura mais relevante, suscita desde já problemas de natureza vária à luz da nossa Constituição, nomeadamente quanto à existência de rendimentos presumidos, ao princípio da capacidade contributiva e quanto à existência de dois impostos sobre o rendimento pessoal, e que a Constituição não admite. (Dupla Tributação)

- O Valor patrimonial tributário reduz com a idade do prédio, se o proprietário pedir uma reavaliação. No caso do alojamento local, deixará de ser uma hipótese. Na proposta do Governo determina-se, porém, que quando se trate de um imóvel usado para alojamento local, o coeficiente de vetustez que é um dos fatores que influenciam o Valor Patrimonial Tributário (VPT) de uma casa, sobre o qual incide e é calculado o IMI, fique 'congelado'.

## IMPACTO NO EMPREGO E ECONOMIA LOCAL: (Fonte ALEP)

Em 2022, estavam registados no Registo Nacional de Turismo (RNAL) 108.523 Alojamentos Locais, representando 249.023 camas em todo o país.

O Turismo representa 18% do PIB nacional e 7,5% do Emprego Total, e o AL representa então 42% das dormidas turísticas de Portugal, o que faz do setor um pilar do Turismo e um dos principais responsáveis pelas receitas geradas pelo mesmo.

## HABITAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO AL: (Fonte ALEP)

Apesar de Lisboa e Porto terem sempre um grande destaque, representam apenas 28% da oferta de Alojamento Local, estando **72% da oferta fora dos grandes centros urbanos**, sendo grande parte casas de férias, 2ª habitação, sem vocação para habitação permanente ou arrendamento de longa duração.

A maior parte dos imóveis em AL está em zonas com **caraterísticas pouco atrativas para famílias** que procuram habitação permanente.

## CONCLUSÕES

O Governo enviou para consulta pública, e até 24 de Março, o programa «Mais Habitação», aprovado em Conselho de Ministros a 16 fevereiro. É através das consultas públicas que o Governo Português consulta as partes interessadas sobre todas as principais iniciativas políticas, tornando este processo mais transparente, responsável e eficaz.

Assim sendo, enquanto cidadãos apelamos aos deputados municipais para que no âmbito das suas competências e porque o assunto é de máximo interesse para o Município, tomem todas as providências necessárias no sentido de fazer com que as respetivas alterações da Legislação no âmbito do AL sejam melhor ponderadas e revistas.

## EM CONCRETO:

- Na medida de **Suspensão de novas "licenças"** em todo o país, exceto zonas para alojamento rural, deve incluir informação específica de exceções desta medida no caso de zonas de aldeamentos turísticos e similares, ditas zonas urbano-turísticas. O Algarve tem de ser uma zona de exceção, pois sobrevive exclusivamente do turismo.  
No nosso entender, as propostas do Governo passam por cima das câmaras municipais, que conhecem a realidade e o terreno e poderiam continuar a fazer uma "gestão inteligente das aberturas" de novos alojamentos, com base em "dados concretos e objetivos".
- Na medida de **Caducidade** das "licenças" por qualquer causa de transmissão devem **considerar casos específicos** de exclusão como: falecimento do Titular de exploração, venda do imóvel e outras situações em que o imóvel / AL é o mesmo, só mudando o Titular de exploração, não estando a adicionar/criar novo AL.
- **Validade:** reapreciação das atuais "licenças" em 2030: deve **ser claro** de que forma irá realizar-se o processo de revalidação das Licenças em vigor? Reapreciação e validação está a pôr em risco a Mediação Imobiliária, cerca de 50% do negócio imobiliário tem o objetivo de rentabilização desta forma irá destruir a economia local. Temos de delimitar as zonas de turismo dando a oportunidade de aquisições nos arredores aos trabalhadores. Rever o PDM urgentemente permitindo assim a extensão da construção de edifícios de aquisição de custo controlado.

*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

- **Excluir/ Eliminar do Pacote "Mais Habitação" a nova Taxa CEAL** (Contribuição Extraordinária Alojamento Local). Se nada for feito pode haver consequências graves para o sector do turismo consequentemente na diminuição da criação de emprego e manutenção dos postos de trabalho existentes. Mais negócio clandestino, tal como aconteceu no passado com as camas paralelas. Diminuição dos rendimentos do Estado. Os clientes do AL irão aumentar o valor dos alugueres fazendo com que o turismo opte por países alternativos.

Se não existir o Alojamento Local os hotéis e similares não têm a capacidade de alojar todos os turistas. Além disso, os mercados e o tipo de cliente são diferentes.

Uma das soluções seria, a norte da N125, controlar a emissão de novas licenças AL, havendo exceções, e utilizar esta área para arrendamento a trabalhadores (anuais / sazonais) com ajuda da CML, não prejudicando o turismo local. Encontrar medidas para arrendamento nas cidades e zonas urbanas.

Delinear um mapa para proteger áreas definidas para o Alojamento Local e outras destinadas ao arrendamento sustentável.

Reativar as cooperativas de habitação, dando oportunidade de adquirir alojamento aos trabalhadores e residentes locais protegendo assim e sem prejudicar o turismo local.

Reabilitar património habitacional público.

Em específico na elaboração deste documento contribuíram 17 empresas e operadores turísticos que empregam diretamente 529 funcionários estimando-se que afetará um número superior a 6 mil postos de trabalho e respetivos agregados familiares.

KLAUS GRIGITSCH, LDA (MIGUEL GRIGITSCH) *Miguel Grigitsch*  
 Nicole Remus - Management Works Lda (NICOLE REMUS) *Nicole Remus*  
 Casan Algarve Lda - *[Signature]*

MARK M'SORLEY - Quinta do Lago - *[Signature]*

Carla Cristina - Algarve Dream Properties - *[Signature]*

Iuezn Davies - Wendy Davies LDA - *[Signature]*

Hénica Guerreiro - Wacatah Properties *[Signature]*

Juana Dica - VILALGARVE, LDA

*[Signature]* - Vela do Lobo (Tourism), Lda.

Carminde Bastos - JES Property + Management / Rentals

Elizabeth Viegas - JES Property Management + Rentals, Lda *[Signature]*

Phily Anne - AI Property Management Lda

Renato Fontem - VILA UETRE - LDA

SAWDYBLUE - *[Signature]* -TURN->

~~any~~  
~~10/27~~  
U

Chris O'Reilly ALEASIA

Nick O'Connell ~~note~~ - ENQUINTA

POKUSA ~~MOTIVATION~~ PROPERTIES R. O'Connell



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**Exmo. Senhor  
Chefe de Gabinete do Ministério da  
Habitação  
António Manuel Martins Viana Gil Leitão  
Av.ª Columbano Bordalo Pinheiro n.º 5  
1099-019 Lisboa**

**Sua referência  
Mandato 2021-2025**

**Sua Comunicação**

**Nossa referência  
AML 44/2023**

**DATA  
23.03.2023**

**Assunto: Projeto de Proposta de Lei n.º PL 64/XXIII/2023 - Pacote “Mais Habitação”**

Para conhecimento e devidos efeitos, comunico a V.Exa., que **na Sessão Extraordinária da AML de 17 de março 2023**, no Período de Intervenção do Público, foi apresentado um documento, pela cidadã, Ana Cristina Fernandes, para o qual contribuíram 17 empresas e operadores turísticos, representando grupos de cidadãos e empresas do concelho, o qual se junta em anexo.

Remete-se também outros contributos de outros cidadãos e grupos, que pela sua participação, pretendem dar conhecimento aos Deputados desta Assembleia Municipal, as suas preocupações, que irão afetar inúmeras famílias, trabalhadores e o retrocesso na economia local.

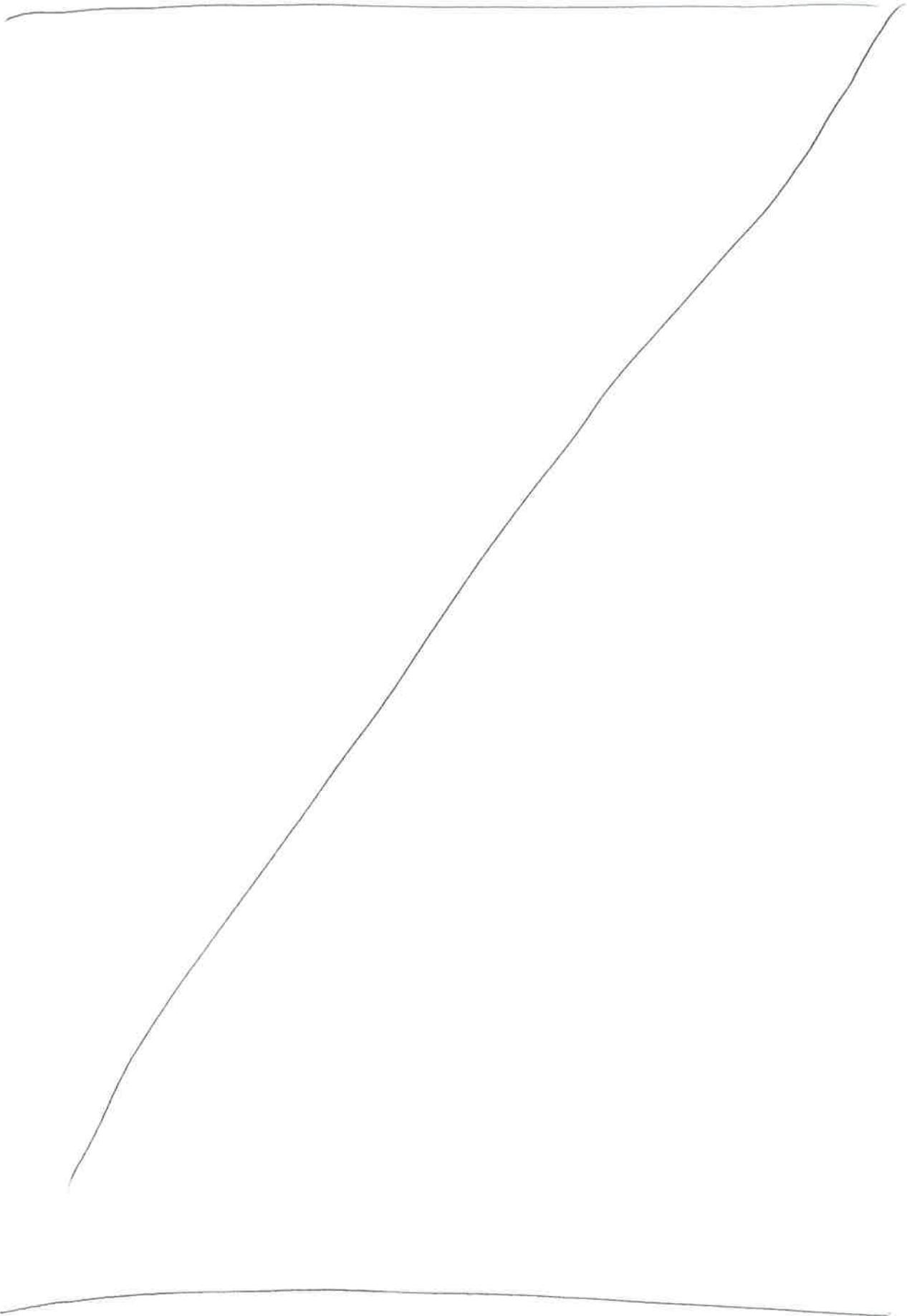
Com os melhores cumprimentos,

**Por impedimento do Presidente**

**O 1º secretário em exercício**

**Fernando Pereira Marques**

*Handwritten signature*  
0.



Ana Cristina

---

**De:** cristiana madeira <algarvecristiana@gmail.com>  
**Enviado:** 15 de março de 2023 16:05  
**Para:** info.associados@alep.pt  
**Assunto:** Testemunho pessoal a favor do Aloj. Local

**Atenção:** Este email foi originado fora da Câmara Municipal de Loulé. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Estimados Excelentíssimos Presidentes de Câmara, Representantes Políticos e Municipais,

Espero que este email mereça a vossa melhor atenção, especialmente antes da importante reunião que irá decorrer no dia 17 de Março, para discussão entre municípios do pacote "Mais Habitação".

Em 2008, quando o operador turístico onde trabalhei largos anos fechou portas, criei a minha pequena empresa de gestão de moradias e apartamentos de férias no Algarve. A partir daí, perdi conta ao número de proprietários que "convenci" a licenciarem os seus imóveis para eu os poder explorar devidamente como AL. Até então, a norma era "fugir" a tudo o que era legal.

Os proprietários (uns eram pessoas de idade que não falavam línguas, outros eram residentes em várias zonas do país com outras ocupações profissionais, vários eram estrangeiros e só ocupavam as casas poucas semanas por ano) queriam simples e naturalmente, rentabilizar os seus imóveis. Os mesmos concordaram com as vantagens da legalização dos mesmos como AL e precisavam de alguém que angariasse os clientes e tratasse de tudo: publicidade, receber os clientes, resolver tudo o que pudesse surgir durante a estadia...

Ao longo de muitos anos lidei com jardineiros, eletricitas, canalizadores, pintores, técnicos de várias áreas, empresas de limpeza, lavandarias, rent a cars, transfers, outras agências parceiras, etc. Graças a esta atividade, consegui conciliar com qualidade a vida profissional com a pessoal - familiar.

Hoje trabalho no ramo hoteleiro longe do Algarve, mas jamais desvalorizarei o que aprendi ao longo dos anos em Alojamento Local.

Sinto que o sector está a sofrer uma perseguição inacreditável, injusta, desleal.

Agradeço à ALEP por todas as palestras que dinamizaram ao longo de tantos anos, e em particular ao Eduardo Miranda, Dr. Miguel Torres Marques e Carla Reis por serem profissionais exemplares, dedicados e incansáveis, sem os quais nenhuma legislação de A. L. deveria ser alterada sem a consulta prévia destes "gurus".

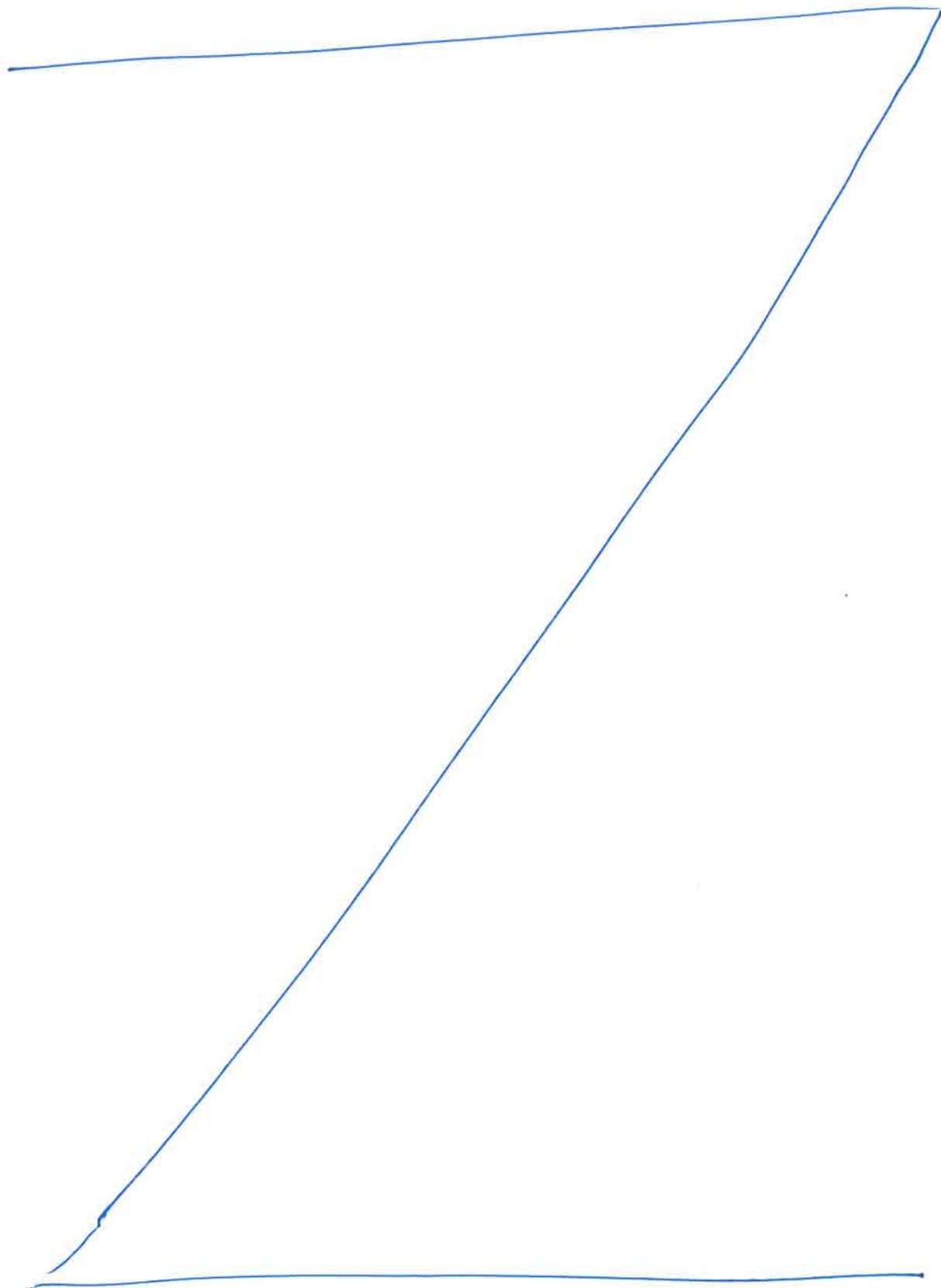
Admiro todos os que estão neste momento a lutar pela estabilidade e equilíbrio do AL. O meu apoio é a 100%. Caso contrário, fica a sugestão de que as diferentes fases de legalização desta atividade (2008, 2014, e sucessivos "ajustes" desde então), não passaram de rasteiras que são agora recolhidas, deixando demasiadas pessoas desamparadas. Pessoas estas que, como eu, tinham uma paixão pela atividade e sempre quiseram agir na legalidade da mesma.

Se for para a frente, aumentará com certeza a atividade paralela no sector. Seria um retrocesso enorme depois de tantas conquistas e benefícios que trouxe à economia do país.

*Cristiana Madeira*

Obrigada pela atenção,

**Cristiana Madeira**



h

Ana Cristina

---

**De:** Centralgarve Property Rentals <geral@centralgarve.com>  
**Enviado:** 15 de março de 2023 16:37  
**Para:** CMLOULE(geral); Assembleia Municipal de Loule; Presidente C M Loule  
**Assunto:** Habitação Mais

Ang  
A.  
Mig

**Atenção:** Este email foi originado fora da Câmara Municipal de Loulé. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Boa tarde,  
Caro Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loulé,

Vimos por este meio pedir-vos que nos auxiliem neste combate contra as novas medidas anunciadas pelo governo. Com este novo pacote de Habitação Mais, que acreditamos que seja realmente necessário haver mais casas com rendas sociais, assim como a vistoria das casas já existentes com essas rendas sociais ( em que muitas vezes não são pessoas com reais necessidades financeiras que as habitam).

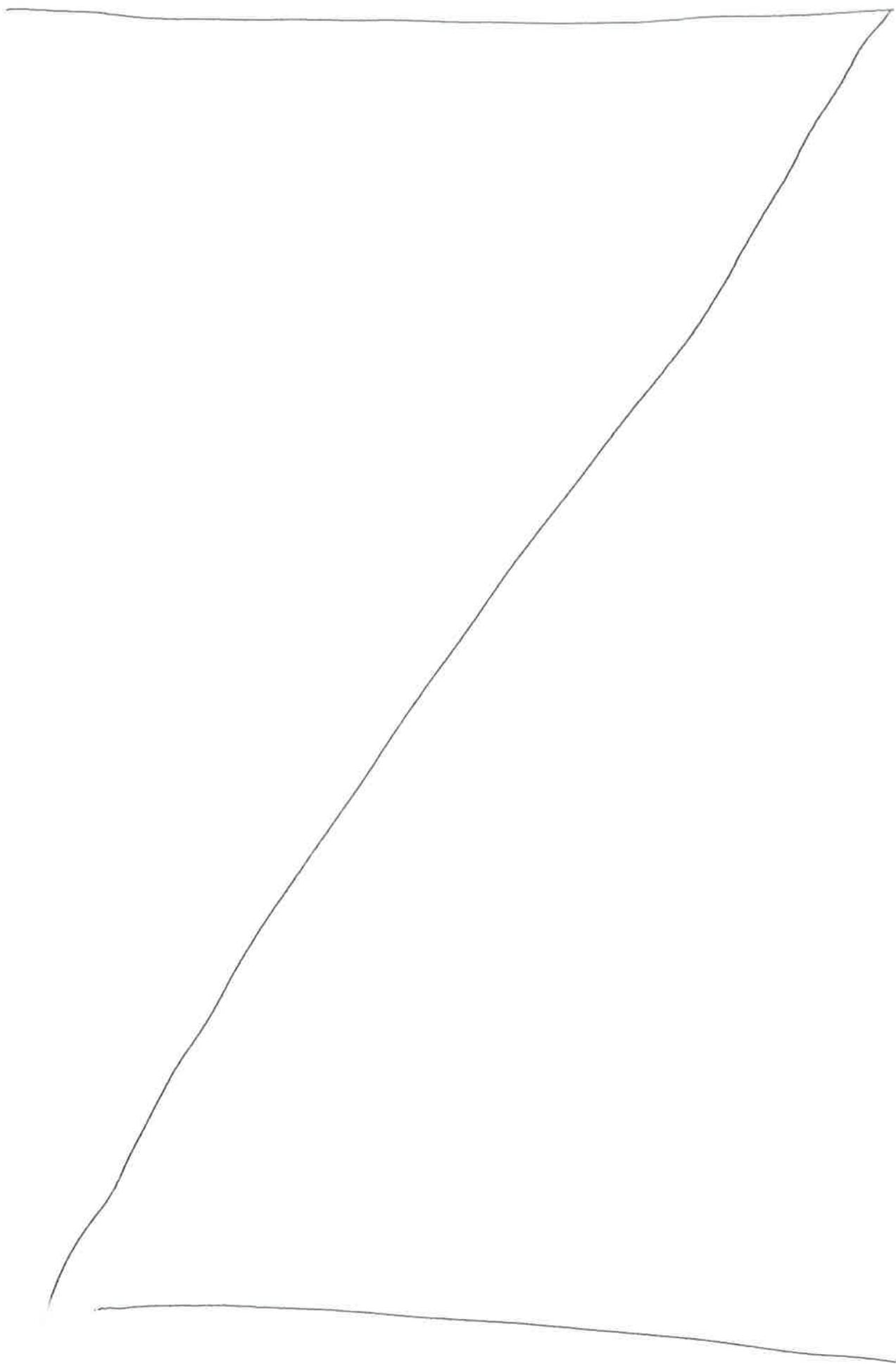
Contudo o governo com as medidas que está a pensar impôr no Alojamento Local estará a acabar com o nosso trabalho. Um trabalho que fazemos totalmente legal e que tem promovido o nosso concelho a nível mundial. Um trabalho, que não é só dos proprietários dessas casas que detêm o AL, mas também de todos os que beneficiam deles. Nomeadamente, empresas de gestão, empresas de limpeza, empresas de transfers e táxis, restauração, comércio local entre outros.

O nosso concelho tem vindo a progredir todos os anos com um aumento de turistas durante o ano inteiro, e muitos desses turistas são sobretudo clientes de AL.

Estas medidas vão afetar inúmeras famílias que trabalham diretamente ou indiretamente com o AL. Pior ainda, é que, não serão estas medidas que vão trazer casas para alugueres anuais (como todos os proprietários com que trabalhamos já nos informaram), vão apenas ficar casas fechadas e apenas usadas para férias dos proprietários. Pedimos que tenham atenção a todos estes aspectos, porque acreditamos que estas medidas vão piorar a situação financeira que se avizinha num futuro próximo.

Muito obrigado.  
Cumprimentos,  
Cátia Jeremias e Carolina Santos  
Centralgarve  
Property Management & Rentals  
Telf: 912 583 119 / 916 018 078  
[www.centralgarve.com](http://www.centralgarve.com)

*Handwritten signature*  
CA.





**Carlos Silva Gomes**

---

**De:** Assembleia Municipal de Loule  
**Enviado:** 16 de março de 2023 09:49  
**Para:** Carlos Silva Gomes  
**Assunto:** Medidas Mais habitação - Governo

**Sinal. de seguimento:** Flag for follow up  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

**De:** Glenge Lda <glengelda@gmail.com>  
**Enviada:** 16 de março de 2023 00:00  
**Para:** assembleia.municipal@cm-albufeira.pt; geral@cm-albufeira.pt; presidencia@cm-albufeira.pt; delio.pescada@cm-albufeira.pt; Assembleia Municipal de Loule <aml@cm-loule.pt>; CMLOULE(geral) <geral@cm-loule.pt>; Presidente C M Loule <presidente@cm-loule.pt>; GAP CM Loule. <gap@cm-loule.pt>  
**Assunto:** Medidas Mais habitação - Governo

**Atenção:** Este email foi originado fora da Câmara Municipal de Loulé. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Exmos Senhores,

Na qualidade de agente econômico na área do Alojamento Local , com sede no concelho de Albufeira , venho por este meio agradecer o vosso empenho na defesa do turismo e dos seus diferentes operadores independentemente da sua dimensão.

O Alojamento Local é um mercado com essa designação com pouco tempo de vida, mas com um impacto tremendo na vida das famílias e empresas do Algarve. A possibilidade de um empreendedor pequeno poder iniciar atividade com recurso a um equipamento apenas torna esta atividade com uma grande proximidade com a população. O impacto que as medidas irão ter são de varia ordem :

- Mercado paralelo desregulado com maior dimensão ;
- Qualidade da oferta mais reduzida , tendo por base o "encolher" do numero de equipamentos e a impossibilidade de reposição;
- Aumento do desemprego e fecho de inumeras empresas que prestam serviços ao Turismo ;
- Redução no médio prazo a oferta hoteleira , sem possibilidade de dar ao turista uma experiência diferenciada ;
- Aumento da especulação nos preços das dormidas face à redução do numero de operadores no mercado.

A introdução de uma sobretaxa de natureza fiscal é totalmente despropositada e desproporcional tendo em conta que o mercado do Alojamento Local tem uma grande sazonalidade , e portanto essa medida significa que deixa a operação sem rentabilidade.

Os povos e as suas cidades precisam de desenvolvimento , que naturalmente tem por base uma coexistência entre os diferentes setores publico e privado.

Quando o poder central toma iniciativas desta natureza e se as concretizar o Algarve vai recuar pelo menos 40 anos. Acabar ou tomar medidas desta natureza terão um impacto à sua dimensão semelhante ao resgate financeiro ocorrido em 2015.

Conhecemos investidores que pararam de investir pois não sabem o que contar. Outros iniciaram construção no ano passado de imóvel para Alojamento Local que ficará sem o fim pretendido.

Procuram-se soluções para o problema da habitação, mas tem de ser feito no lado da oferta.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

*Handwritten number '2' in blue ink.*

Estas medidas não têm por base qualquer estudo prévio, nem tem o tempo necessário para uma reflexão que o impacto da sua implementação terá.

Obrigado mais uma vez pela vossa ação, certo de que juntos somos mais fortes!

Com os nossos melhores cumprimentos,  
A Gerência  
Pedro Simões



Ana Cristina

**De:** joao.carlos.vieira@hominggroup.com  
**Enviado:** 16 de março de 2023 17:21  
**Para:** Assembleia Municipal de Loule; CMLOULE(geral); Presidente C M Loule; GAP CM Loule.  
**Assunto:** Exposição sobre Alojamento Local

**Atenção: Este email foi originado fora da Câmara Municipal de Loulé. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.**

Exmos. Senhores Autarcas,

Como gestor de uma empresa de Gestão de Alojamento Local que, em pouco mais de 1 ano, já criou cerca de 30 postos de trabalho no Algarve, venho manifestar :

Revolta / Traição / Ingratidão / Discriminação / Estupefação / Etc... em relação às medidas que o governo se presta a pôr em prática em relação ao Alojamento Local.

Sou um empresário que já tive mais de 1.000 empregados ao longo da minha vida e, pela primeira vez, devido às medidas anunciadas pelo governo, tive que despedir 2 pessoas e faltar à minha palavra de que as colocaria nos quadros como efetivas no fim deste mês de Março de 2023 porque não sei o que vai ser o futuro da empresa. Se quiserem, aqui temos a primeiro e violento resultado das medidas anunciadas. Para não falar na estagnação e posterior definhamento da atividade e travão à criação de emprego que irá acontecer. Acontecer vai, de certeza, ter que despedir mais pessoas.

E, para não se pensar que apenas estou preocupado com a minha situação, represento algumas centenas de proprietários que estão tanto ou mais preocupados com esta situação.

Com estas medidas o turismo no Algarve vai morrer ou, no mínimo, definhar

Vai voltar à clandestinidade

Devido a isso, vai cair também em qualidade pela falta de fiscalização

Não se vão pagar impostos e taxas

Os imóveis vão-se degradar porque qualquer coisa serve, pela falta de controle e concorrência

Diminuição na criação de emprego e aumento de desemprego

Nesta atividade e em muitas outras que dela dependem

Pressão Urbanística ?

Então e todos os hotéis que estão em construção e que ocupam o espaço correspondente a 100 Apartamentos/habitações, não constituem pressão urbanística ?

Competências aos Condomínios ?

Mas será que não compreendem que isso vai ser uma Caça às Bruxas ? Querem voltar aos Bufos da PIDE ?

Na atual lei já estava previsto, de uma forma civilizada, como os condomínios podiam defender-se de perturbações causadas

Conseguir casas para arrendamento / habitação ?

Mas será possível ( então no que diz respeito ao Algarve ) que os governantes deste país não compreendam que NENHUM dos milhares de proprietários que têm uma casa de férias no Algarve vai colocar a sua casa em arrendamento ? Ou acham que compraram uma casa de férias para depois não terem férias !? É simplesmente ridículo.

Vão unicamente privar as pessoas de rendimento, fruto do seu investimento !. É melhor nem sequer qualificar o que isto representa. Mesmo que usem a casa só um mês no ano e, como as casas de férias não podem ser sujeitas ao



arrendamento coercivo, os outros 11 meses ficam de castigo. É a política de terra queimada, não podem ter rendimento nem é para ninguém. Isto faz-me lembrar qualquer coisa ! Má !

Contribuição Extraordinária ?

Para não falar da ideia falsa do lucro desta atividade, só faço uma pergunta ; não interessa, agora, o prejuízo de quase 3 anos de pandemia ? E as despesas e os ordenados pagos nesse período ? Esqueceram-se ou isso, agora, não convém ser para aqui chamado ?

Taxa extraordinária definitiva, só comparável a taxa a petrolíferas e só neste tempo de guerra? Senhores, estão a confundir a Obra Prima do Mestre com a prima do mestre de obras ! Meu Deus !

**E AGORA ?**

Quem vai pagar os empréstimos obtidos ?

Quem vai pagar as dívidas aos fornecedores ?

Quem vai pagar, e muito menos aumentar, os empregados de uma atividade condenada que irá definhando ?

Quem vai criar emprego ?

Quem vai pagar o subsídio de desemprego dos dispensados ?

Quem tem coragem de dizer ao paciente que já tem poucos anos de vida ?

Quem é que induziu em erro e medicou mal o paciente ?

Vou terminar com o apelo para a única salvação possível:

**SENHORES AUTARCAS, POR FAVOR DEFENDAM-NOS E DEFENDAM-SE**

Com os melhores cumprimentos,

**João Carlos Vieira**

Executive Director

joao.carlos.vieira@hominggroup.com

**Gestão de Alojamento Local**

+351 935 899 182

homing.com.pt



**Loja Vilamoura**

Avenida da Marina  
Marina Plaza, loja 18  
8125-401 Vilamoura

**Loja Albufeira**

Avenida dos Descobrimentos  
Quinta da Bela Vista, Loja 26  
8200-020 Albufeira

O que está a procura? A Homing trata de tudo por si!

Ana Cristina



**De:** Elsa de Sousa <elsavfs@gmail.com>  
**Enviado:** 16 de março de 2023 23:04  
**Para:** Assembleia Municipal de Loule  
**Assunto:** Alojamento Local

Atenção: Este email foi originado fora da Câmara Municipal de Loulé. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Boa noite.

Venho por meio deste mostrar a minha decepção com estas novas medidas para matar o Alojamento Local.

Espero que respeitem as pessoas que têm como actividade o Alojamento Local.

Espero que respeitem o sacrifício, de recorrer a financiamento bancário para aquisição de um imóvel para este fim.

Espero que respeitem o trabalho árduo para que os clientes gostem e voltem para despende dinheiro não só nesta atividade, mas em muitas outras.

Espero que respeitem pessoas que também são responsáveis pela entrada de verbas nos municípios, e não são poucas.

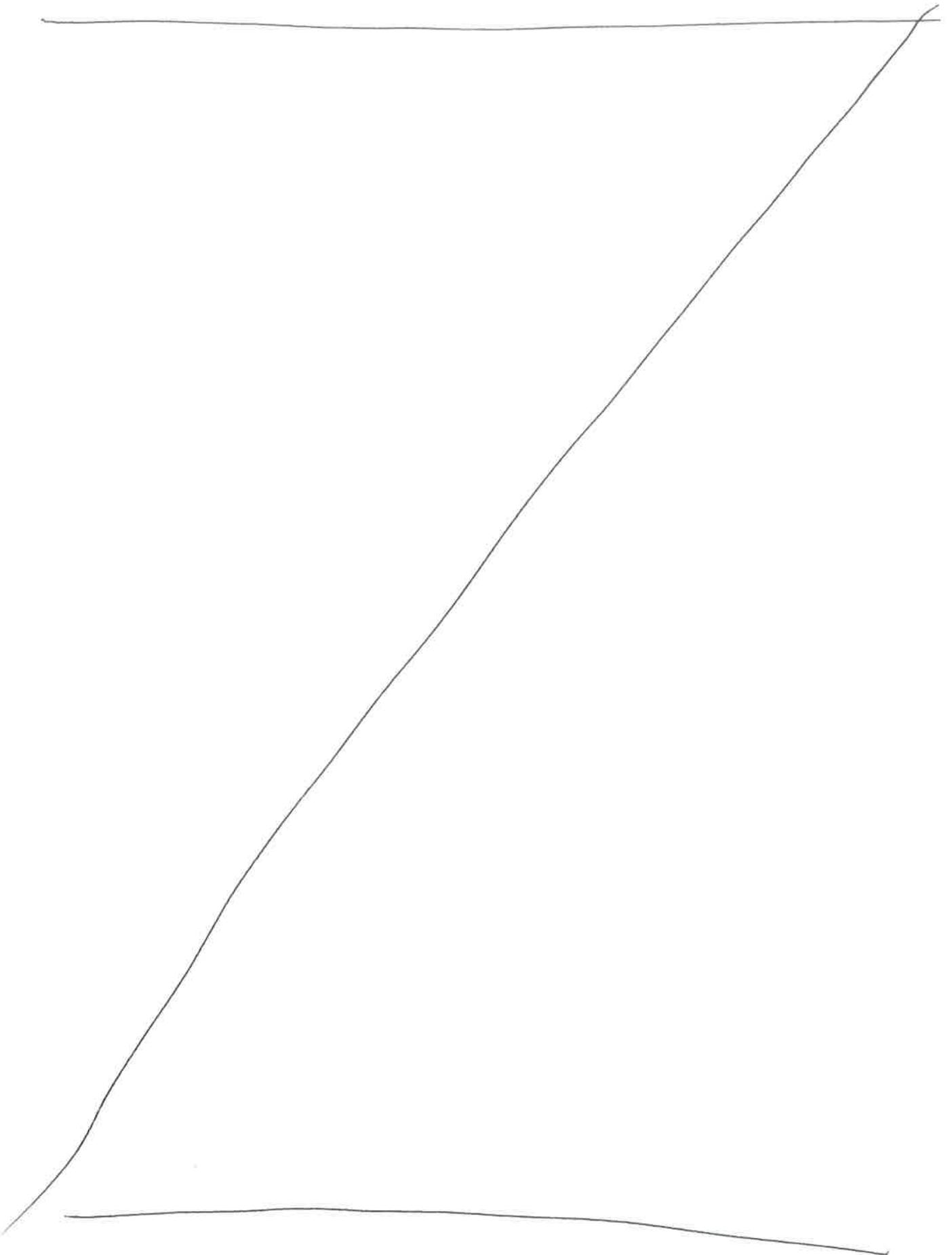
Espero que respeitem as pessoas que são responsáveis por ajudar na requalificação das cidades.

Espero que respeitem por muitas outras razões...

Alguém que merece ser respeitado.

any  
d.  
~~any~~

33



**Carlos Silva Gomes**

---



**De:** geral@rentahouse.pt  
**Enviado:** 17 de março de 2023 13:17  
**Assunto:** Não matem o AL

**Sinal. de seguimento:** Dar seguimento  
**Estado do sinalizador:** Sinalizado

Atenção: Este email foi originado fora da Câmara Municipal de Loulé. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Boa tarde,

A ALEP (Alojamento Local em Portugal) "desafiou" a enviarmos o nosso testemunho para a nossa câmara Municipal, com o impacto destas novas medidas do Mais habitação, na nossa vida. A minha câmara é a do Seixal, mas o meu projeto engloba todas as câmaras.

Pois eu, filha de um proprietário de um AL no Algarve, que tem como objetivo o complemento da sua misera reforma... o ano passado ao ajudá-lo a encontrar clientes deparei-me na minha ótica que havia uma necessidade...

Booking e Airbnb influenciam os preços em +-15% e onde enviamos (15% dinheiro para fora quando reservas de Portugueses).

O Olx não tem calendário... e não confirma veracidade do alojamento local... O turismo de Portugal, mostra todos os AL, mas não mostra as fotos da casa nem a disponibilidade...

Dado isto... pelo IEPF criei um projeto que foi aprovado (espero que por ser viável)

www.rentahouse.pt o Portal das Férias, que está em fase de testes, ainda tem alguns erros... mas que penso estar focado para dar fiabilidade a quem quer reservar.

Ainda tenho muitas ideias para colocar em pratica para desenvolver o Turismo... como associar os AL aos eventos em Portugal, ou seja, onde dormir perto deste evento...

Bem só queria deixar o meu testemunho, que sem este projeto era dinheiro que não ia para o informático, para o contabilista, para a empresa de marketing, para a empresa de gestão de redes sociais, para os seguros... etc.

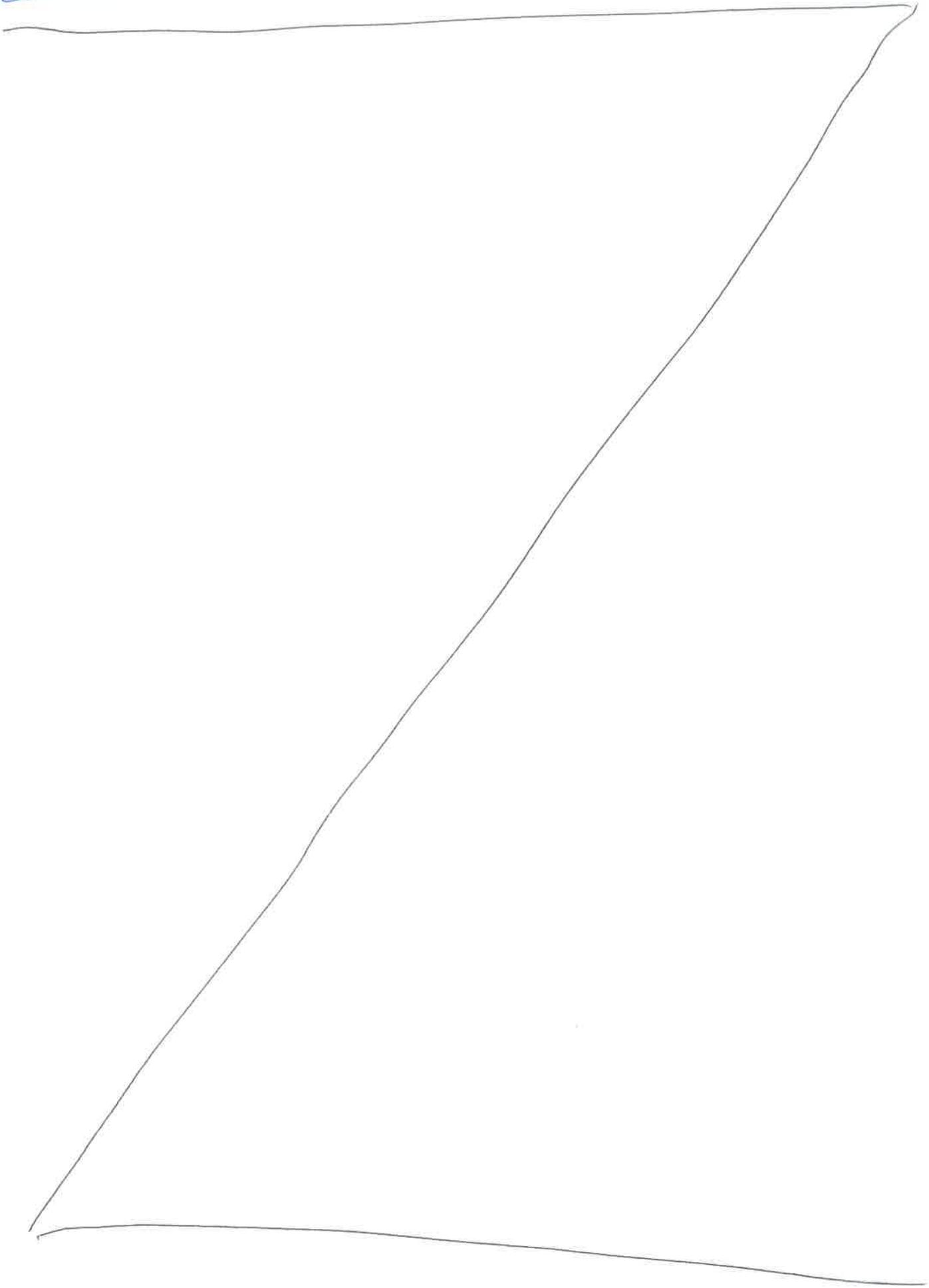
Exmos senhores, mostrem ao Governo os nossos casos por favor.

#NãomatemoAL#

Cumprimentos

Carla Gil

as  
A. J. [unclear]



Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 8/202317/03/2023

## Moção Atualidade Urgência

Considerando os múltiplos acidentes ocorridos na ER 270, alguns dos quais, infelizmente, provocando perdas de vidas, como o que aconteceu no passado dia 9 de Março, entre a Fonte de Boliqueime e o acesso á Via do Infante(A22); considerando que a entidade competente para a manutenção e requalificação daquela via, as Infraestruturas de Portugal, continua sem nada fazer, apesar das sucessivas tragédias que já ocorreram naquela Estrada, vem a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal propor a recomendação de que a Câmara Municipal providencie junto do Ministro das Infraestruturas, entidade com a tutela política sobre a conservação e manutenção da ER 270, no sentido de, com a máxima urgência, promova e execute as OBRAS de REQUALIFICAÇÃO daquela via, que, com as bermas e iluminação deficientes têm colocado, colocam, e irão continuar a colocar em risco, se nada for feito, PEÕES, CICLISTAS e AUTOMOBILISTAS.

Mais se propõe a realização de um Minuto de Silêncio em memória de todas as pessoas falecidas.

Loulé 16 de Março de 2023

